

Paper
#2



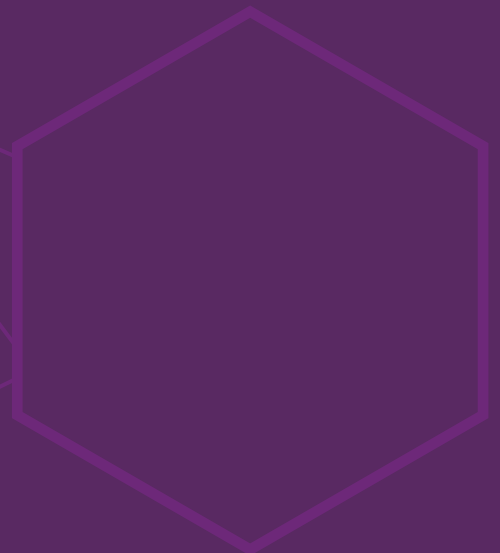
Food for Justice

Power, Politics
and Food Inequalities
in a Bioeconomy

2021

Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos

Marco Antonio Teixeira, Renata Motta, Lúcio Rennó,
Lea Zentgraf, Eryka Galindo



A publicação **Food for Justice Working Paper Series** tem o propósito de disseminar resultados de projetos de pesquisa em andamento sobre alimentação em interface com debates sobre desigualdades, poder, política e bioeconomia a fim de encorajar a troca de ideias e o debate acadêmico.

-
EDITORES(AS)

Renata Motta, Marco Antonio Teixeira e Madalena Meinecke

-
ASSISTENTE EDITORIAL

Lea Zentgraf

-
PROJETO GRÁFICO

Débora Klippel · DKdesign

A inclusão de um artigo na *Food for Justice Working Paper Series* não impede a publicação deste texto em outro meio. Os direitos autorais são dos(as) próprios(as) autores(as) dos artigos e são baseados na licença Refubium da FU Berlin. Os artigos que contêm figuras e imagens de propriedade de outros(as) autores(as) e instituições são utilizados aqui com a devida permissão.

COPYRIGHT PARA ESTA EDIÇÃO:

© Teixeira, Marco Antonio; Motta, Renata; Rennó, Lúcio; Zentgraf, Lea; Galindo, Eryka

Citação:

Teixeira, Marco Antonio, Renata Motta, Lúcio Rennó, Lea Zentgraf, e Eryka Galindo. 2021. "Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos" *Food for Justice Working Paper Series*, no. 2. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

ISBN: 978-3-96110-387-4

O Grupo de Pesquisa "Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia" está sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos [LAI] da Freie Universität Berlin. É financiado por um período de 5 anos (2019-2024) pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha [BMBF]. Alimento para Justiça investiga mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças no sistema alimentar e inovações sociais e políticas que enfrentem as desigualdades que comprometem a segurança alimentar, tais como as desigualdades de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade. Todos os Working Papers estão disponíveis gratuitamente no nosso site: <https://www.lai.fu-berlin.de/food-for-justice>

FREIE UNIVERSITÄT BERLIN

Junior Research Group Food for Justice

Boltzmannstraße 1

D-14195 Berlin

foodforjustice@lai.fu-berlin.de

COORDENAÇÃO:



PARCERIAS:



EXECUÇÃO:



FINANCIADO POR:



Resumo

Este trabalho apresenta os dados coletados na pesquisa *Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos*, realizada nos dias 13 e 14 de agosto de 2019 pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia [*Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*], sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da *Freie Universität Berlin*. A presente pesquisa objetivou entender a composição social e a percepção das ativistas sobre os temas alimentação, mobilização social e feminismos. Os resultados revelam que as ativistas que marcharam em Brasília na 6ª edição da Marcha das Margaridas, em 2019, são majoritariamente mulheres pretas e pardas, católicas, com ensino médio completo ou superior incompleto, residentes em domicílios com média de quase 4,7 moradores, nos quais elas são majoritariamente responsáveis pelo trabalho doméstico. São oriundas principalmente do Nordeste, com renda per capita inferior a um salário-mínimo e vindas de áreas rurais, embora haja significativa presença de mulheres urbanas entre as participantes. A maioria delas também se reconhecem como feministas e se posicionam em favor de direitos das mulheres, das populações negras, LGBTQI+ e pautas ambientais, embora haja controvérsias sobre temas importantes ao movimento feminista, como a legalização do aborto. Os resultados também revelam a importância do trabalho das mulheres na produção, comercialização e consumo de alimentos e no desenvolvimento de práticas agroecológicas.



PALAVRAS-CHAVE: Marcha das Margaridas; movimentos sociais; feminismos; sistemas alimentares; participação social.

Abstract

This paper presents data collected from the survey Marcha das Margaridas 2019: food, social mobilization, and feminisms, conducted on August 13-14, 2019 by the Research Group Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bio-economy, based at the Institute for Latin American Studies at the Freie Universität Berlin. The survey aimed to understand the social composition and perceptions of activists on the topics of food, social mobilization, and feminisms. The results reveal that the activists who marched in Brasília in the 6th edition of the Marcha das Margaridas in 2019 are mostly black [pretas] and brown [pardas], Catholic, with complete or incomplete high school education, residing in households with an average of almost 4.7 residents, in which they are mostly responsible for domestic work. They come mainly from the Northeast, with a per capita income of less than one minimum wage, and from rural areas, although there is a significant presence of urban women among the participants. Most of them recognize themselves as feminists and position themselves in favor of women's rights, black populations, LGBTQI+, and environmental agendas. Nevertheless, there are controversies about important issues for the feminist movement, such as the legalization of abortion. The results also reveal the importance of women's work in the production, commercialization and consumption of food, and in the development of agroecological practices.



KEYWORDS: Marcha das Margaridas; social movements; feminisms; food systems; social participation.

1. We used a literal translation of the terms black [preto] and brown [pardo] in English because the term BIPoC [Black, Indigenous, and People of Color] is not very common in the Brazilian context.

Mini biografias

Dr. Marco Antonio Teixeira, sociólogo, é coordenador científico e gerente de projetos do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), pesquisador de pós-doutorado do Instituto Latino-Americano (FU Berlin). marco.teixeira@fu-berlin.de

Jun.- Prof. Dra. Renata Motta, socióloga, é líder do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF), professora de Sociologia do Instituto de Estudos Latino-Americanos (FU Berlin). renata.motta@fu-berlin.de

Prof. Dr. Lúcio Rennó, cientista político, é professor associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e ocupa a Direção do Instituto de Ciência Política para o mandato de 2020 a 2024. luciorenno@unb.br

Lea Zentgraf, tradutora e socióloga, é pesquisadora de doutorado do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). lea.zentgraf@fu-berlin.de

Eryka Galindo, historiadora, é pesquisadora de doutorado do Grupo de Pesquisa “Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia”, com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin e financiado pelo Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha (BMBF). e.silva.galindo@fu-berlin.de

Agradecimentos

O desenvolvimento desta pesquisa foi possível por meio da conjunção de esforços e colaborações estabelecidas entre instituições e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Assim, queremos estender nossos agradecimentos:

- *A toda equipe do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), responsável pela execução da pesquisa de campo e consolidação da base de dados.*
- *À analista de dados Clara de Oliveira, e ao assistente de pesquisa, Kevin Kaisig, que nos apoiaram na análise da base de dados e na estruturação das tabelas e gráficos disponíveis nesta publicação.*
- *Ao Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Marcelo Galiza, por participar ativamente desde os processos de elaboração e aplicação dos questionários de pesquisa, até as análises iniciais dos dados coletados.*
- *Ao engenheiro florestal João Portella Sobral por sua contribuição no processo de elaboração do questionário, especialmente, quanto aos temas relativos à produção agroecológica.*
- *À nutricionista, doutoranda em Saúde e Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Melissa Luciana de Araújo, e à nutricionista e professora do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Larissa Loures Mendes, por apoiar as análises relacionadas ao consumo de alimentos presentes nesta publicação.*

Dedicamos um agradecimento especial à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), na pessoa de Mazé Moraes, Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares desta entidade, e de toda sua equipe, composta por Vilênia Porto, Anna Carolina Teixeira e Raimunda Oliveira, que se engajaram de forma comprometida e solidária nesta pesquisa, consolidando uma parceria que continuará produzindo novos e instigantes projetos.

Agradecemos às mulheres do campo, da floresta e das águas, que se dispuseram a participar desta pesquisa. Agradecemos pelo tempo cedido e, principalmente, pelos valiosos ensinamentos sobre os sentidos de manter-se em marcha.

Lista de Tabelas

Tabela 1	09
Subsídios usados na elaboração do questionário da pesquisa Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos	
Tabela 2	18
Unidades Federativas de residência das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Tabela 3	50
Participantes da Marcha das Margaridas por organização parceira, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Tabela 4	52
Identidade política das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Tabela 5	58
Motivos 'para lutar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 6	58
Principais 'direitos' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 7	59
Motivos 'para lutar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 8	59
Principais 'direitos' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 9	60
Principais 'sujeitos e entidades políticas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 10	60
Principais 'sujeitos e entidades políticas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 11	61
Principais 'temas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 12	61
Principais 'temas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 13	62
Motivos 'para participar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 14	62
Motivos 'para participar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 15	63
Motivos 'por emoção' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 16	63
Motivos 'por emoção' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 17	72
Percepções sobre o feminismo pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 18	72
Percepções sobre o feminismo pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 19	73
Associações positivas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 20	73
Associações positivas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada	

Tabela 21	74
Associações negativas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 22	74
Associações negativas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 23	75
Associações ambivalentes com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 24	75
Associações ambivalentes com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 25	76
Associações positivas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 26	77
Associações positivas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Tabela 27	77
Associações negativas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa face a face	
Tabela 28	78
Associações negativas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa autoadministrada	

Lista de Gráficos

Gráfico 1	13
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do MSTTR, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 2	14
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do MSTTR, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 3	14
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do IBGE, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 4	15
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do IBGE, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 5	15
Raça ou cor das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 6	16
Religião das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 7	17
Escolaridade das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 8	19
Regiões de residência das entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 9	19
Regiões de residência das entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 10	21
Local de residência das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	

Gráfico 11	21
Número de moradores dos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 12	22
Composição do domicílio por grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 13	23
Classificação dos/as residentes nos domicílios com mais de um grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 14	23
Classificação dos/as residentes nos domicílios com somente um grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 15	24
Ocupação em trabalho assalariado entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 16	24
Ocupação na produção de artesanato, doces, geleias e outros produtos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 17	25
Ocupação em trabalho eventual para complementar a renda entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 18	25
Ocupação na produção de alimentos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 19	25
Situação de estudos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 20	26
Recebimento de aposentadoria pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 21	26
Recebimento do Programa Bolsa Família pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 22	27
Renda per capita dos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 23	27
Número de responsáveis pelo trabalho doméstico nos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.	
Gráfico 24	28
Trabalho doméstico em domicílios com única pessoa responsável por sua realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.	
Gráfico 25	28
Trabalho doméstico em domicílios com mais de uma pessoa responsável por sua realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.	
Gráfico 26	29
Administração do dinheiro da família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 27	29
Administração do dinheiro da família, nos domicílios com somente uma pessoa responsável pela administração, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.	
Gráfico 28	30
Administração do dinheiro da família nos domicílios com mais de uma pessoa responsável pela administração, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.	
Gráfico 29	31
Produção agrícola na família, na modalidade de pesquisa face a face.	

Gráfico 30	33
Práticas de produção agroecológica, na modalidade de pesquisa face a face.	
Gráfico 31	34
Práticas de produção agroecológica, na modalidade de pesquisa autoadministrada.	
Gráfico 32	35
Práticas de produção agrícola convencional, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 33	35
Práticas de produção agrícola convencional, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 34	36
Práticas de comercialização da produção agrícola, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 35	36
Canais de comercialização da produção agrícola, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 36	37
Canais de comercialização da produção agrícola, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 37	37
Práticas de troca dos produtos agrícolas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 38	38
Proporção do consumo de alimentos saudáveis, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 39	39
Proporção do consumo de alimentos saudáveis, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 40	39
Proporção do consumo de alimentos não saudáveis, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 41	40
Proporção das entrevistadas que cozinham em casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 42	40
Proporção das entrevistadas que comem fora de casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 43	41
Opinião das entrevistadas sobre por que não há comida saudável e em quantidades suficientes para todos no Brasil, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 44	42
Opinião das entrevistadas sobre atores que contribuem para a produção de alimentos saudáveis no Brasil, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 45	43
Opinião das entrevistadas sobre atores que contribuem para a produção de alimentos saudáveis no Brasil, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 46	43
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “A política ambiental atrapalha a produção de alimentos no Brasil”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 47	44
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É preciso utilizar agrotóxicos para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 48	44
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É preciso utilizar sementes transgênicas para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	

Gráfico 49	45
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “Os saberes tradicionais dos agricultores e agricultoras são suficientes para alimentar a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 50	45
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É possível alimentar a população brasileira com a agroecologia”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 51	46
Opinião das entrevistadas sobre se as mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 52	46
Opinião das entrevistadas sobre se as mudanças climáticas são uma preocupação para o agronegócio, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 53	47
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação: “As mudanças climáticas impactam as mulheres de maneira particular”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 54	48
Participação nas Marchas das Margaridas anteriores, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 55	49
Participação nas Marchas das Margaridas anteriores, por ano de realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 56	49
Participação na Marcha das Margaridas por Organizações Sociais que representam, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 57	51
Engajamento único ou multiengajamento das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 58	52
Afirmação de única identidade ou múltiplas identidades como sujeitos políticos pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 59	53
Identidades mencionadas pelas entrevistadas que afirmam múltiplas identidades políticas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 60	54
Participação das entrevistadas em atividades preparatórias à Marcha das Margaridas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 61	54
Bandeiras de luta importantes para as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 62	55
Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 63	57
Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 64	64
Participação política das entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 65	64
Participação política das entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 66	65
Formas de ação política realizadas antes da Marcha das Margaridas 2019, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	

Gráfico 67	66
Principais canais de informação usados pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 68	66
Posição política das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 69	68
Autoidentificação como feministas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 70	69
Percepções sobre o feminismo nas respostas, na modalidade de pesquisa face a face	
Gráfico 71	70
Percepções sobre o feminismo nas respostas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	
Gráfico 72	78
Opinião sobre se é responsabilidade das mulheres cuidar da alimentação da família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 73	79
Opinião sobre se em uma família com crianças, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 74	79
Opinião sobre se os homens trabalham mais na produção de alimentos do que as mulheres, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 75	80
Opinião sobre se principalmente os homens devem sustentar a família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 76	80
Opinião sobre se em briga de marido e mulher se deve meter a colher, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 77	81
Opinião sobre se mulher casada deve fazer sexo com o marido sempre que ele quiser, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 78	81
Opinião sobre se casais gays devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 79	82
Opinião sobre se o aborto deve ser legalizado, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 80	82
Opinião sobre se a mulher que provoca o aborto deve ser presa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 81	83
Opinião sobre se é mais difícil ser negra/negro do que branca/o no Brasil, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 82	83
Opinião sobre se mulheres e indígenas precisam de políticas públicas específicas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 83	84
Opinião sobre se a cotas raciais para as universidades públicas são importantes, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	
Gráfico 84	84
Opinião sobre se mulheres casadas precisam de permissão do marido para participar de atividades políticas e do movimento social/sindical, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada	

Lista de Figuras

Figura 1 Trajeto da Marcha das Margaridas 2019	10
Figura 2 Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa face a face	56
Figura 3 Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa auto-administrada	57
Figura 4 Representações do feminismo para a entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face	70
Figura 5 Representações do feminismo para a entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada	71

Lista de Abreviaturas e Siglas

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CESIR	Centro de Estudo Sindical Rural
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONFREM	Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CONTAR	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais
COPOFRAM	Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CTB	Centro de Estudo Sindical Rural
CUT	Organizações de controle social
GT MULHERES da ANA	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPAD	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados
INCT	Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas; Gays; Travestis, Transexuais e Transgêneros; Queer; Intersexo; Assexual
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçú
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MMTR-NE	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NR	Não respondeu
OCS	Organizações de Controle Social
SPG	Sistema Participativo de Garantia
TFN	Rede Feminista Transnacional
UBM	União Brasileira de Mulheres
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
VIGITEL	Sistema de Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico



Sumário

Introdução	1
1 Sobre a Marcha das Margaridas	2
2 Metodologia	8
3 Resultados	12
3.1. Perfil socioeconômico	12
3.2. Alimentação	30
3.3. Participação e mobilização política	47
3.4. Feminismos	67
Considerações finais	85
Referências bibliográficas	86

Introdução

© Motta, Renata [2019]

Este trabalho apresenta os resultados do *survey* realizado durante a Marcha das Margaridas 2019, coordenado pelo Grupo de Pesquisa **Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia** (*Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy*), sediado no Instituto de Estudos Latino-Americanos da *Freie Universität Berlin*. O *survey* foi feito em parceria com a **Universidade de Brasília** (UnB) e a **Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares** (Contag). A coleta de dados foi realizada pelo **Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados** (IBPAD). O objetivo foi identificar o perfil socioeconômico das participantes da Marcha e suas percepções sobre os temas alimentação, mobilização social e feminismos.

A **Marcha das Margaridas** é um dos estudos de caso do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça, cujo objetivo é analisar mobilizações sociais que se contrapõem às injustiças nos sistemas alimentares, bem como inovações sociais e políticas que enfrentam desigualdades múltiplas e interseccionais, como as de classe, gênero, raça, etnia e nacionalidade, na construção de sistemas alimentares justos e ecológicos¹.



MM, Marcha das Mulheres Indígenas [Motta, 2019]

1 Para mais informações, ver Motta [2021].

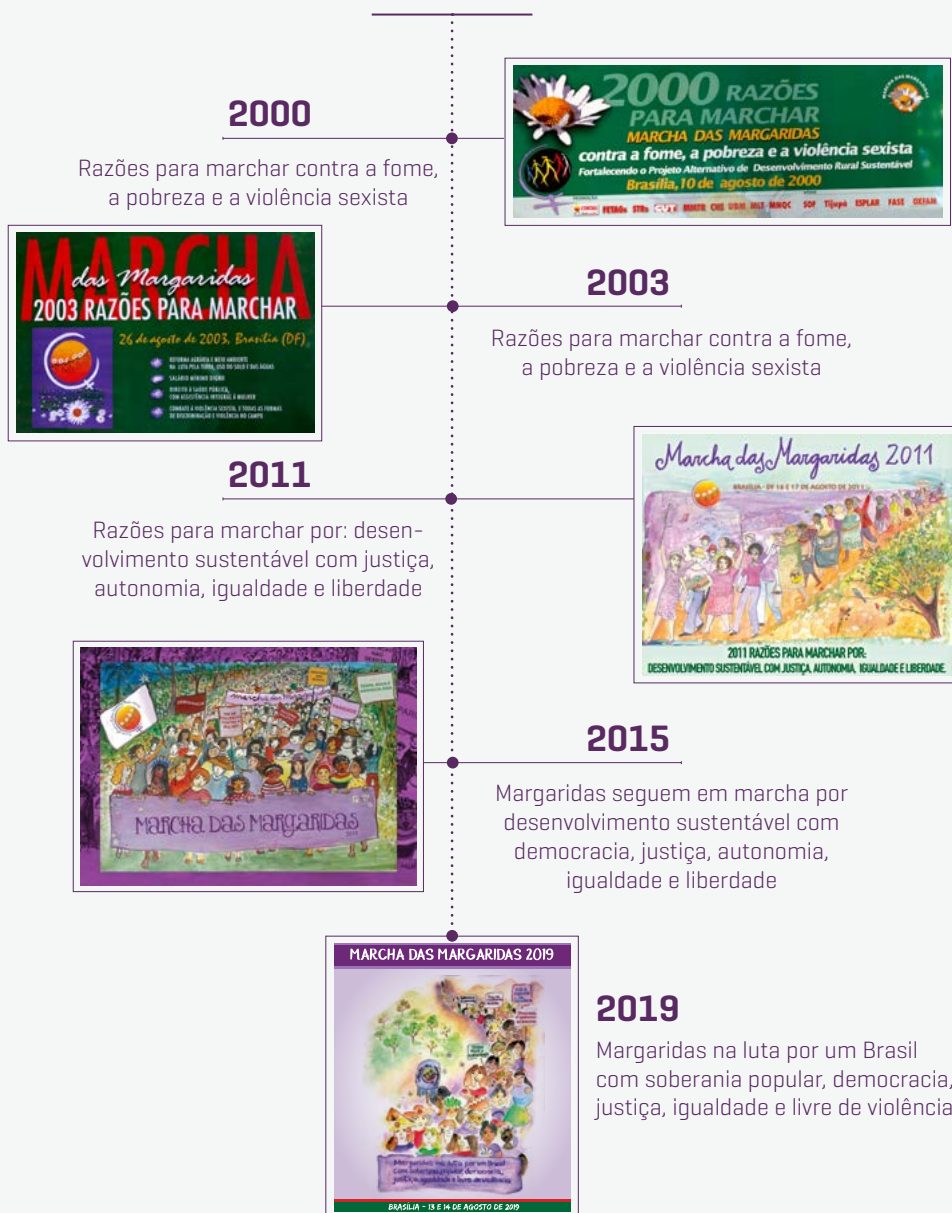
1 | Sobre a Marcha das Margaridas

© Motta, Renata [2019]

A Marcha das Margaridas é uma mobilização de mulheres do campo, da floresta e das águas que lutam por políticas e direitos. A primeira edição aconteceu em 2000 e, desde 2003, ocorre a cada quatro anos. De acordo com a coordenação geral da Marcha, é a maior ação de mulheres do campo da América Latina, mobilizando entre 20 e 100 mil mulheres em Brasília, conforme cada edição.

LINHA DO TEMPO

Marcha das Margaridas



◆ Sujeitos políticos

As protagonistas da Marcha das Margaridas são as mulheres do campo, da floresta e das águas², categoria utilizada para reunir a diversidade de sujeitos sociais que participam da mobilização, como agricultoras familiares, quilombolas, extrativistas, quebradeiras de coco, entre outras. A Marcha é organizada por uma coalizão de movimentos sociais, feministas, de mulheres, centrais sindicais e organizações internacionais. A coordenação geral fica a cargo da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, composta pela Secretaria de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e pelas Secretarias de Mulheres das 27 federações estaduais filiadas à confederação. A Marcha conta também com uma coordenação ampliada. Em 2019, por exemplo, 16 organizações parceiras compuseram a organização da Marcha. A Marcha das Margaridas é um espaço de articulação feminista, no qual diversas correntes políticas dialogam e colaboram, pautadas por um feminismo popular, construído no debate político entre movimentos sindicais, sociais, feministas, de mulheres e organizações internacionais³.

◆ Histórico

A origem da Marcha das Margaridas remonta à história de organização e lutas das mulheres no interior do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)⁴. Embora as mulheres estejam presentes no movimento sindical desde a sua origem, no começo dos anos 1960, o seu processo de organização política a partir do sujeito político genericado “mulheres” remonta sobretudo às décadas de 1970 e 1980. Primeiro, elas lutaram pelo direito de serem registradas nos sindicatos, espaço majoritariamente masculino naquela época. Depois, lutaram para participar das posições de poder no movimento sindical, como as direções sindicais e congressos. Como parte desse processo organizativo, as mulheres sindicalizadas criaram comissões de mulheres na maioria dos estados do Brasil na segunda metade dos 1980, processo que culminou com a criação da Comissão Provisória de Mulheres Trabalhadoras Rurais com representantes de cinco estados [Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás] em 1987, e que se nacionalizou em 1989 [Aguiar 2015, 2016; Pimenta 2013; Teixeira 2018].

2 Em 2000, o sujeito político da Marcha das Margaridas era “mulheres trabalhadoras rurais”. Ao longo dos anos e a partir de um processo de construção de alianças com outros sujeitos políticos, essa categoria foi se transformando e se tornou “mulheres do campo e da floresta”, em 2007, e “mulheres do campo, da floresta e das águas”, em 2015. Em 2019, alguns documentos adotaram o termo “mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades”.

3 Sobre a composição de alianças políticas entre movimentos sociais na Marcha das Margaridas, ver: Aguiar, 2015, 2016; Motta e Teixeira 2020; Teixeira e Motta 2021.

4 O MSTTR compreende as instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais. A Contag é composta por 27 federações estaduais, que juntas reúnem 3936 sindicatos municipais e representa a categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares. Para se referir a esse conjunto de entidades é comum usar as expressões “Sistema Contag” ou “Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR)”, sendo essa última mais comum no âmbito do sindicalismo rural [Teixeira 2018].

Outra conquista importante aconteceu em 1991, com a eleição de três mulheres para a diretoria da Contag como membros suplentes. Em 1995, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais elegeu Ilda Margarida sua coordenadora e ela passou a ter o mesmo status dos demais diretores da Contag. Embora não fosse um cargo oficial da diretoria da confederação, Ilda passou a representar as mulheres nas reuniões da direção executiva da Contag e outros espaços. A Coordenação e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais conduziram a luta pela aprovação de uma política de cotas de 30% para as mulheres nos cargos de direção da confederação, obtendo essa conquista em 1998, quando três mulheres chegaram aos cargos de diretoria da entidade. No ano seguinte, a política de cotas foi ampliada para as entidades de representação sindical estaduais e municipais. Em 2009, foi criada a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, seguindo a nomenclatura e status das demais Secretarias.

Se as conquistas de direitos no interior do movimento sindical representaram importantes avanços na trajetória de organização política das mulheres trabalhadoras rurais, logo elas traçaram outros planos para ampliarem as conquistas desejadas. Nesse contexto, surgiu a ideia de organizar uma grande ação de mulheres que mostrasse a força organizativa e de luta das mulheres. Naquele momento, em fins dos anos 1990, também estava em discussão a realização de uma ação de protesto pelo julgamento do mandante do assassinato de Margarida Maria Alves. Paralelamente, estava em processo de organização a Marcha Mundial de Mulheres⁵, que aconteceu de 8 de março a 17 de outubro de 2000 e mobilizou mulheres no mundo inteiro contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Nesse contexto, criou-se a Marcha das Margaridas como uma ação de adesão à Marcha Mundial de Mulheres, inclusive reproduzindo o lema da ação internacional: **“2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”**.



5 A Marcha Mundial de Mulheres foi criada no ano de 2000 como uma grande mobilização em várias partes do mundo contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Sua origem remonta à Marcha Pão e Rosas, uma ação de mulheres do Quebec, Canadá, que, em 1995, reuniu 850 mulheres em uma marcha de 200 quilômetros contra a pobreza. Elas foram recebidas por cerca de 15 mil pessoas em frente à Assembleia Legislativa, no Quebec [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG 2002]. De acordo com Conway e Paulos: “A Marcha Mundial das Mulheres é uma rede feminista transnacional [TFN] fundada no final dos anos 90 para protestar contra a crescente pobreza e violência contra as mulheres no contexto do aprofundamento do neoliberalismo. É uma rede grande e complexa, ativa em todos os continentes e atuando em múltiplas escalas. É constituída por grupos locais de mulheres e organizados em aglomerações nacionais autônomas. A marcha tem sido particularmente forte na América Latina, onde existem 15 órgãos nacionais de coordenação. A América Latina também tem sido o epicentro de políticas para a soberania alimentar” (2017, 3, tradução dos autores).



Margarida Maria Alves

“É melhor morrer na luta que morrer de fome”

O nome da Marcha é um tributo a Margarida Maria Alves, líder sindical paraibana assassinada por sua luta pelos direitos da classe trabalhadora, em 1983.

Nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a **primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade**. Fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, uma iniciativa que, até hoje, contribui para o desenvolvimento rural e urbano sustentável, fortalecendo a agricultura familiar. Lutando pela defesa dos direitos dos trabalhadores/as rurais, suas principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de 8 horas, 13º salário, férias e demais direitos, para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano [Fundação Margarida Maria Alves n.d.]⁶.

Foto: site Fundação Margarida Maria Alves

◆ Lemas

O lema da Marcha permaneceu o mesmo nas três primeiras edições, refletindo a centralidade da luta por direitos à alimentação e contra a pobreza e violência na primeira década dos anos 2000 - **“2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista”**. A partir de 2011, o lema passou a ressaltar a luta por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. Essa mudança é ilustrativa de uma transformação que vinha acontecendo na sociedade brasileira, sobretudo com o sucesso de algumas políticas de combate à fome. Um indício disso foi a saída do Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas, em 2014. Também destaca o caráter propositivo da Marcha: **mais do que um movimento de denúncia, a Marcha apresenta um projeto de sociedade idealizado pelas mulheres**. Em 2015, o tema da democracia se juntou aos anteriores, em uma clara resposta à ameaça de retrocessos democráticos existentes naquele momento, quando estava em discussão o processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, fato consumado no ano seguinte. Finalmente, em 2019, o lema mudou, passando a trazer para o centro da ação das mulheres a luta por soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, em um claro diálogo com os retrocessos políticos vividos no país nos últimos anos e às ameaças de desmonte das conquistas das décadas passadas anunciadas pelas ações do governo de Jair Bolsonaro.

6 Para mais informações sobre a Fundação Margarida Alves acesse: <http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/a-fundacao/>

◆ Mobilização, formação e reivindicações

O encontro em Brasília para marchar é a culminação de um longo processo organizativo. Por isso, a Marcha é mais do que um protesto de rua. É uma ação permanente que, em linhas gerais, tem um caráter: **1) mobilizatório; 2) formativo; e 3) reivindicatório**. O caráter mobilizatório da Marcha se caracteriza pela busca do envolvimento de ativistas na organização da Marcha, na doação de recursos e apoio à atividade e no protesto de rua em Brasília. A Marcha começa a ser preparada mais de um ano antes da ação de rua e é protagonizada por movimentos sociais organizados em âmbito nacional, estadual e local.

A Marcha é também uma ação formativa que promove um conjunto de encontros de formação política antes da ação de rua, como cursos e encontros nacionais, regionais, estaduais e municipais. No dia anterior ao protesto de rua, sobretudo a partir de 2007, foram realizados debates, oficinas, mostras e outras atividades formativas. Além disso, o processo de organização da Marcha é formativo em si. Lideranças se forjam no processo de construção da Marcha. Para muitas mulheres, a participação na Marcha tem sido o começo de uma trajetória ativista.

Já a dimensão reivindicatória da Marcha segue pelo menos três objetivos centrais: 1) democracia interna no MSTTR; 2) políticas públicas e direitos que beneficiem mulheres e homens, com foco nos que trabalham no campo; e 3) mudanças sociais que estabeleçam relações igualitárias entre mulheres e homens.

Na luta por democracia dentro do movimento sindical, as Margaridas prepararam uma pauta interna para o movimento sindical, que é entregue, debatida e negociada com os dirigentes sindicais. Entre os fatores que mobilizam essa ação está o déficit de inclusão das mulheres nos espaços de poder e as condições de trabalho desiguais entre homens e mulheres no movimento sindical.

Já a luta por políticas públicas e direitos é feita por meio da interpelação ao Estado. Em geral, antes da mobilização de rua, as mulheres entregam uma pauta aos diferentes poderes estatais. Com isso, inauguraram um processo de negociação, que culmina em uma resposta do executivo. As pautas entregues geralmente são amplas e incluem demandas por políticas agrárias, agrícolas, sociais e políticas específicas para as mulheres, tendo como um dos focos o combate à violência. Também lutam por transformação das relações sociais, sobretudo da ordem de gênero dominante, que assigna às mulheres os trabalhos do cuidado e da reprodução. Nesse sentido, destaca-se a pauta por autonomia econômica e renda para as mulheres no campo e pelo reconhecimento de seu trabalho na produção de alimentos.

Ao longo das edições, as Margaridas incluíram importantes temas nas suas pautas, como o acesso à água e aos bens comuns, a promoção da agroecologia e da soberania alimentar e energética. Questionam, assim, processos de mercantilização da natureza, o predomínio da lógica do lucro nos sistemas agroalimentares, e os efeitos negativos do atual modelo de desenvolvimento agrário capitalista para a saúde, o meio ambiente, a classe trabalhadora, e, especialmente, as mulheres.

Em 2019, excepcionalmente, a Marcha optou por não entregar uma pauta política para o Estado, por entender que a negociação naquele momento significaria dar legitimidade ao governo e atestar uma normalidade democrática, em um contexto de fragilização dos princípios e instituições democráticas. Essa decisão também foi tomada a partir da avaliação da comissão organizadora de que elas não deveriam negociar com um governo cujo discurso se caracteriza pela subjugação das mulheres⁷. Como alternativa, lançaram uma plataforma política, na qual apresentam à sociedade, aos agentes do Estado e às organizações internacionais o projeto político de sociedade defendido pelas mulheres. Com isso, as Margaridas consolidam o caráter propositivo da Marcha ao apresentarem um projeto de defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais, em particular, e da classe trabalhadora como um todo, baseado nos princípios da soberania popular, justiça social e ambiental.



MM, Marcha das Mulheres Indígenas
[Motta, 2019]

7 Sobre a atuação da Marcha das Margaridas no contexto de ascensão das novas direitas, em 2015 e 2019, ver: Teixeira 2021.

2 | Metodologia

© Motta, Renata (2019)

Instrumento de Pesquisa

O questionário é um instrumento novo elaborado a partir dos interesses de pesquisa e abrangeu 4 eixos. Para cada um deles, consultamos pesquisas prévias como subsídio (Tabela 1).

Tabela 1
Subsídios usados na elaboração do questionário da pesquisa Marcha das Margaridas 2019: alimentação, mobilização social e feminismos

Eixos	Subsídio
1 – Caracterização socioeconômica	Pesquisa “Perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta”, realizada pelo Ipea (2013). Censo IBGE 2010.
2 – Alimentação	Questionário para o Observatório Sindical de Políticas Agrícolas para a Agricultura Familiar, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (2011).
3 – Mobilização e participação política	Pesquisa “Perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta”, realizada pelo Ipea (2013). Pesquisa „A Cara da Democracia” realizada pelo INCT Instituto da Democracia (2018). Questionário aplicado na Marcha do Orgulho LGBTQI em Buenos Aires 2015, parte do projeto internacional „Caught in the act of protest: Contextualizing contestation” (Klandermans 2017).
4 – Feminismos	Pesquisa “Percepções sobre as políticas para mulheres” (Matos, 2018).

O pré-teste do questionário foi realizado entre os dias 22 e 26 de julho de 2019, no Centro de Estudo Sindical Rural (Cesir) da Contag, com sindicalistas que participavam de reuniões da confederação.

◆ Público

Participantes mulheres da Marcha das Margaridas 2019, com 16 anos ou mais de idade.

◆ Pesquisa com questionários face a face

A pesquisa face a face foi realizada durante os dias 13 e 14 de agosto de 2019, em Brasília, com uma amostragem probabilística aleatória sistemática, com intervalo de seleção das entrevistadas definido [7 em 7 participantes eram entrevistadas] e com cobertura ampla do território da marcha. Uma vez que as manifestantes tendem a marchar próximo a suas delegações estaduais, essa estratégia evitou a concentração da seleção, ampliando a cobertura das diversas representações estaduais.

No dia 13, as entrevistas foram realizadas no Pavilhão de Exposição do Parque da Cidade, um amplo espaço destinado ao acampamento das mulheres e à realização de atividades formativas [debates, oficinas], de sociabilidade [mostra de saberes e sabores] e políticas [abertura política]. Adotou-se a prática de cobertura ampla do espaço do acampamento, para evitar sobre-representação de delegações específicas.

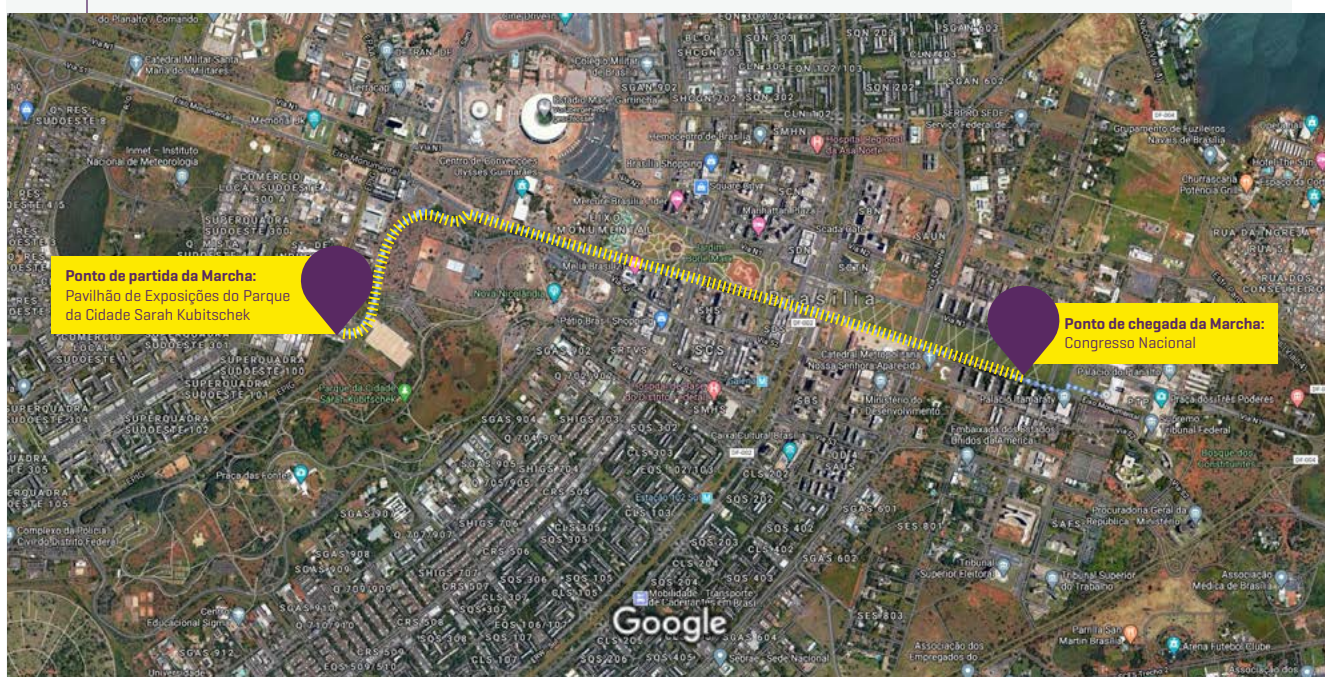
No dia 14, as entrevistas foram feitas ao longo do percurso da mobilização, do Parque da Cidade até o Congresso Nacional [ver Figura 1]. O percurso e a distribuição das delegações ao longo da marcha são planejados previamente. Três carros de som serviram como pontos de referência para a distribuição das participantes por alas. Atrás do primeiro carro de som foi a delegação do Nordeste. Em seguida, logo depois do segundo carro de som, as delegações do Norte e Sudeste. Finalmente, após o terceiro carro de som, as delegações do Centro-Oeste e Sul. No total, 458 questionários foram respondidos na modalidade face a face nos dois dias de pesquisa, cobrindo todo o território da marcha.

A fim de garantir a seleção mais aleatória possível entre as participantes da Marcha, foram utilizados os seguintes procedimentos, inspirados no método do projeto de pesquisa “Caught in the Act of Protest - Contextualizing Contestation” [Klandermans et al. 2011]: 1) as/os entrevistadas/os foram distribuídas/os igualmente ao longo do território ocupado pelas participantes no Pavilhão [no dia 13] e durante o protesto de rua [dia 14]; 2) durante a ação de rua, as/os entrevistadoras/es acessaram o protesto a partir de um ponto fixo. Conforme o protesto avançava, elas/ eles caminhavam com as participantes; 3) a primeira pessoa entrevistada era selecionada aleatoriamente. A seguinte pessoa a ser selecionada seria aquela que estivesse a uma distância de sete pessoas da pessoa entrevistada anteriormente, e assim sucessivamente. Vinte e dois entrevistadores foram treinados e desenvolveram esta metodologia. Esse método busca alcançar representatividade por meio de um sistema aleatório de seleção das entrevistadas, segundo o qual cada

peessoa que participa do protesto tem a mesma chance de ser selecionada para a pesquisa.

A pesquisa não contou antecipadamente com dados apurados da representação estadual das delegações e, portanto, não pode incluir essas informações no desenho da amostra. Assim, buscou-se ampliar a representação das diversas delegações ao se distribuir as entrevistas por todo o percurso trilhado pela marcha. É uma amostra com alto rigor científico, levando em conta as especificidades da coleta em uma manifestação.

Figura 1
Trajetória da Marcha



Fonte: marcação própria, no Google maps

A aplicação do questionário foi realizada por um grupo de 13 entrevistadoras e 6 entrevistadores contratados para esse fim, além de 3 membros da equipe de coordenação da pesquisa. As/os entrevistadoras/es tinham experiência prévia na realização de pesquisa de opinião e estavam identificados com crachás de pesquisadoras/es, com o intuito de criar um ambiente de confiabilidade entre as entrevistadas e entrevistadoras/es, uma vez que a abordagem aconteceu num ambiente dinâmico. Combinado a isso, as coordenadoras estaduais da Marcha informaram suas delegações sobre a realização da pesquisa e seus objetivos, fato que gerou mais segurança e disponibilidade à participação das ativistas.

O tempo médio de aplicação dos questionários face a face foi de 17:06 minutos.

Pesquisa com questionários autoadministrados

A pesquisa com questionários autoadministrados foi realizada durante a viagem das participantes a Brasília com uma amostragem por acessibilidade. As mulheres foram convidadas a responder o questionário de forma individual e voluntária.

Os questionários foram distribuídos de duas formas. Primeiro, foi enviado para todas as secretarias de mulheres das federações estaduais por meio da Secretaria de Mulheres da Contag. No ofício, pediu-se que os questionários fossem impressos e entregues para as mulheres nos ônibus, no momento da partida para Brasília, para que elas pudessem respondê-los no percurso da viagem. Os questionários respondidos foram entregues no credenciamento da Marcha e recolhidos pela equipe da pesquisa. Em seguida, foram digitados e sistematizados em um banco de dados pela equipe do IBPAD. Com essa modalidade, foram obtidas 1657 respostas.

Segundo, o questionário foi enviado por meio de um formulário eletrônico disponível em um link enviado por mensagem de WhatsApp. Uma mensagem padrão foi escrita e distribuída inicialmente para as coordenadoras nacionais e estaduais da Marcha. Também se pediu que a mensagem fosse repassada para grupos de WhatsApp das participantes. Com essa modalidade, nenhuma resposta foi obtida.

Na análise dos dados, desconsideramos 125 questionários que tinham menos de 50% de respostas como um meio de garantir a qualidade dos dados analisados. Também desconsideramos 83 questionários respondidos por homens e 8 questionários de ativistas menores de 16 anos. Embora a orientação tenha sido que os questionários fossem respondidos apenas por mulheres a partir de 16 anos, homens foram identificados pelo registro dos seus nomes no questionário, e meninas menores de 16 anos pelo registro da idade. Dessa forma, a amostra total de questionários autoadministrados foi de 1441 respostas.

É uma amostra não-probabilística, com menor rigor científico. Mas que será contrastada com a base probabilística para entendermos as diferenças e avaliarmos a possibilidade de ponderações estatísticas que ampliariam a representatividade dessa amostra, aumentando assim a quantidade de informações e observações analisados.

Observações

Para evitar duplicação de respostas, uma pergunta filtro foi incluída no início do questionário para checar se a participante já havia participado da pesquisa. Somente quem não havia respondido o formulário participava da pesquisa.

Todas as perguntas tinham as opções não sabe e não respondeu.

3 | Resultados

© Motta, Renata [2019]

A seguir, serão apresentados de forma descritiva os resultados do *survey* obtidos a partir das duas modalidades de entrevistas (face a face e autoadministrado). As duas amostras foram tratadas de forma separada e apresentadas paralelamente. Os resultados da amostra face a face têm alto rigor científico e, por isso, constituem o principal foco de análise neste documento. Os resultados da amostra autoadministrada não são probabilísticos, mas expressam as respostas das entrevistadas sem a interferência do/a entrevistador/a. Por isso, provavelmente tendem a deixar as entrevistadas mais à vontade nas respostas a perguntas que tratem de comportamentos que podem ser considerados socialmente reprovados. Os resultados da amostra autoadministrada serão analisados em paralelo ao da amostra face a face para avaliarmos aspectos como a aceitação social das respostas e semelhanças e diferenças das respostas conforme as diferentes modalidades.

3.1 Perfil socioeconômico

A seguir, selecionamos os principais destaques desta seção, utilizando os dados da amostra face a face.

Principais resultados

- Maior concentração de participantes adultas, na faixa etária entre 33 e 54 anos, conforme classificação do MSTTR [51,0%];
- Maior concentração de participantes negras [72,3%], quando consideramos a porcentagem de pardas [46,4%] e pretas [25,9%] juntas;
- A maioria das participantes da Marcha se declararam católicas [68,5%];
- Em relação à escolaridade, mais da metade das participantes tem o Ensino Médio completo [27,1%] ou o ensino superior completo ou incompleto [28,7%];
- Houve uma representação significativa de participantes oriundas do Nordeste [39,2%];

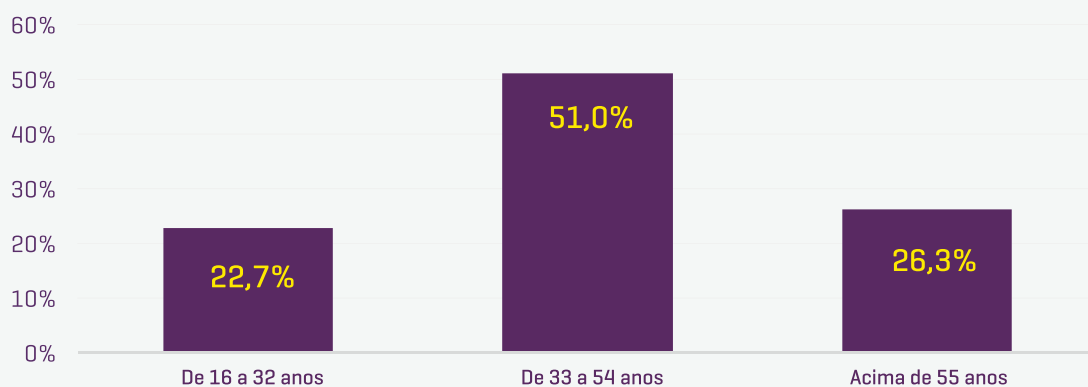
- Maior concentração de mulheres oriundas de área rural [55,2%], mas com significativo percentual de mulheres que se declararam de áreas urbanas [36,9%]. 7,9% afirmaram viver em áreas descritas como rurais e urbanas;
- Em geral, os domicílios das entrevistadas são compostos por até 3 moradores [51,0%].
- 60,1% das entrevistadas têm uma renda per capita de até R\$500,00;
- Em 66,7% dos domicílios, o trabalho doméstico é de responsabilidade de uma única pessoa. Nesses casos, são principalmente as entrevistadas [89,5%] que assumem este trabalho;
- Em relação à administração do dinheiro da família, nos domicílios com somente uma pessoa responsável por esta tarefa, são as entrevistadas as suas principais encarregadas [70,7%].

Estrutura etária

Para visualizar a faixa etária das participantes da Marcha, utilizamos dois sistemas de classificações: primeiro, a faixa etária utilizada pelo MSTTR; segundo, a classificação por faixas etárias adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. **O MSTTR considera jovens a população entre 16 e 32 anos; adultos, entre 33 e 54 anos; e terceira idade, pessoas acima de 55 anos.**

De acordo com a classificação do MSTTR, há uma concentração de mulheres participantes consideradas adultas na Marcha [51,0% na amostra face a face e 45,5% na amostra autoadministrada]. Os gráficos também mostram que há um relativo equilíbrio entre o número de participantes jovens e da terceira idade nas duas modalidades de pesquisa, sendo o universo da população acima de 55 anos superior ao da população com 16 a 32 anos.

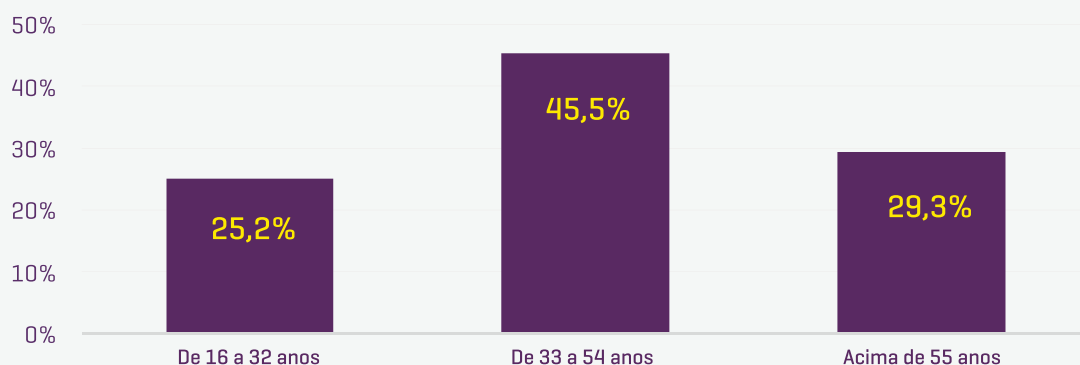
Gráfico 1
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do MSTTR, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: 5 não responderam e 0 pessoas não souberam responder. Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 2

Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do MSTTR, na modalidade de pesquisa autoadministrada

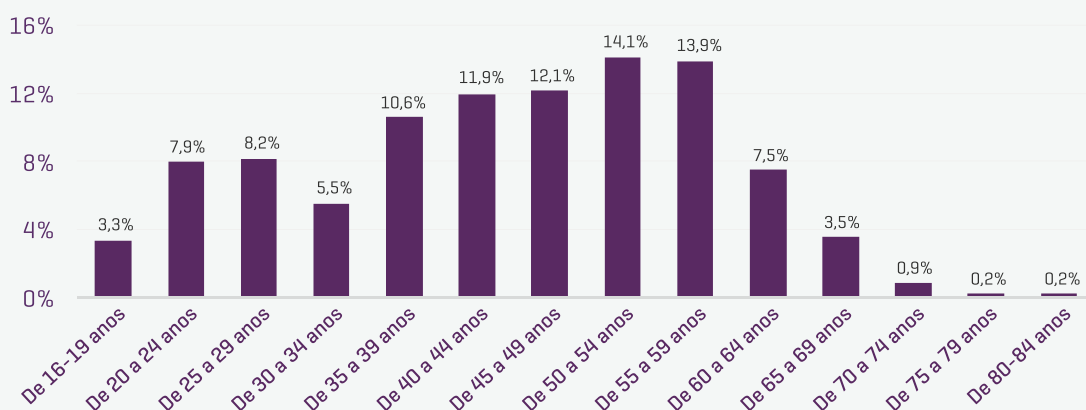


Nota: 67 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com a classificação da faixa etária conforme a categorização feita pelo IBGE, há uma concentração das participantes da Marcha nas idades entre 35 e 59 anos, correspondendo a um total de 62,7% das ativistas na amostra face a face. Entre as participantes jovens, a concentração de ativistas está na faixa etária entre 20 e 29 anos na amostra face a face.

Gráfico 3

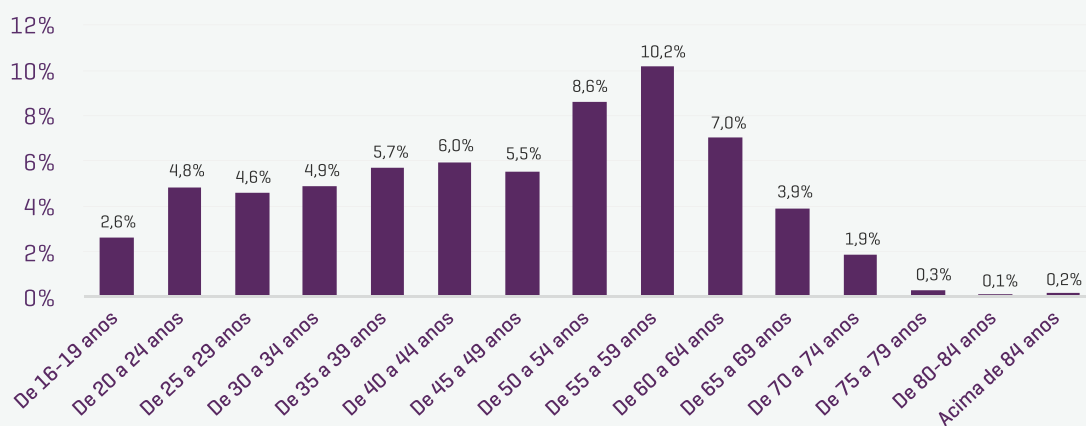
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do IBGE, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: 5 não responderam e 0 pessoas não souberam responder. Fonte: Dados da Pesquisa.

Na amostra autoadministrada, chama a atenção a concentração de participantes na faixa etária entre 50 e 59 anos quando nos orientamos pela classificação do IBGE, correspondendo a um total de 25,05%, ou seja, aproximadamente um quarto das participantes. Este gráfico mostra também que há uma distribuição relativamente uniforme das participantes entre as faixas etárias de 20 a 49 anos.

Gráfico 4
Faixa etária das entrevistadas, conforme classificação do IBGE, na modalidade de pesquisa autoadministrada



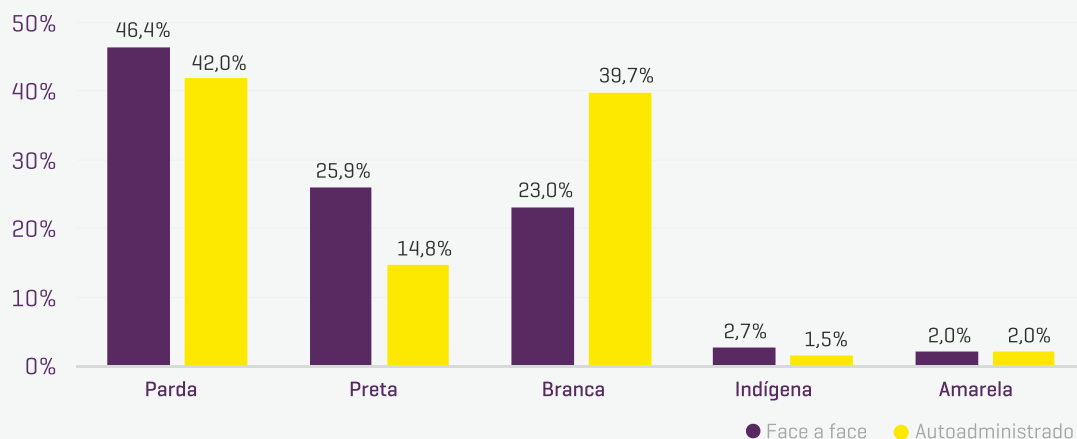
Nota: 67 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Raça ou cor

A pergunta sobre raça ou cor foi autodeclaratória. Ou seja, as mulheres foram perguntadas sobre sua raça ou cor a partir da leitura das seguintes opções de respostas: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Esse método é utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo brasileiro e é consagrado internacionalmente.

Na amostra face a face, há uma maioria de participantes pardas [46,4%], seguida por ativistas que se declararam pretas [25,9%] e, em seguida, brancas [23,0%]. Na amostra autoadministrada, as participantes que se declararam pardas também são a maioria [42,0%], mas são seguidas por ativistas que se declararam brancas [39,7%] e, em terceiro lugar, participantes que se declararam pretas [14,8%].

Gráfico 5
Raça ou cor das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



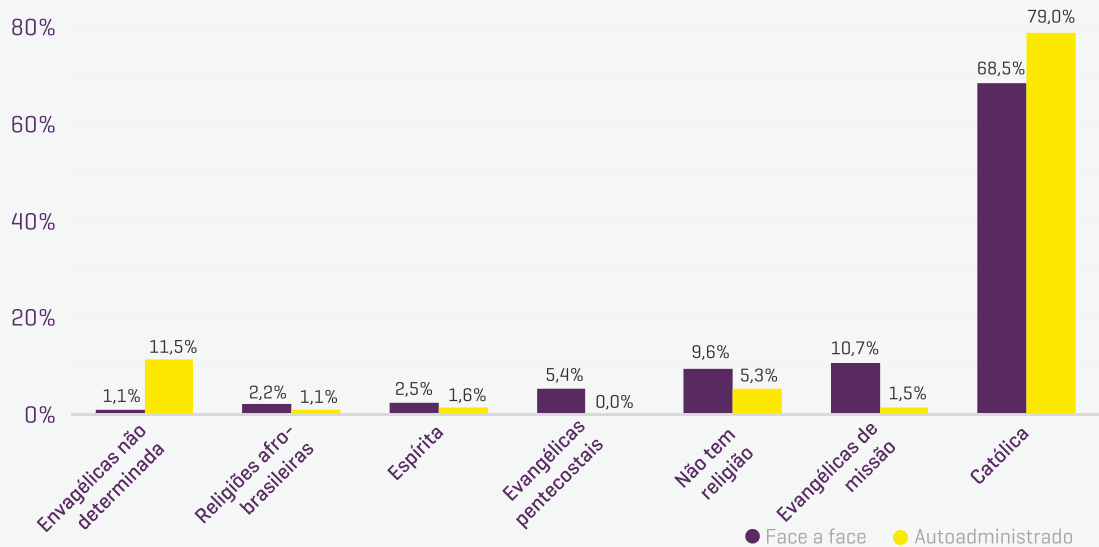
Nota: na modalidade face a face - 1 não soube responder à pergunta; 9 declararam outra raça ou cor. Na modalidade autoadministrada - 30 não responderam; 22 declararam outra raça ou cor. Fonte: Dados da Pesquisa.

Estes dados revelam a existência de uma maioria de participantes negras [72,3%] na Marcha, quando consideramos a porcentagem de pardas [46,4%] e pretas [25,9%] juntas [amostra face a face]. O total de participantes negras na amostra autoadministrada é de 56,8%.

Religião

A maioria das participantes da Marcha se declararam católicas em ambas as modalidades – 68,5% na face a face e 79,0% na autoadministrada. A pergunta sobre a religião das participantes foi espontânea, mas as/os entrevistadoras/es classificaram as respostas de acordo com categorias pré-estabelecidas: católica, evangélicas de missão, evangélicas pentecostais, evangélica não determinada, espírita, religiões afro-brasileiras, não tem religião e outra. Essa classificação é uma versão simplificada para os fins da pesquisa da composição dos grupos de religião utilizada pelo IBGE no Censo Demográfico 2010.

Gráfico 6
Religião das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



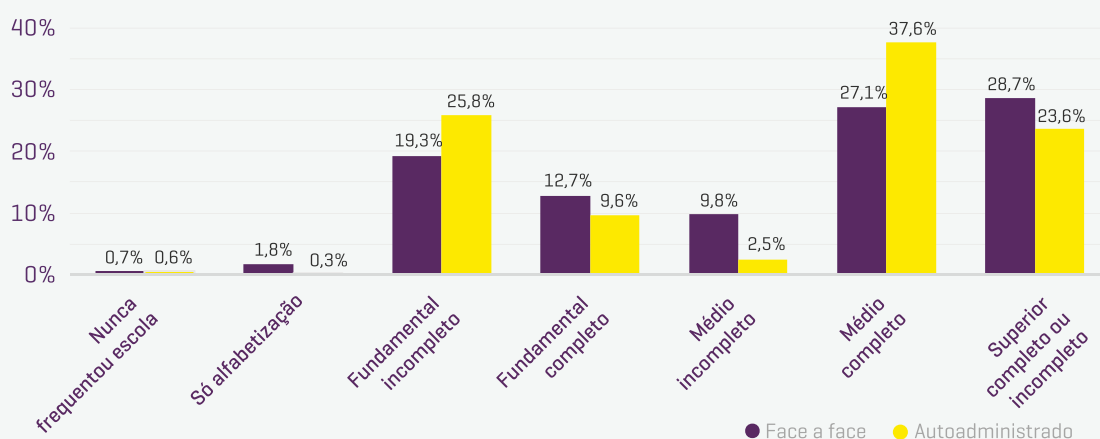
Nota: na modalidade face a face - 1 não respondeu; 1 não soube responder à pergunta; 8 declararam outras religiões. Na modalidade autoadministrada - 75 não responderam; 20 declararam outras religiões. Fonte: Dados da Pesquisa.

Escolaridade

Em geral, a escolaridade das entrevistadas nas duas modalidades é alta, com mais da metade das mulheres tendo concluído o ensino médio ou estudado até o ensino superior [completo ou incompleto]. Na modalidade face a face, 27,13% afirmaram ter estudado até o ensino médio completo e 28,67% declararam ter estudado até o ensino superior [completo ou incompleto]. Na modalidade autoadministrada, as respostas foram de 37,59%, [até o ensino médio completo] e 23,62% [até o ensino

superior completo ou incompleto]. Também chama a atenção o número expressivo de mulheres que responderam ter o ensino fundamental incompleto - 19,26% no face a face e 25,81% no autoadministrado. A pergunta sobre a escolaridade foi espontânea, mas as/os entrevistadoras/es classificaram as respostas de acordo com categorias pré-estabelecidas, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 7
Escolaridade das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e auto-administrada



Nota: na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 23 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Local de residência

A Marcha contou com a participação de mulheres de todos os estados do país e a pesquisa na modalidade face a face expressou este resultado. A maior concentração de respostas nas entrevistas face a face foi de mulheres dos estados de Minas Gerais [10,7%], Pará [9,2%], Maranhão [9,2%], Bahia [7,9%], Pernambuco [7,4%] e Goiás [7,0%], dados que demonstram uma representação predominante de ativistas vindas do Nordeste.

No questionário autoadministrado, houve uma maior concentração de respostas em poucos estados: Ceará [26,5%], Rio Grande do Sul [21,0%], Rio Grande do Norte [15,2%], Pará [13,8%] e Espírito Santos [11,5%]. Isso pode ser um indicio de maiores recursos [materiais e organizacionais] para a impressão e distribuição dos questionários nos ônibus para as participantes.

Tabela 2

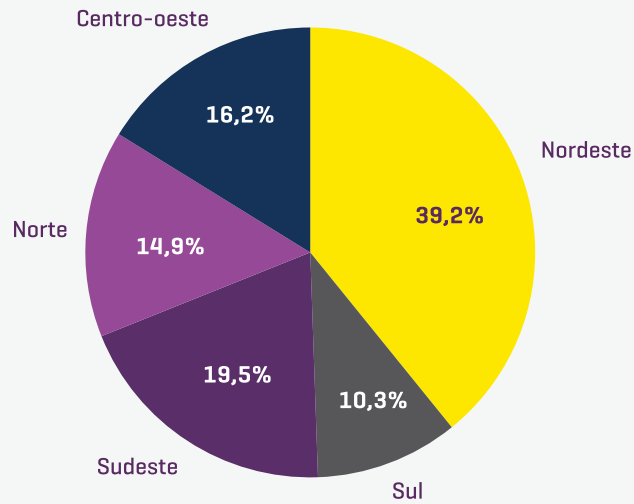
Unidades Federativas de residência das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face a autoadministrada

UF	Face a Face		Autoadministrado	
	Qtd	%	Qtd	%
Minas Gerais (MG)	49	10,7%	73	5,2%
Pará (PA)	42	9,2%	192	13,8%
Maranhão (MA)	42	9,2%	66	4,7%
Bahia (BA)	36	7,9%	0	0,0%
Pernambuco (PE)	34	7,4%	0	0,0%
Goiás (GO)	32	7,0%	0	0,0%
Ceará (CE)	22	4,8%	370	26,5%
Rondônia (RO)	21	4,6%	0	0,0%
São Paulo (SP)	19	4,2%	3	0,2%
Tocantins (TO)	18	3,9%	0	0,0%
Paraná (PR)	17	3,7%	22	1,6%
Santa Catarina (SC)	17	3,7%	1	0,1%
Piauí (PI)	16	3,5%	0	0,0%
Distrito Federal (DF)	14	3,1%	0	0,0%
Rio Grande do Sul (RS)	13	2,8%	293	21,0%
Rio de Janeiro (RJ)	11	2,4%	0	0,0%
Espírito Santo (ES)	10	2,2%	161	11,5%
Sergipe (SE)	10	2,2%	0	0,0%
Rio Grande do Norte (RN)	6	1,3%	212	15,2%
Mato Grosso do Sul (MS)	6	1,3%	0	0,0%
Alagoas (AL)	6	1,3%	0	0,0%
Paraíba (PB)	5	1,1%	0	0,0%
Mato Grosso (MT)	4	0,9%	0	0,0%
Amazonas (AM)	3	0,7%	0	0,0%
Amapá (AP)	2	0,4%	1	0,1%
Roraima (RR)	1	0,2%	1	0,1%
Acre (AC)	1	0,2%	0	0,0%
Total	457	100,0%	1395	100,0%

Nota: na modalidade face a face 1 não respondeu; na modalidade autoadministrada - 46 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

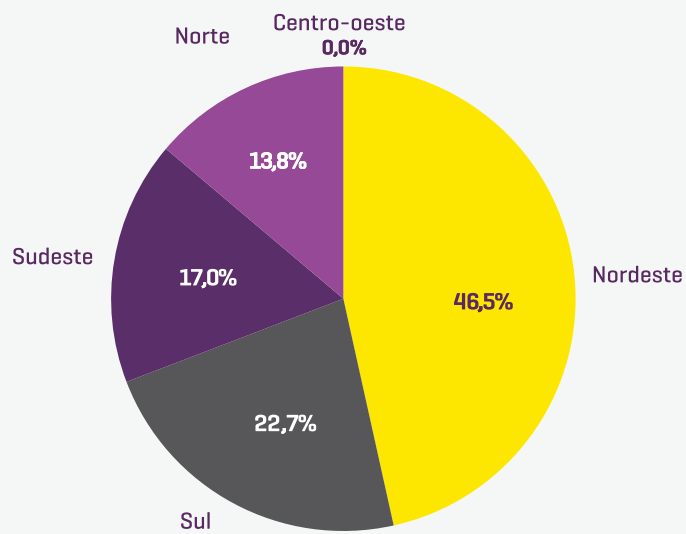
Quando visualizamos os dados de acordo com as regiões administrativas do país, identificamos que há uma concentração significativa de participantes oriundas da região Nordeste em ambas as modalidades, sendo 39,2% na face a face e 46,5% na autoadministrada.

Gráfico 8
Regiões de residência das entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: 1 não respondeu. Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 9
Regiões de residência das entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Nota: 46 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

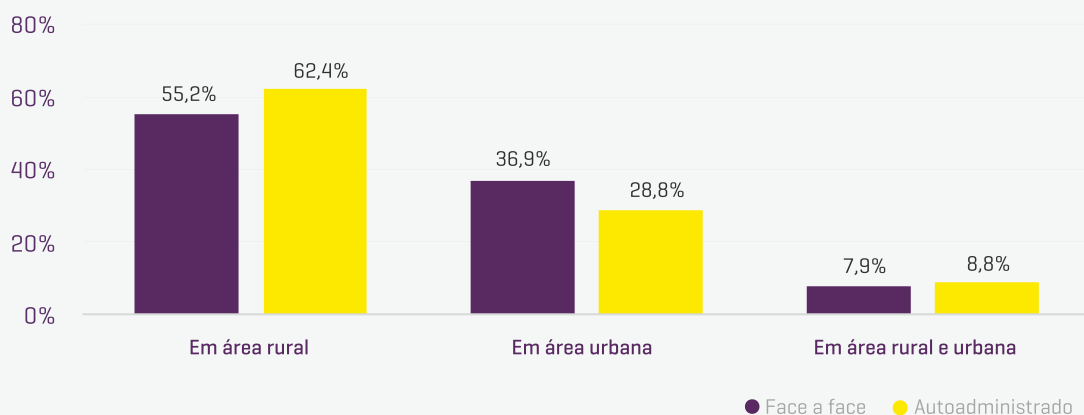
As entrevistadas também foram perguntadas se o lugar onde elas moram é área rural, área urbana ou simultaneamente área rural e urbana. A categoria “vive em área rural e urbana” foi utilizada como um recurso para captar os variados arranjos de ocupação do território, de acordo com a percepção das entrevistadas, permitindo analisar as relações entre o rural e urbano para além dos marcos legais. Assim, pode abarcar variadas situações que incluem, por exemplo: localidades tidas como urbanas, pelas delimitações legais, mas que reúnem características rurais ou mesmo combina traços rurais e urbanos, simultaneamente; e realidades de residentes de domicílios que dividem o tempo de vida e trabalho entre mais de um domicílio, que pode estar situado em perímetros urbano e rural. Esta forma de perguntar sobre a situação do domicílio foi experimentada na pesquisa com as ativistas da Marcha das Margaridas 2011, realizada pelo IPEA (2013), apresentando qualidade na aplicação e resultados.

Na amostra face a face, 55,2% das entrevistadas disseram viver em áreas rurais, 36,9% em áreas urbanas e 7,9% em regiões descritas como rurais e urbanas. Já na modalidade autoadministrada, o percentual de respostas foi de 62,4% em áreas rurais, 28,8% em regiões urbanas e 8,8% em áreas rurais e urbanas. O maior número de mulheres que declararam viver em áreas rurais na modalidade autoadministrada pode estar relacionado ao fato desta amostra ter reunido em sua grande maioria mulheres mobilizadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, público principal a ter acesso ao questionário.

O número de participantes oriundas de áreas urbanas é expressivo, sobretudo para uma Marcha que tem como protagonistas as mulheres do campo, da floresta e das águas. A presença de mais de um terço de mulheres de áreas urbanas na Marcha [face a face] mostra a relevância da adesão dessas mulheres à mobilização. Alguns elementos ajudam a explicar essa participação: 1) política de construção de alianças da Marcha com outros movimentos sociais e sociedade civil urbana e elaboração de pautas inclusivas que beneficiem toda a população⁸; 2) maior visibilidade e reconhecimento público da Marcha em sua sexta edição; 3) contexto de escalada do conservadorismo político e perda de direitos com a ascensão do governo Bolsonaro, o que provocou a reação de movimentos sociais contrários ao governo e a adesão espontânea de ativistas no dia da mobilização nacional. A inclusão das mulheres urbanas na Marcha também pode ser identificada em alguns documentos do ano de 2019, que já adotaram o termo “mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades” para descrever os sujeitos políticos da Marcha.

8 Sobre a política de alianças da Marcha, ver Teixeira e Motta, 2020 e Motta e Teixeira, 2021

Gráfico 10
Local de residência das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

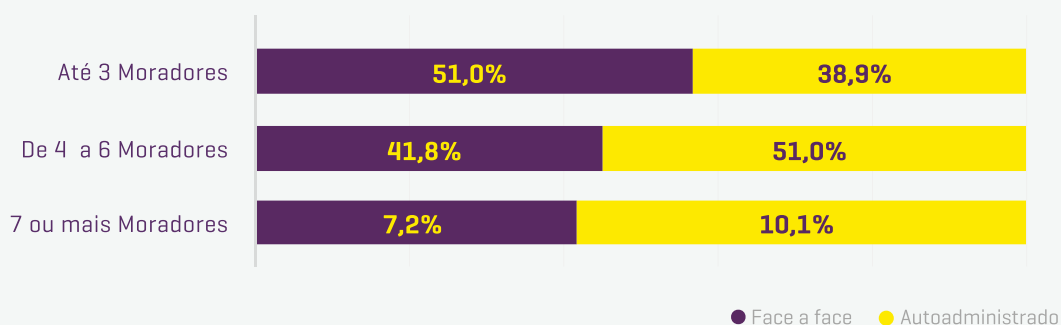


Nota: Na modalidade autoadministrada - 21 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Composição domiciliar

Para conhecer a composição domiciliar das participantes da Marcha foram feitas duas perguntas: a primeira sobre a quantidade de pessoas que moram com a participante na mesma casa e a segunda sobre quem são essas pessoas. Ambas as perguntas foram espontâneas, mas a segunda continha categorias que orientaram as/os entrevistadoras/es na classificação das respostas. A maioria dos domicílios das entrevistadas são compostos por até 3 pessoas, na modalidade face a face - 51,0%, e, na autoadministrada, o maior percentual é de domicílios com 4 a 6 moradores, totalizando 51,0%.

Gráfico 11
Número de moradores dos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



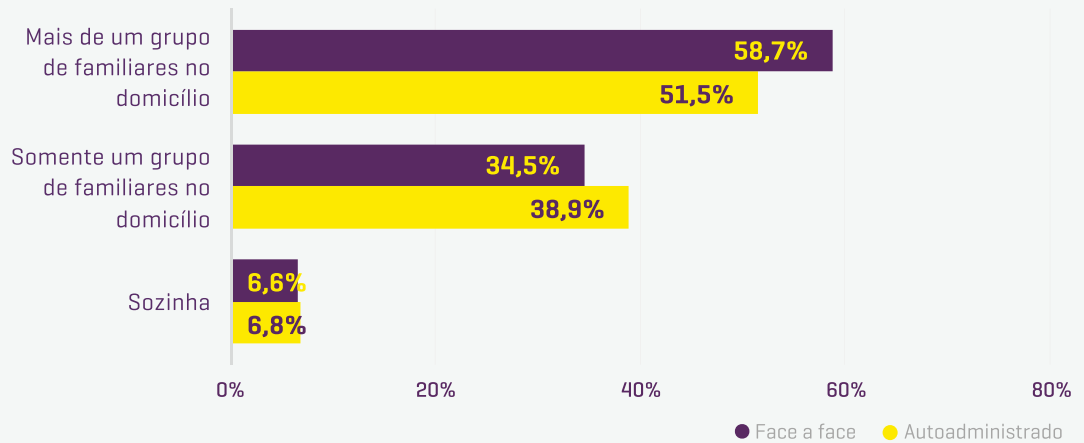
Nota: Na modalidade face a face - 1 não soube responder. Na modalidade autoadministrada - 34 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à composição dos domicílios, as entrevistadas evidenciaram uma variedade de arranjos, que organizamos em 3 tipos: 1] entrevistadas que vivem com um único grupo de familiares - quando as entrevistadas moram apenas com os

seus/suas cônjuges ou somente com seus/suas filhos/as ou seus pais, etc.; 2) entrevistadas que vivem com mais de um grupo de familiares – quando vivem com pessoas de diferentes relações de parentesco, compartilhando simultaneamente o domicílio com cônjuge, filhos/as, pais e etc.; 3) entrevistadas que vivem sozinhas.

O número de domicílios em que as entrevistadas vivem com mais de um grupo de familiares é maior em ambas as modalidades de pesquisa, sendo, 58,7% [269] no face a face, e 51,5% [746] no autoadministrado. Já os casos em que as entrevistadas compartilham o domicílio com apenas um grupo de familiares correspondem na modalidade face a face a 34,5% [158] e na modalidade autoadministrada a 38,9% [563]. Por fim, menos de 7% das entrevistadas vivem sozinhas nas duas modalidades de pesquisa.

Gráfico 12
Composição do domicílio por grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



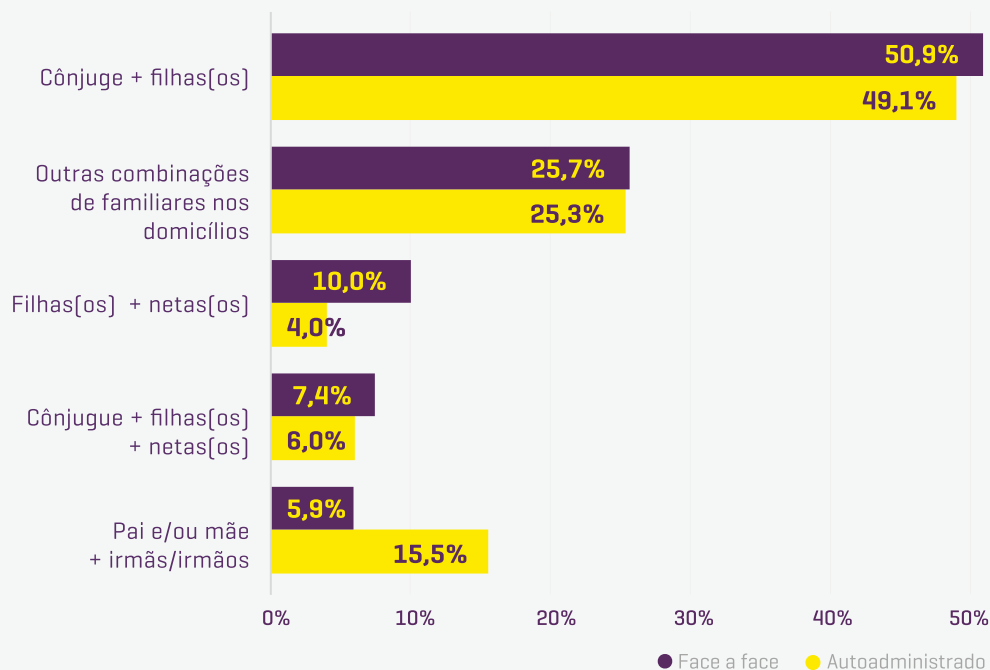
Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 41 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Nos domicílios com mais de um grupo de familiares, os arranjos domiciliares mais frequentes são compostos, além da entrevistada, pelos seus/suas cônjuges e filhos/as, sendo 50,9% na modalidade face a face e 49,1% na autoadministrada.



MM, Marcha das Mulheres Indígenas [Motta, 2019]

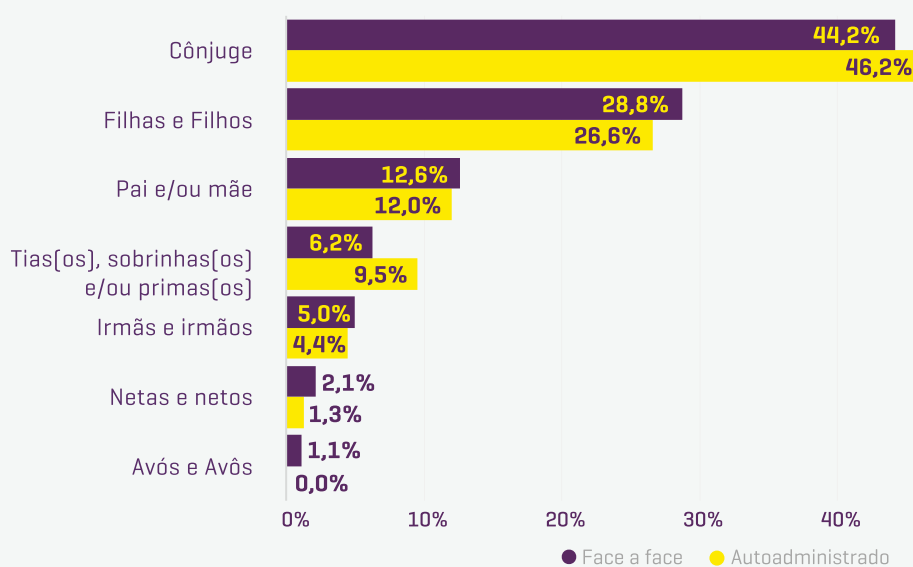
Gráfico 13
Classificação dos/as residentes nos domicílios com mais de um grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 41 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Levando em consideração as entrevistadas que vivem com somente um grupo de familiares, na maioria dos casos elas compartilham o domicílio com seu/sua cônjuge, sendo esta situação comum entre 44,2% das respondentes do questionário face a face e 46,2% no autoadministrado. 28,8% [face a face] e 26,6% [autoadministrada] das entrevistadas dividem a casa com seus/suas filhos/as e 12,6% [face a face] e 12,0% [autoadministrada] vivem com pai ou mãe ou mesmo ambos.

Gráfico 14
Classificação dos/as residentes nos domicílios com somente um grupo de familiares, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



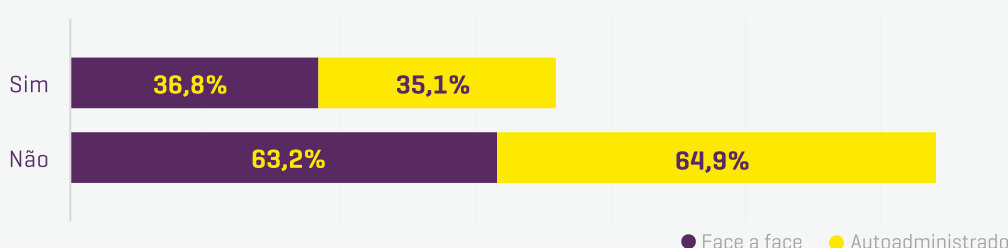
Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 41 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Trabalho, ocupação e renda

TRABALHO ASSALARIADO COM REMUNERAÇÃO MENSAL

36,8% das mulheres entrevistadas na pesquisa face a face afirmaram ter um trabalho do qual recebem um salário mensal. Na amostra autoadministrada, esse número é um pouco menor: 35,1%.

Gráfico 15
Ocupação em trabalho assalariado entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade face a face - 1 não soube responder. Na modalidade autoadministrada - 72 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

TRABALHO SEM REMUNERAÇÃO MENSAL

Considerando a importância do trabalho sem o recebimento de um salário mensal desenvolvido pelas mulheres na composição da renda familiar, as participantes foram perguntadas se fazem regularmente artesanato, doces, geleias ou outros produtos para a venda; e se realizam outros trabalhos eventuais para complementar a renda. 29,8% [face a face] e 22,1% [autoadministrado] responderam fazer regularmente artesanato, doces, geleias ou outros produtos para a venda (Gráfico 16). Já 43,1% [face a face] e 50,1% [autoadministrado] afirmaram realizar outros trabalhos eventuais para complementar a renda (Gráfico 17).

Gráfico 16
Ocupação na produção de artesanato, doces, geleias e outros produtos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade face a face - 2 não souberam responder. Na modalidade autoadministrada - 97 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Gráfico 17

Ocupação em trabalho eventual para complementar a renda entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



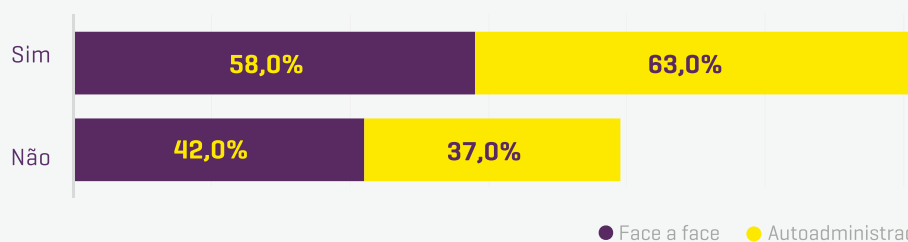
Nota: Na modalidade face a face - 3 não souberam responder. Na modalidade autoadministrada - 91 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Produção de alimentos

58,02% [face a face] e 63,00% [autoadministrada] afirmaram trabalhar na produção de alimentos junto com a família.

Gráfico 18

Ocupação na produção de alimentos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



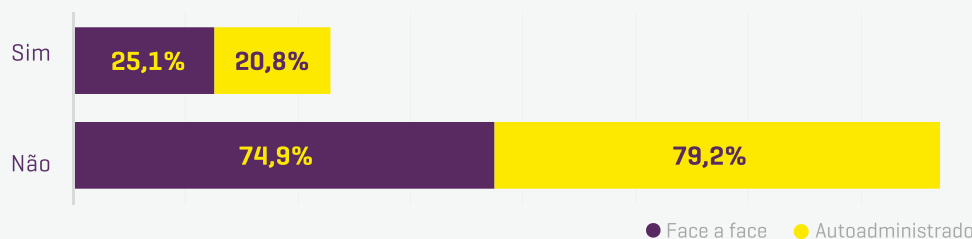
Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu; 2 não souberam responder. Na modalidade autoadministrada - 76 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Estudos

25,1% [face a face] e 20,8% [autoadministrado] declararam estar estudando no momento da entrevista.

Gráfico 19

Situação de estudos entre as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

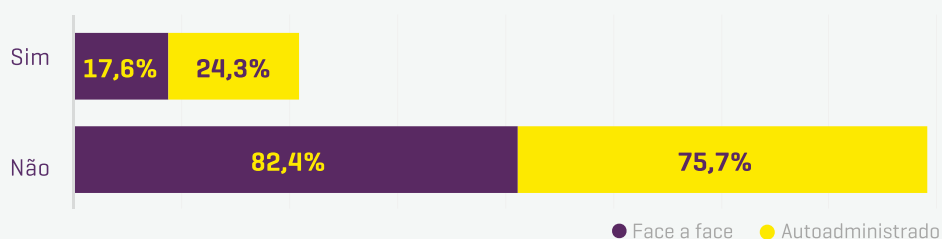


Nota: Na modalidade autoadministrada - 46 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Aposentadoria

17,6% [face a face] e 24,3% [autoadministrado] disseram ser aposentadas.

Gráfico 20
Recebimento de aposentadoria pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade autoadministrada – 54 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Bolsa Família

27,8% [face a face] e 24,4% [autoadministrado] disseram receber Bolsa Família.

Gráfico 21
Recebimento do Programa Bolsa Família pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



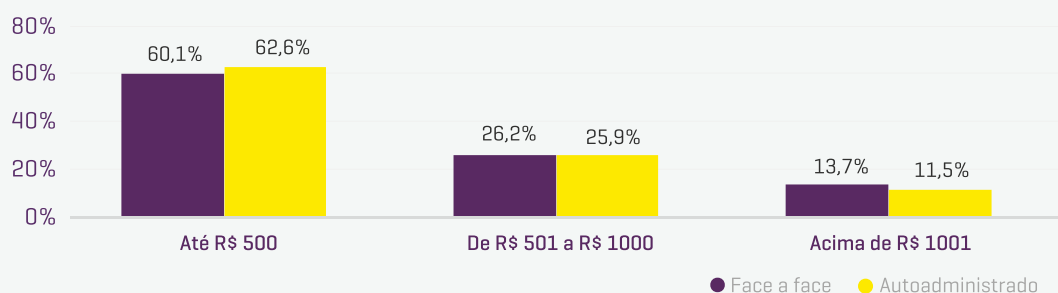
Nota: Na modalidade face a face – 3 não souberam responder; 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada – 89 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Renda per capita

As participantes foram perguntadas sobre qual é aproximadamente a renda mensal de todas as pessoas que moram com ela. Calculamos a renda per capita do domicílio utilizando o valor mais alto da faixa de renda declarada pela entrevistada. Por exemplo, para as entrevistadas que declararam ter renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00, foi utilizado o valor de R\$ 2.000,00. Este foi dividido pelo número total de moradores do domicílio. O valor per capita gerado foi distribuído conforme as faixas de renda utilizadas na pesquisa.

Há padrões semelhantes de renda nas duas modalidades de pesquisa, com a prevalência da renda per capita na faixa de até R\$ 500,00 mensais: 60,1% na pesquisa face a face e 62,6% na autoadministrada. Isso significa que esse grupo de mulheres, junto com as pessoas que moram com ela, vivem com uma renda abaixo de valores que correspondem a quase metade de um salário-mínimo [R\$ 998,00 no ano de 2019].

Gráfico 22
Renda per capita dos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

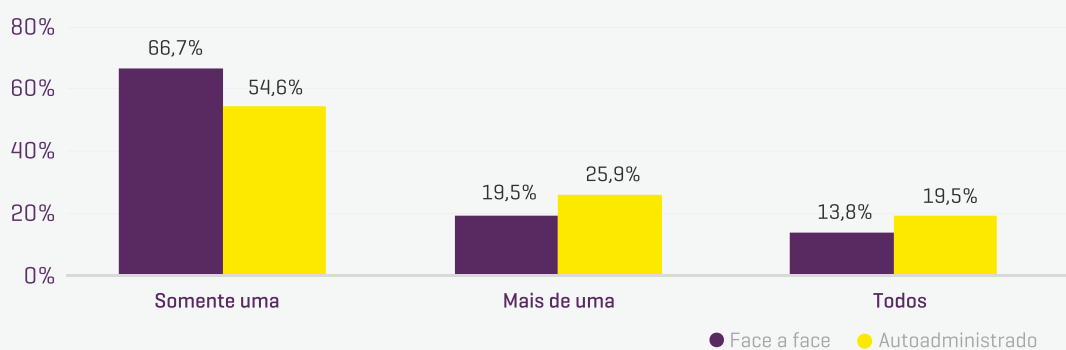


Nota: Na modalidade face a face 15 não souberam responder; 13 não responderam. Na modalidade autoadministrada 187 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Trabalho doméstico

As entrevistadas foram também perguntadas sobre quem realiza o trabalho doméstico em casa. A pergunta foi espontânea e a entrevistada poderia dar múltiplas respostas. As/os entrevistadoras/es preenchem a resposta conforme classificação pré-definida, no caso da pesquisa face a face. Os resultados mostram que o trabalho doméstico está significativamente concentrado na mão de uma única pessoa. A maioria das entrevistadas na modalidade face a face (66,7%) afirmaram que somente uma pessoa é responsável pelo trabalho doméstico em seu domicílio. Na modalidade autoadministrada este percentual é um pouco menor, 54,6%, mas ainda assim representa mais da metade do total da amostra.

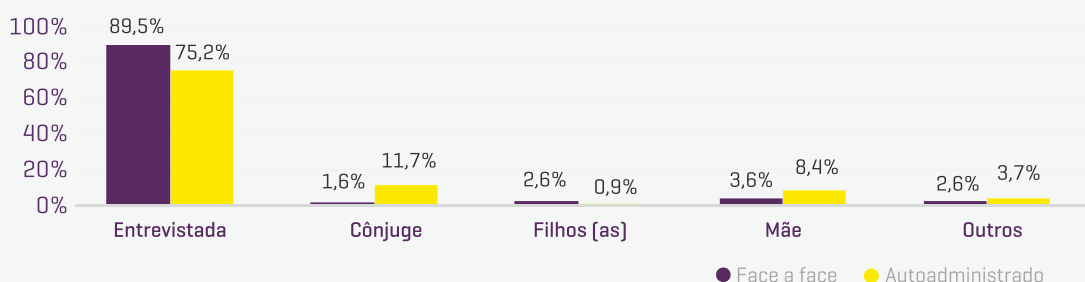
Gráfico 23
Número de responsáveis pelo trabalho doméstico nos domicílios das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.



Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 53 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Nos casos em que só há uma pessoa realizando o trabalho doméstico, são as entrevistadas as principais responsáveis por estas atividades. O gráfico abaixo⁹ revela que 89,5% das entrevistadas na amostra face a face, realizam este trabalho sozinhas. A porcentagem é de 75,2% na autoadministrada.

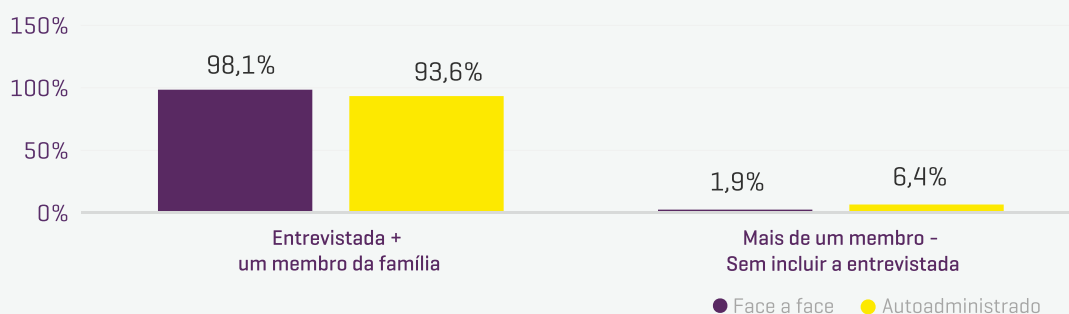
Gráfico 24
Trabalho doméstico em domicílios com única pessoa responsável por sua realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.



Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 53 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Mesmo em situações em que mais de uma pessoa compartilha o trabalho doméstico, ainda assim o percentual de participação das entrevistadas é bem significativo, ultrapassando a marca dos 90% dos casos em ambas as modalidades de pesquisa.

Gráfico 25
Trabalho doméstico em domicílios com mais de uma pessoa responsável por sua realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.



Nota: Na modalidade face a face - 1 não respondeu. Na modalidade autoadministrada - 53 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

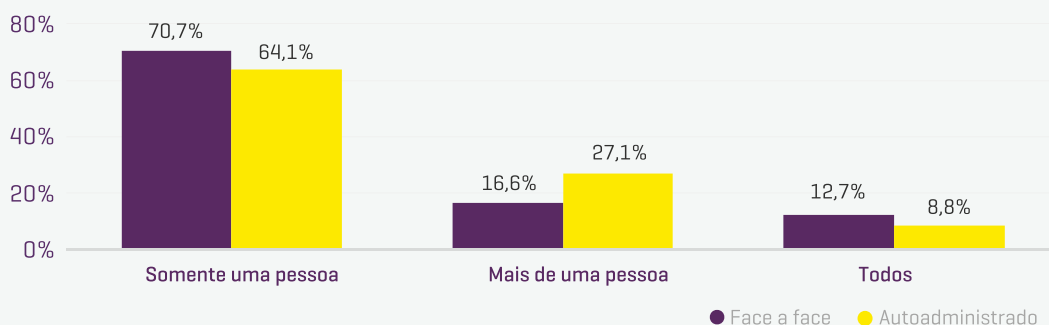
Administração do dinheiro da família

A pergunta sobre a administração do dinheiro da família foi espontânea e a entrevistada poderia dar múltiplas respostas. As/os entrevistadoras/es preenchem a resposta conforme classificação pré-definida, no caso da pesquisa face a face. A maioria das entrevistadas respondeu que somente uma pessoa assume a admi-

⁹ Cabe mencionar que as referências a cônjuge e filhos, presentes neste gráfico, não indicam, necessariamente, que sejam pessoas do sexo masculino. A pergunta não permitiu captar o sexo dos cônjuges e dos filhos das entrevistadas.

nistração do dinheiro da família no domicílio, ocorrendo em 70,7% dos casos na pesquisa face a face e em 64,1%, na autoadministrada.

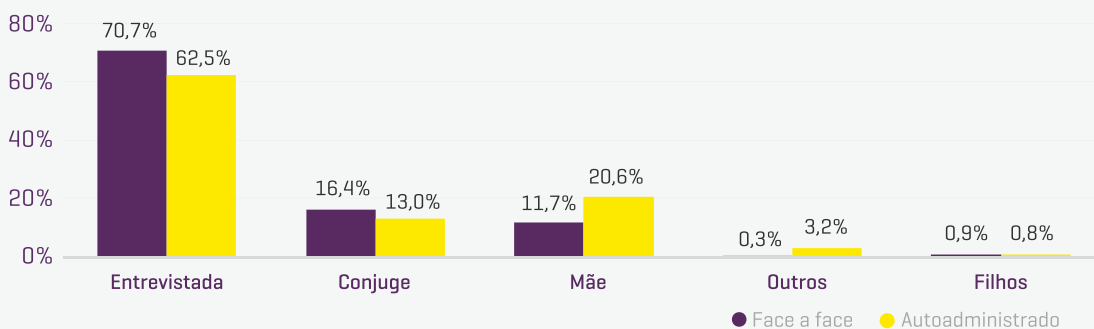
Gráfico 26
Administração do dinheiro da família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade autoadministrada – 57 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Na maioria dos casos, as entrevistadas são as responsáveis pela administração do dinheiro da família nos domicílios onde somente uma pessoa é responsável por esta tarefa, alcançando 70,7% [face a face] e 62,5% [autoadministrada]. Na pesquisa face a face, a segunda resposta mais citada identificou os(as) cônjuges como administradores(as) do dinheiro da família [16,4%], seguido da mãe das entrevistadas [11,7%]. Já em se tratando da modalidade autoadministrada esta posição se inverte, sendo a mãe da entrevistada na segunda posição, com 20,6%, e os(as) cônjuges em terceiro, com 13,0%.

Gráfico 27
Administração do dinheiro da família, nos domicílios com somente uma pessoa responsável pela administração, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.

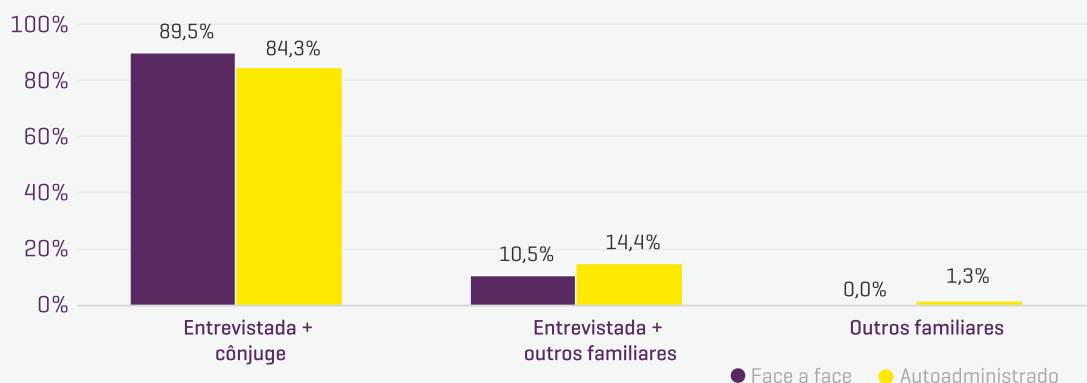


Nota: Na modalidade autoadministrada – 57 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

Se considerarmos os 76 domicílios, na modalidade face a face, e os 375, na modalidade autoadministrada, que contam com mais de uma pessoa responsável pela administração do dinheiro da família, percebe-se que em quase 100% dos casos, em ambas as modalidades, é a entrevistada que compartilha esta tarefa com um(a) familiar [cônjuge, mãe, filhas e outros]. O membro do domicílio com quem as entrevistadas mais compartilham a administração do dinheiro da família é o cônjuge ou companheiro(a) [89,5% na face a face e 84,3% na autoadministrada].

Gráfico 28

Administração do dinheiro da família nos domicílios com mais de uma pessoa responsável pela administração, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada.



Nota: Na modalidade autoadministrada – 57 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa

3.2 Alimentação

Nesta seção, são apresentados os resultados sobre as práticas de produção, comercialização e consumo alimentar das mulheres entrevistadas e suas famílias. Nas perguntas sobre produção e venda, as mulheres eram questionadas sobre suas práticas e convidadas a responder sim [se elas realizavam essas práticas], às vezes [se faziam às vezes] ou não [se não faziam]. Já na pergunta sobre consumo de alimentos, procurou-se identificar a frequência com a qual as participantes e suas famílias consumiam certos produtos [nunca/raramente; uma a duas vezes por semana; três a seis vezes por semana; todos os dias].

A seguir, selecionamos os principais destaques desta seção considerando os dados da amostra face a face.

Principais resultados

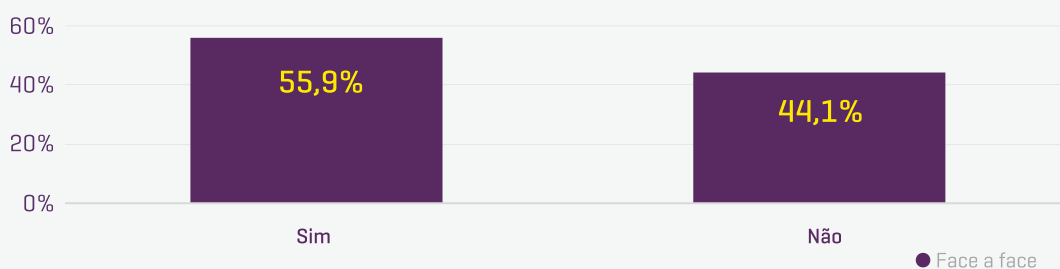
- 55,9% das entrevistadas declararam ter produção agrícola;
- 56,1% das entrevistadas que produzem afirmaram utilizar práticas agroecológicas em sua produção;
- O número de entrevistadas agricultoras que declararam utilizar agrotóxicos foi relativamente baixo: 10,7% na produção para consumo da família; e 11,0% na produção para a venda;
- 63,3% das entrevistadas que tem produção agrícola afirmaram vender os seus produtos, sendo a venda em feiras a modalidade de comercialização mais comum no universo de mulheres que comercializam: 59,3%.

- Em relação ao consumo de alimentos saudáveis, 61,3% das ativistas afirmaram consumir todos os dias carne, peixe ou frango, 56,1% frutas e hortaliças, 54,6% legumes e tubérculos;
- A maioria das entrevistadas afirmaram que cozinham em casa diariamente (87,7%).
- A maioria das entrevistadas interpretaram a fome no Brasil devido à falta de apoio ou incentivo do Estado ou governo (47,7%);
- Os atores identificados como mais relevantes na produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para a população brasileira foram as mulheres (91,6%), a agricultura familiar (87,6%), o movimento sindical (78,2%) e os consumidores (66,3%).
- 69,9% das entrevistadas discordam que é preciso utilizar agrotóxicos para produzir alimentos suficientes para a população brasileira e afirmam que é possível alimentar a população brasileira com a agroecologia (66,4%);
- 82,7% das entrevistadas reconheceram que as mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar.

Práticas de produção agrícola

Uma pergunta-filtro identificou quem são as entrevistadas que afirmaram ter produção agrícola na família¹⁰ – 55,9% das entrevistadas (face a face). Esse será o universo das respostas nesse conjunto de questões para a modalidade face a face, correspondendo a 256 entrevistadas.

Gráfico 29
Produção agrícola na família, na modalidade de pesquisa face a face.



Fonte: Dados da Pesquisa

10 De acordo com a definição do governo brasileiro, agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental por meio da qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado (IBGE 2017). Já para o movimento sindical, a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares representa aqueles que, "ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em conjunto com o grupo familiar, que reúna, integralmente, as seguintes características: a. Trabalho efetivo na atividade rural em regime de economia familiar, de todos ou parte dos membros da família; b. Gestão da Unidade de Produção da Agricultura Familiar feita pela família; c. sem limitação do valor máximo de renda familiar total; d. Não limitação da renda mínima oriunda da atividade rural na composição da renda familiar total; e. Possibilidade de conciliar o trabalho rural com outros tipos de atividades observando a predominância do exercício da atividade rural; f. Área igual ou inferior a 06 módulos fiscais da área total explorada pela unidade de produção familiar; g. Possibilidade de uso de mão de obra contratada ou em regime de mútua assistência, ficando garantida a contratação de mão de obra temporária e assegurada, ainda, a contratação permanente na proporção de 1 (um) empregado(a) para cada integrante do núcleo familiar diretamente ocupado na atividade rural" [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG 2017].

Essa pergunta não existia no questionário autoadministrado e por isso a amostra dessas entrevistas foi a mesma usada nas perguntas anteriores – 1441 entrevistadas. Sem uma pergunta-filtro, as entrevistadas que não tinham produção agrícola responderam não desenvolver nenhuma das práticas agrícolas listadas, o que levou a um alto valor das respostas negativas na modalidade autoadministrada, como pode ser visto nos gráficos 31 e 33.

Foram feitas 13 perguntas sobre práticas de produção que podem ser classificadas, grosso modo, como práticas que se aproximam de um modelo de produção de base agroecológica ou de um modelo convencional e foram usadas como marcadores para classificar a produção nestes dois grupos. Essas perguntas apresentam certo grau de simplificação e não se pode afirmar que as participantes possuem produções de base agroecológica ou convencional somente a partir delas. Porém, as respostas apresentam indícios de como o universo investigado procurou visibilizar sua experiência de produção.

De acordo com o a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Presidência da República do Brasil 2012) a produção de base agroecológica é

“aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social” [Art. 2º, Inciso II].

A Marcha das Margaridas define a agroecologia como

“um modo de vida e de produção de alimentos saudáveis que não apenas depende do acesso à terra e à água, das práticas de respeito e cuidado com os bens comuns, mas também, de relações sociais, econômicas e políticas justas entre as pessoas e destas, para com todos os seres do planeta” [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG 2019, 44].

Já o modelo de agricultura convencional se caracteriza sobretudo pela preocupação central com a produtividade e “externaliza” efeitos negativos ao meio ambiente, aspectos nutricionais dos alimentos e relações sociais justas. De acordo com Dulley,

“o sistema de produção da agricultura convencional não comporta diferenciações conceituais significativas em relação aos princípios e/ou limitações quanto à utilização de determinados insumos ou procedimentos. Não é importante, também, a definição de limites filosóficos, de auto-regulação técnica em relação ao meio ambiente e ambiente, nem limites éticos na produção. Os limites restringem-se aos legais” [2003, 3].

Produções de base agroecológica

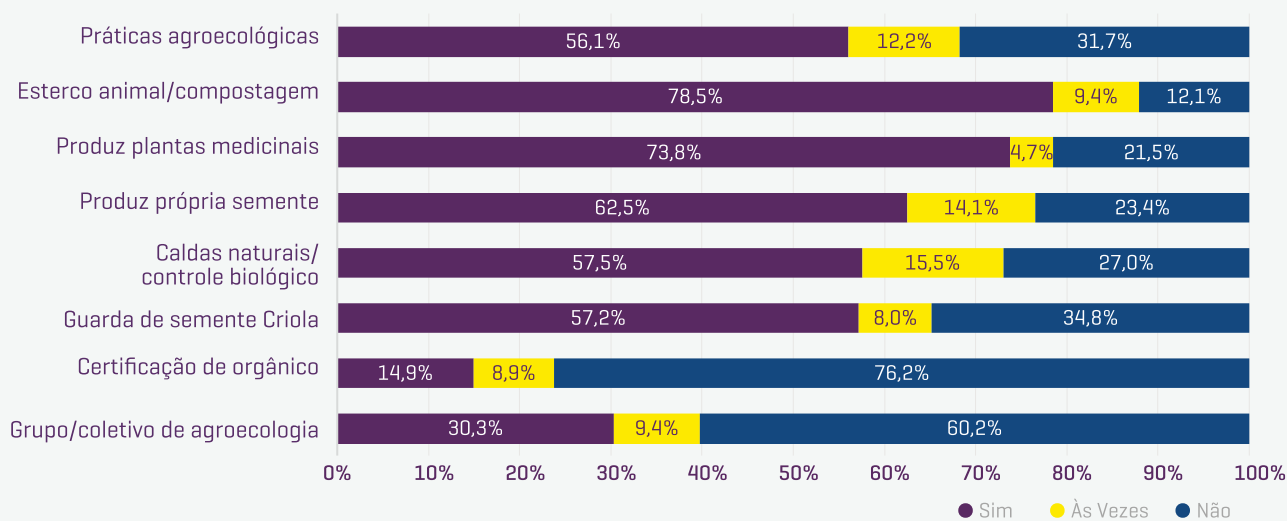
56,1% das entrevistadas [face a face] responderam utilizar práticas agroecológicas na produção [39,2% na autoadministrada]. Outras 12,2% disseram que às vezes utilizam práticas agroecológicas [21,1% na autoadministrada]. A prática agroecológica mais utilizada pelas entrevistadas é o uso de esterco animal ou compostagem como adubo [78,5% na face a face e 67,3% na autoadministrada].

Em seguida, a produção de planta medicinais é a segunda atividade mais comum entre as práticas agroecológicas mais usadas pelas ativistas [73,8% na face a face e 63,9% na autoadministrada].

As entrevistadas foram também perguntadas sobre o uso de sementes: 62,5% disseram produzir a própria semente e 57,2% afirmaram ter alguma prática de guarda de semente Criola [na pesquisa face a face, 41,2% e 43,4%, na autoadministrada]. Outra pergunta feita foi em relação ao uso de caldas naturais ou controle biológico de pragas e doenças: 57,5% afirmaram utilizar essa prática na amostra face a face. Esse valor foi de 33,3% na amostra autoadministrada. A prática menos utilizada pelas ativistas é a certificação de orgânicos, tais como OCS, SPG ou auditoria externa. 14,9% [face a face] e 5,4% [autoadministrado] responderam ter essa certificação, resultados que confirmam o debate existente sobre as dificuldades de se alcançar os critérios técnicos exigidos para a certificação de orgânicos.

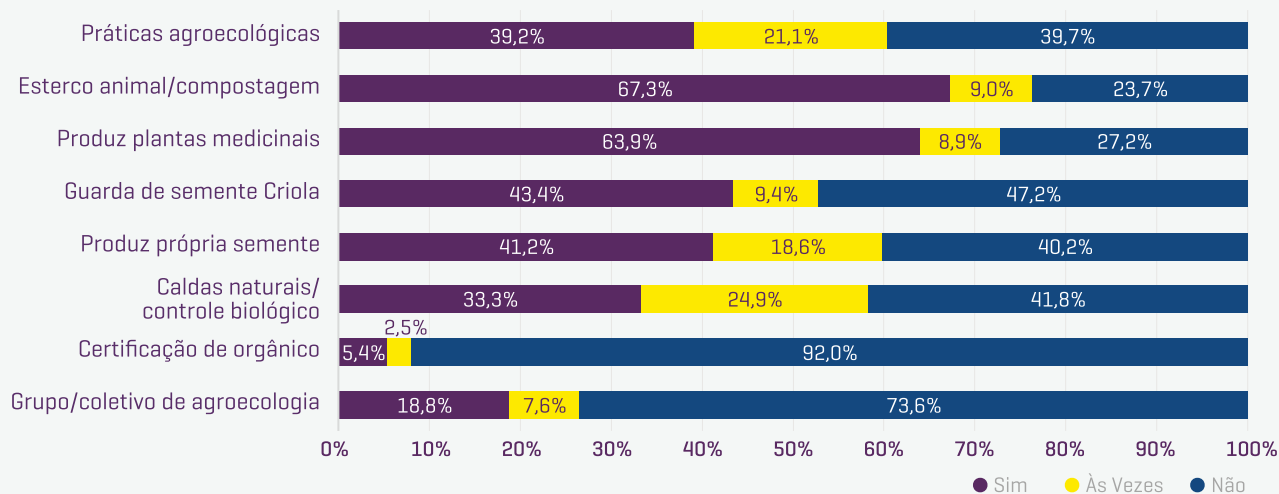
Por fim, as mulheres foram perguntadas se participam de algum grupo ou coletivo de agroecologia e 30,3% afirmaram que sim na modalidade face a face [18,8% na autoadministrado].

Gráfico 30
Práticas de produção agroecológica, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Práticas agroecológicas: 8 não souberam informar, 1 não respondeu; caldas naturais/controlado biológico: 1 não soube informar; guarda de semente Criola: 5 não souberam informar, 1 não respondeu; certificação orgânica: 6 não souberam informar, 2 não responderam; Grupo/coletivo de agroecologia: 1 não soube informar, 1 não respondeu; Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 31
Práticas de produção agroecológica, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Nota: Práticas agroecológicas: 169 não responderam; Esterco animal/compostagem: 158 não responderam; Produz plantas medicinais: 161 não responderam; Guarda de semente Criola: 182 não responderam; Produz própria semente: 160 não responderam; Caldas naturais/controlado biológico: 173; Certificação de orgânico: 225 não responderam; Grupo/Coletivo de agroecologia: 197 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

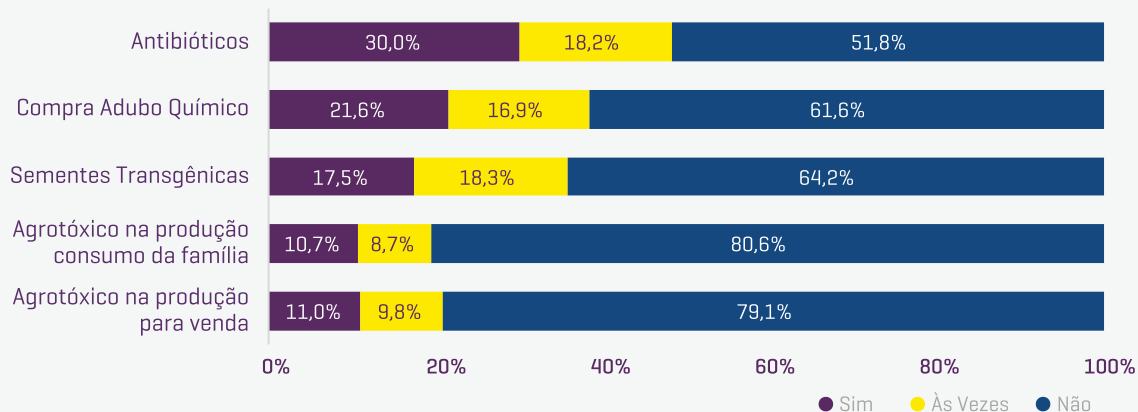
Produções convencionais

As perguntas sobre o uso de práticas consideradas mais comuns à agricultura convencional procuraram identificar se as entrevistadas utilizam antibióticos, sementes transgênicas, adubos químicos e agrotóxicos nas suas produções. Desse conjunto, o uso de antibióticos na criação de animais foi a prática mais comum entre as ativistas: 30,0% [face a face] e 30,8% [autoadministrado]. Em seguida, 21,6% [face a face] e 25,1% [autoadministrado] responderam comprar adubo químico [NPK, Super Simples, uréia etc.]. Em terceiro lugar, 17,5% [face a face] e 18,5% [autoadministrado] das entrevistadas disseram usar sementes transgênicas.

As perguntas sobre o uso de agrotóxicos tiveram uma taxa de respostas afirmativas baixa: 10,7% [face a face] e 4,6% [autoadministrado] informaram utilizar agrotóxicos na produção para consumo da família; e 11,0% [face a face] e 7,9% [autoadministrado] afirmaram utilizar agrotóxicos na produção para a venda. O tema do uso dos agrotóxicos na produção agrícola familiar é polêmico: por um lado, há um grupo de agricultores/as familiares que defende uma produção livre de agrotóxicos, inclusive sendo essa a bandeira política de muitos movimentos sociais do campo, como a Marcha das Margaridas. Por outro lado, há um grupo que considera necessário utilizar agrotóxicos na produção, mas, em geral, não expressam publicamente suas posições dada a controvérsia do tema [Abreu 2014; Queiroz et al. 2016].

Gráfico 32

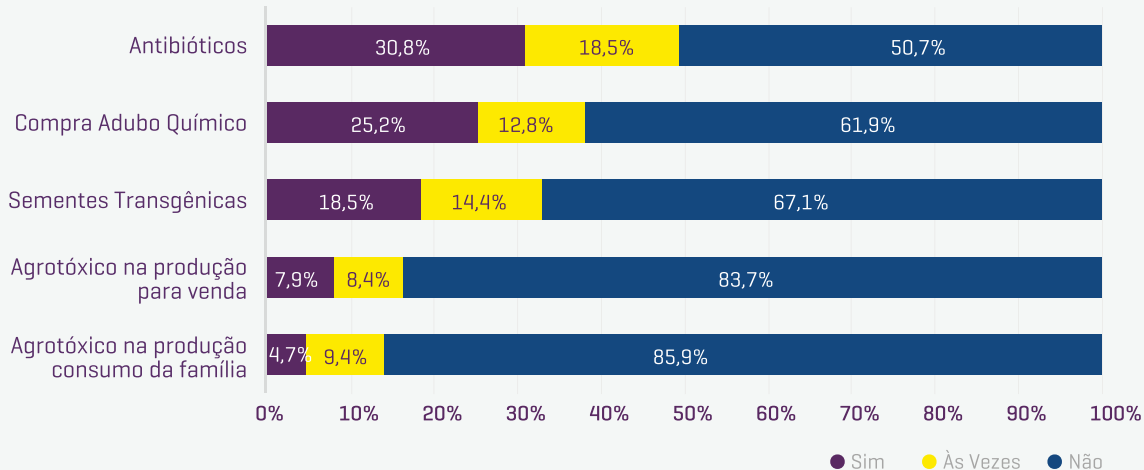
Práticas de produção agrícola, convencionais na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Antibióticos: 3 não souberam informar; comprar adubo químico: 1 não soube informar; Sementes transgênicas: 98 não souberam informar, 2 não responderam; agrotóxico na produção consumo família: 3 não souberam informar, 1 não respondeu; agrotóxico na produção para venda: 1 não soube informar, 1 não respondeu. Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 33

Práticas de produção agrícola convencionais, na modalidade de pesquisa auto-administrada

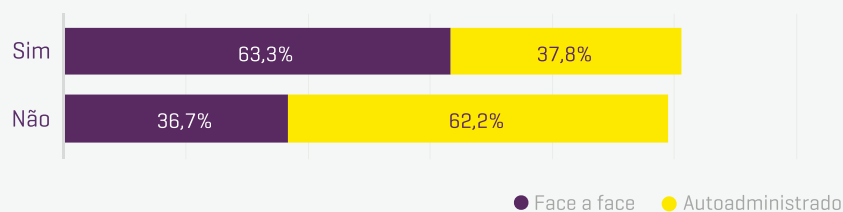


Nota: Antibióticos: 185 não responderam; Compra adubo químico: 177 não responderam; Sementes transgênicas: 185 não responderam; agrotóxico na produção para venda: 200 não responderam; agrotóxico na produção consumo família: 175 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

Práticas de comercialização

Novamente, uma pergunta filtro selecionou as entrevistadas que comercializam a produção agrícola da família. De um total de 55,9% das entrevistadas na pesquisa face a face que produzem, 63,3% [162] afirmaram que ela ou sua família vendem os seus produtos. Na modalidade autoadministrada, 37,8% [493] disseram vender a produção agrícola da família. Esse será o universo considerado na descrição das perguntas a seguir. O conjunto de perguntas procurou identificar quais são as práticas de venda de produtos agrícolas mais comuns entre as entrevistadas a suas famílias.

Gráfico 34
Práticas de comercialização da produção agrícola, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



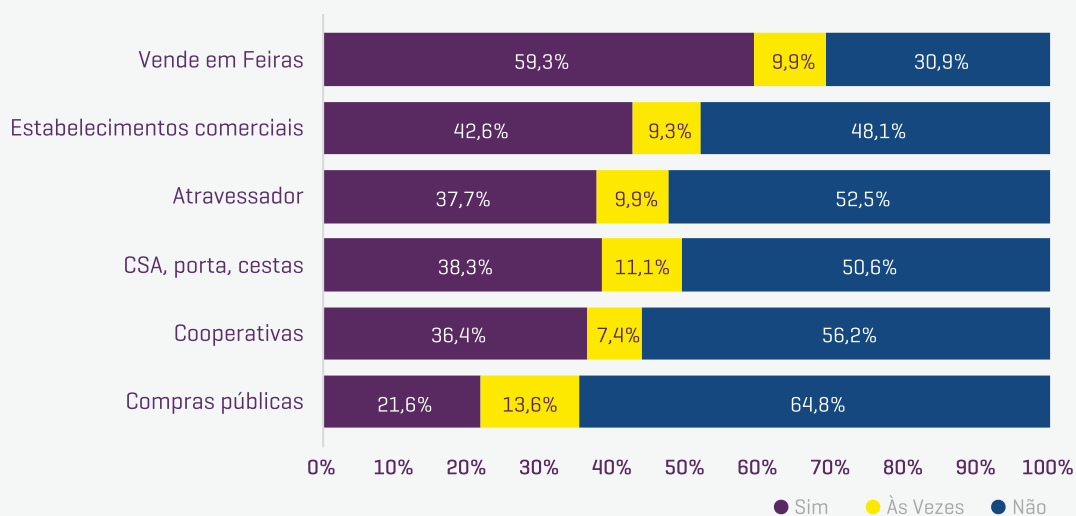
Nota: Na modalidade autoadministrado: 138 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados indicaram que a venda em feiras é a modalidade mais comum no universo das entrevistadas na amostra face a face: 59,3%. Outras 9,9% das entrevistadas afirmaram que às vezes sua família utiliza a feira como meio de comercializar seus produtos, reforçando pesquisas anteriores que mostram a importância desse canal de comercialização para a agricultura familiar (Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola 2018).

Um conjunto de modalidades de venda apresentaram taxas de respostas similares: estabelecimentos comerciais (ex. supermercados, sacolões, armazéns etc.), atravessadores/intermediários, de forma direta ao consumidor - de porta em porta, via cestas de alimentos, na própria propriedade, CSA etc., e por meio de cooperativas, associações ou outros tipos de organizações.

Já 21,6% das entrevistadas afirmaram que suas famílias comercializam seus produtos agrícolas por meio de políticas de compras públicas. 13,6% disseram utilizar este canal às vezes.

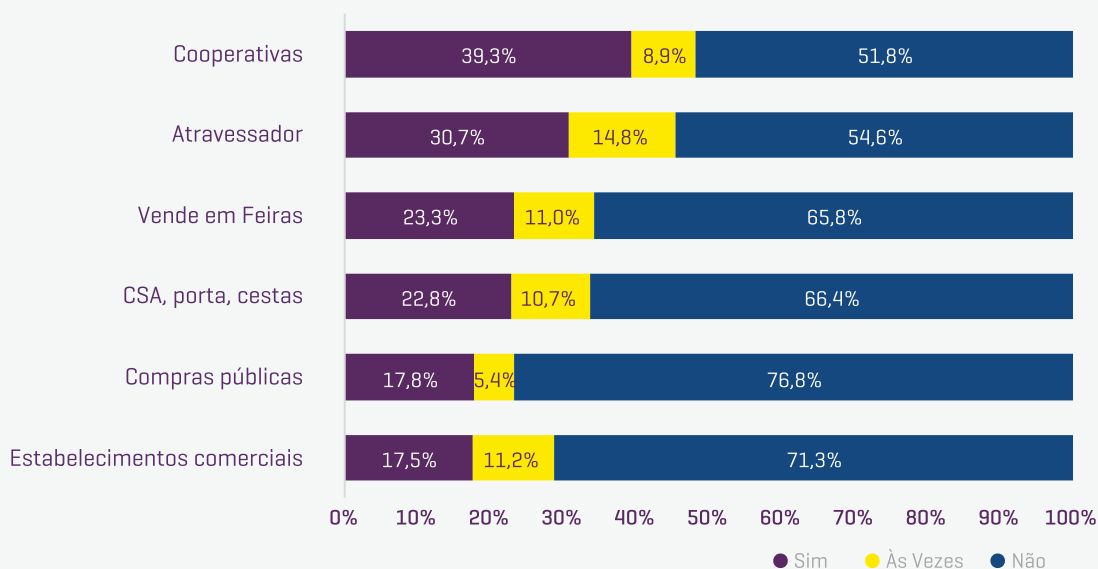
Gráfico 35
Canais de comercialização da produção agrícola, na modalidade de pesquisa face a face



Fonte: Dados da Pesquisa.

Os resultados da amostra autoadministrada variaram em relação à amostra face a face. Nesta modalidade as cooperativas, associações ou outros tipos de organizações foi a prática de venda mais citada [39,3%], seguida pelos seguintes canais de comercialização: atravessadores/intermediários [30,7%], venda em feiras [23,3%], na própria propriedade, CSA etc. [22,8%], por meio de políticas de compras públicas [17,8%] e estabelecimentos comerciais (ex. supermercados, sacolões, armazéns etc.) [17,5%].

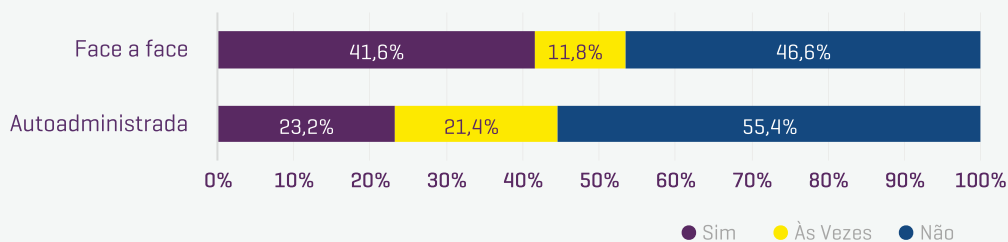
Gráfico 36
Canais de comercialização da produção agrícola, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Nota: Cooperativas: 53 não responderam; Atravessador: 66 não responderam; Venda em feiras: 46 não responderam; CSA, Porta e Cestas: 55 não responderam; Compras públicas: 49 não responderam; Estabelecimentos comerciais: 64 não responderam; Fonte: Dados da Pesquisa.

Com relação às práticas de trocas dos produtos agrícolas, a pesquisa face a face demonstrou que um percentual significativo de entrevistadas [41,6%] adota esta prática. 11,8% disseram que fazem uso das trocas às vezes. Já na amostra autoadministrada, este percentual é de 23,2% para as que responderam 'sim' para a realização de trocas e 21,4% que adotam esta prática às vezes.

Gráfico 37
Práticas de troca dos produtos agrícolas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 1 não soube informar. Modalidade autoadministrada: 58 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

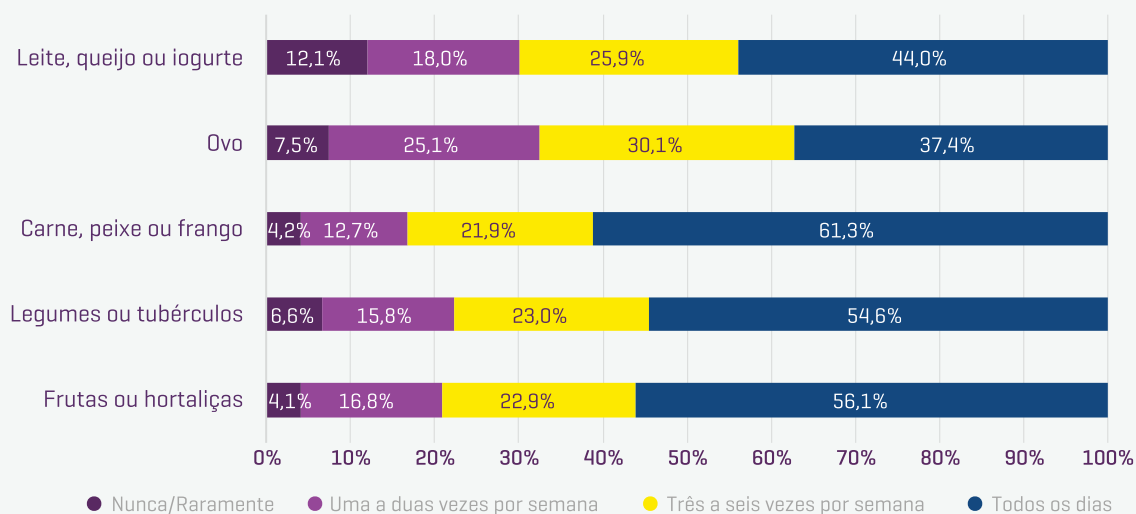
Práticas de consumo de alimentos

Um conjunto de perguntas identificou o comportamento das práticas de consumo de alimentos das entrevistadas e suas famílias, buscando compreender a frequência com que consomem alimentos saudáveis e não saudáveis e a regularidade com que cozinham em casa ou comem fora.

A classificação dos alimentos como saudáveis e não saudáveis foi inspirada nos indicadores de avaliação de consumo alimentar adotado pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, Vigitel (Ministério da Saúde do Brasil 2020). Dessa forma, os 5 grupos de alimentos saudáveis adotados neste trabalho foram: a) leite, queijo e iogurte; b) ovo; c) carne, peixe ou frango; d) legumes ou tubérculos; e) frutas e hortaliças. Como alimentos não saudáveis foi usado um único agrupamento, que reuniu “refrigerantes, achocolatados, biscoitos, salgadinhos ou macarrão instantâneo”. Para avaliar a frequência do consumo destes alimentos, adotaram-se as seguintes categorias: nunca/raramente, de uma a duas vezes na semana, de três a seis vezes por semana e todos os dias.

O resultado da pesquisa indica uma maior tendência do consumo de alimentos saudáveis entre as entrevistadas e suas famílias. Em relação à modalidade face a face, o percentual das entrevistadas que afirmam consumir determinados grupos de alimentos diariamente foi de 61,3% para carne, peixe ou frango, 56,1% para frutas e hortaliças, 54,6% legumes e tubérculos, 44,0% leite, queijo ou iogurte, 37,4% para ovos.

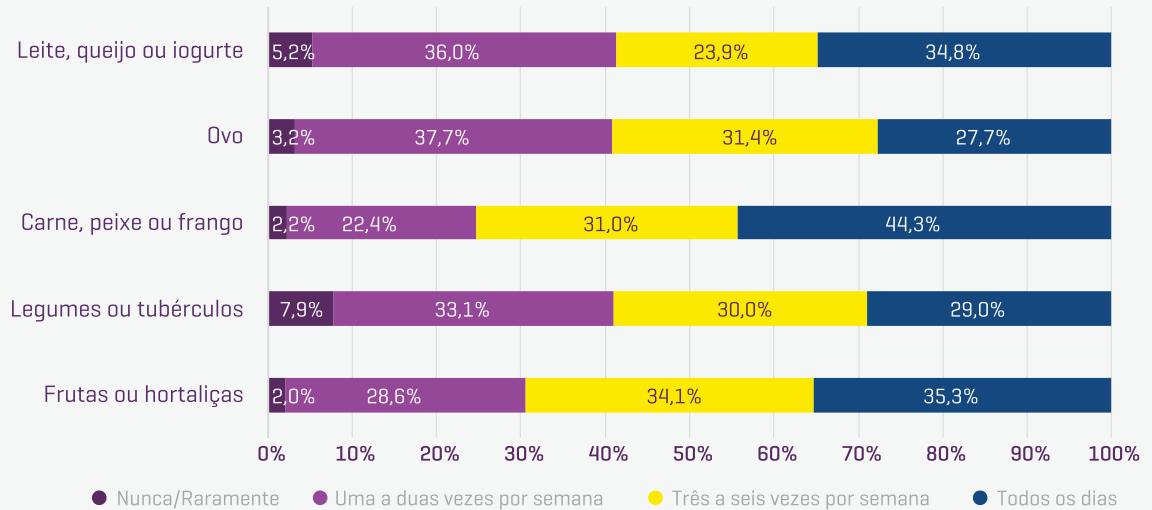
Gráfico 38
Proporção do consumo de alimentos saudáveis, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Leite, queijo ou iogurte: 3 não souberam informar; ovo: 3 não souberam informar; carne, peixe ou ovo: 1 não soube informar; legumes ou tubérculos: 2 não souberam informar. Fonte: Dados da pesquisa.

Na modalidade de pesquisa autoadministrada, os níveis de consumo de alimentos saudáveis permanecem altos. Entretanto, com percentuais menores do que os registrados na modalidade face a face. Dessa forma, 44,3% afirmaram comer diariamente carne, peixe ou frango, 35,3% frutas e hortaliças, 34,8% leite, queijo ou iogurte, 29,0% legumes ou tubérculos e 27,7% ovos.

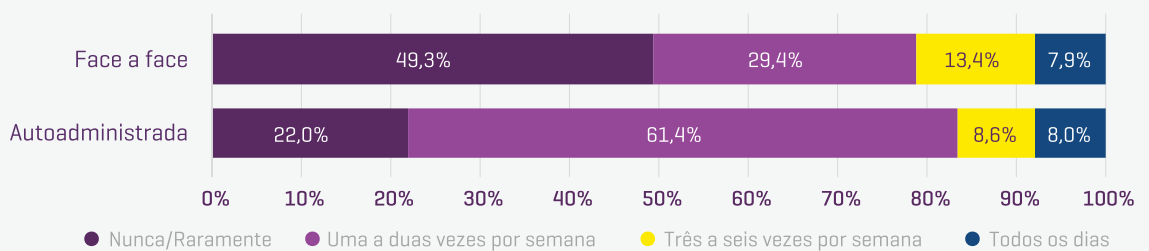
Gráfico 39
Proporção do consumo de alimentos saudáveis, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Nota: Leite, queijo ou iogurte: 98 não responderam; Ovo: 96 não responderam; Carne, peixe ou frango: 90 não responderam; legumes ou tubérculos: 171 não responderam; Frutas ou hortaliças: 73 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Em se tratando do consumo de alimentos não saudáveis, as entrevistadas foram perguntadas sobre com que frequência elas e suas famílias consumiam “Refrigerantes, achocolatados, biscoitos, salgadinhos ou macarrão instantâneo”. Grande parte das entrevistadas da modalidade face a face (49,3%) respondeu que nunca ou raramente consomem estes produtos. Enquanto isso, na modalidade autoadministrada, a maioria (61,4%) informou que consomem de uma a duas vezes por semana estes tipos de alimentos não saudáveis.

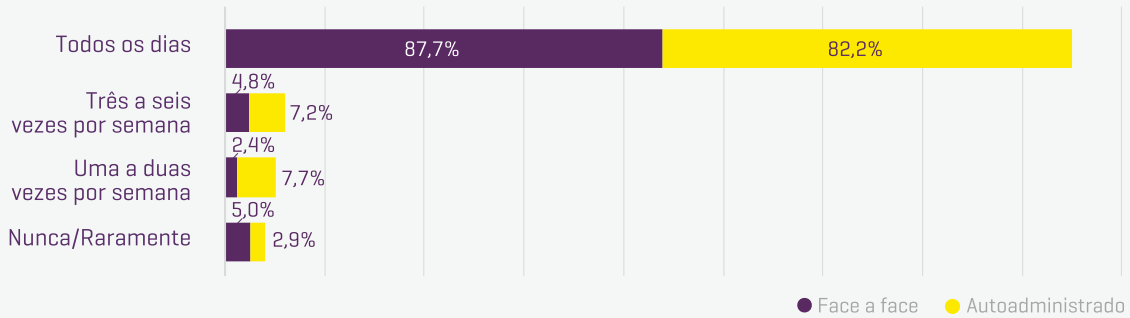
Gráfico 40
Proporção do consumo de alimentos não saudáveis, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 2 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 108 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda com relação ao comportamento alimentar, a maioria das entrevistadas afirmaram que cozinham em casa diariamente - 87,7% [face a face] e 82,2% [autoadministrada]. Sendo apenas 5,0% [face a face] e 2,9% [autoadministrada] as que informaram nunca ou raramente cozinhar em casa.

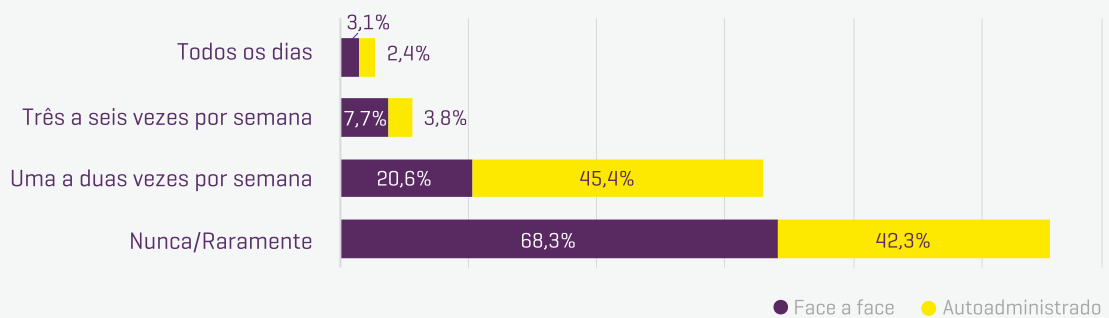
Gráfico 41
Proporção das entrevistadas que cozinham em casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Na modalidade autoadministrada 83 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntadas sobre a frequência com que comem fora (em restaurantes, bares e lanchonetes), apenas 3,1% [face a face] e 2,4% [autoadministrada] afirmaram que fazem isso todos os dias. A grande maioria das entrevistadas diz que nunca ou raramente comem fora [68,3%] na modalidade face a face, enquanto na autoadministrada 45,4% dizem fazê-lo uma ou duas vezes por semana, e 42,3%, responderam nunca ou raramente.

Gráfico 42
Proporção das entrevistadas que comem fora de casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

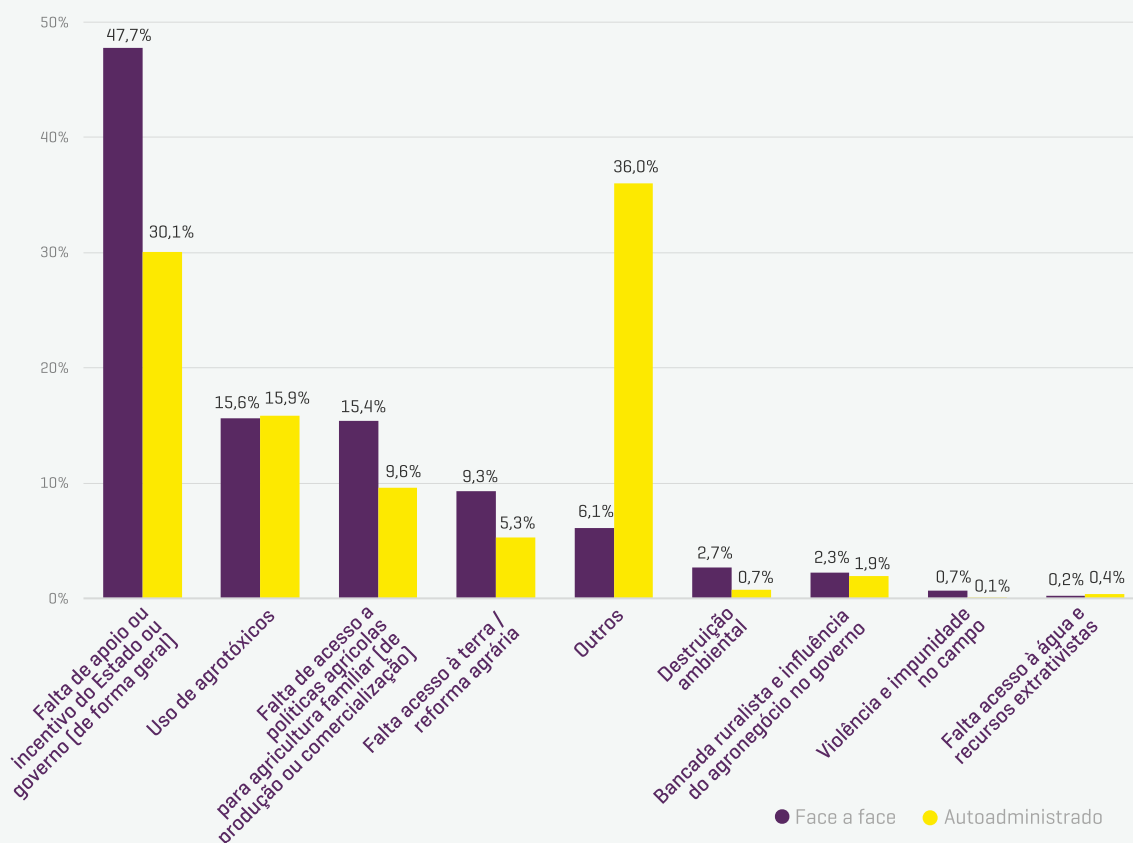


Nota: Na modalidade autoadministrada 167 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre as razões para carência alimentar no Brasil

As entrevistadas foram perguntadas por que ainda não há comida saudável e em quantidades suficientes para todos no Brasil. As respostas foram espontâneas e únicas. Contudo, foram criadas pré-categorias de possíveis respostas para auxiliar o trabalho dos/as entrevistadores/as no preenchimento das respostas. No questionário autoadministrado, a pergunta foi aberta. Neste caso, as respostas foram classificadas conforme as categorias criadas quando possível. A maioria das entrevistadas interpretaram a carência alimentar no Brasil devido à falta de apoio ou incentivo do Estado ou governo [47,7% na amostra face a face e 30,1% na autoadministrada]. Como mostra o gráfico abaixo, aproximadamente 15% das entrevistadas na modalidade face a face atribuem à falta de acesso a políticas agrícolas para a agricultura familiar ou ao uso de agrotóxico o fato de existir carência de alimentos saudáveis em quantidades suficientes. Duas respostas que ainda tiveram um grau relevante de menções foi a falta de acesso à terra/reforma agrária e o uso de agrotóxicos.

Gráfico 43
Opinião das entrevistadas sobre por que não há comida saudável e em quantidades suficientes para todos no Brasil, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



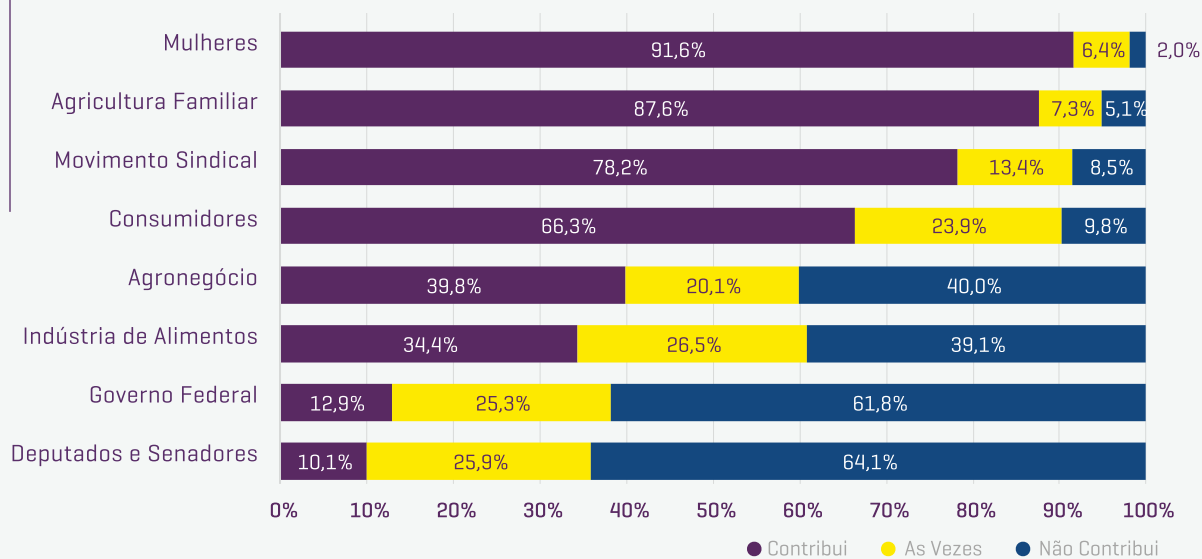
Nota: Modalidade face a face: 7 não responderam; 9 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 350 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre atores relevantes para a alimentação da população

Em seguida, as entrevistadas foram perguntadas sobre quais dos grupos mencionados nas respostas contribuem, não contribuem ou contribuem às vezes para a produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para todos no Brasil. Os atores identificados como mais relevantes na produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para a população brasileira foram as mulheres (91,6% no face a face e 87,8% no autoadministrado), a agricultura familiar (87,6% no face a face e 93,0% no autoadministrado), o movimento sindical (78,2% no face a face e 82,5% no autoadministrado) e os consumidores (66,3% no face a face e 44,7% no autoadministrado). Enquanto na amostra face a face as entrevistadas elegeram as mulheres como o ator mais relevante, na amostra autoadministrada, a agricultura familiar foi reconhecida como o ator mais relevante.

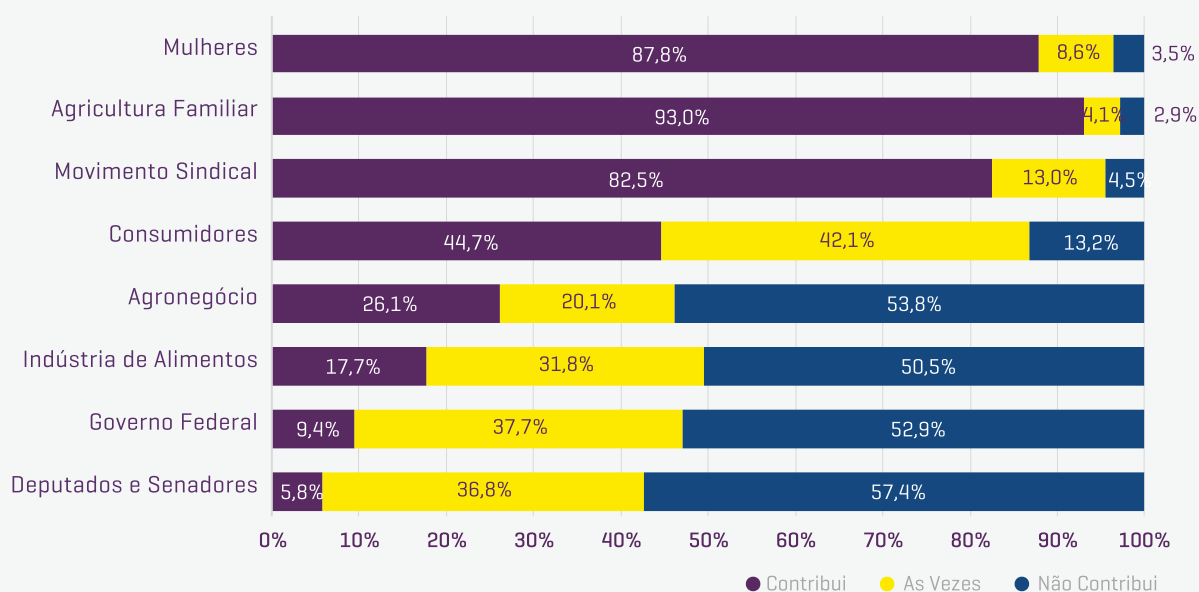
Para 39,8% [face a face] e 26,1% [autoadministrado] das entrevistadas, o agronegócio contribui para a produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para a população brasileira. Os números são de 34,4% [face a face] e 17,7% [autoadministrado] quando o ator considerado é a indústria de alimentos. Em relação ao reconhecimento da importância dos agentes do Estado na produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para a população brasileira, para as entrevistadas afirmaram que 10,1% [face a face] e 5,8% [autoadministrado] dos deputados e senadores contribuem para essa função, enquanto 12,9% [face a face] e 9,4% [autoadministrado] acreditam que o governo federal contribui para essa tarefa.

Gráfico 44
Opinião das entrevistadas sobre atores que contribuem para a produção de alimentos saudáveis no Brasil, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Mulheres: 4 não responderam; Agricultura Familiar: 4 não responderam, 1 não souberam informar; Movimento sindical: 4 não responderam, 5 não souberam informar; Consumidores: 5 não responderam, 5 não souberam informar; Agronegócio: 6 não responderam, 20 não souberam informar; Indústria de alimentos: 4 não responderam, 12 não souberam informar; Governo Federal: 4 não responderam, 12 não souberam informar; deputados e senadores: 6 não responderam, 15 não souberam informar.
Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 45
Opinião das entrevistadas sobre atores que contribuem para a produção de alimentos saudáveis no Brasil, na modalidade de pesquisa autoadministrada

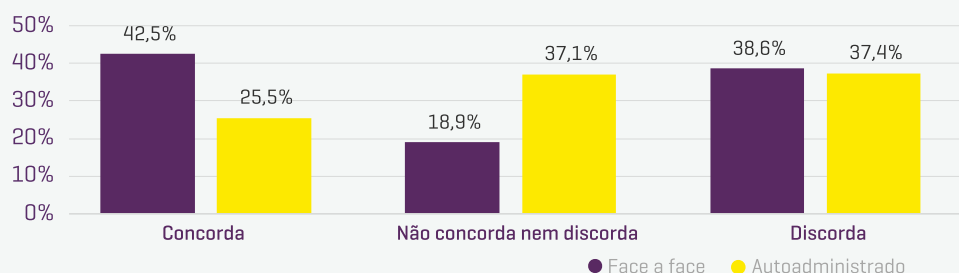


Nota: Mulheres: 248 não responderam; Agricultura Familiar: 180 não responderam; Movimento sindical: 242 não responderam; Consumidores: 344 não responderam; Agronegócio: 264 não responderam; Indústria de alimentos: 291 não responderam; Governo Federal: 276 não responderam; Deputados e senadores: 295 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre política ambiental

“A política ambiental atrapalha a produção de alimentos no Brasil”. Com essa afirmação, procuramos identificar a percepção das entrevistadas sobre a relação entre a política ambiental e a política agrícola, tendo em vista o debate existente em alguns setores produtivos de que as políticas ambientais são obstáculos para a maior produtividade agrícola. O resultado da pesquisa foi equilibrado e é um indício das opiniões divergentes sobre o tema: 42,5% concordaram e 38,6% discordaram da afirmação no face a face, enquanto 25,5% concordaram e 37,4% discordaram no autoadministrado. O número de entrevistadas que responderam que não concordam nem discordam também foi expressivo: 18,9% no face a face e 37,1% no autoadministrado. A diferença entre as modalidades face a face e autoadministrado foi significativa nessa pergunta.

Gráfico 46
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “A política ambiental atrapalha a produção de alimentos no Brasil”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

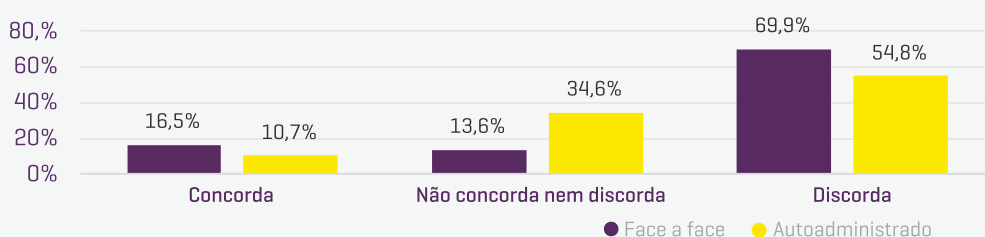


Nota: Modalidade face a face: 7 não responderam; 18 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 203 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre agrotóxicos e transgênicos

Para avaliar a percepção das mulheres sobre temas como o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas para a produção de alimentos no Brasil, foram feitas duas afirmações. A primeira dizia: “É preciso utilizar agrotóxicos para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”. 69,9% [face a face] e 54,8% [autoadministrado] discordaram dessa afirmação. O debate sobre o uso de agrotóxicos na produção de alimentos é polêmico, como já mencionado anteriormente. Contudo, a posição política da Marcha é contra o uso de agrotóxicos na produção de alimentos. A quantidade de respostas que indicam que não concordam nem discordam foi expressivamente maior no autoadministrado - 34,6% comparado com 13,6% no face a face.

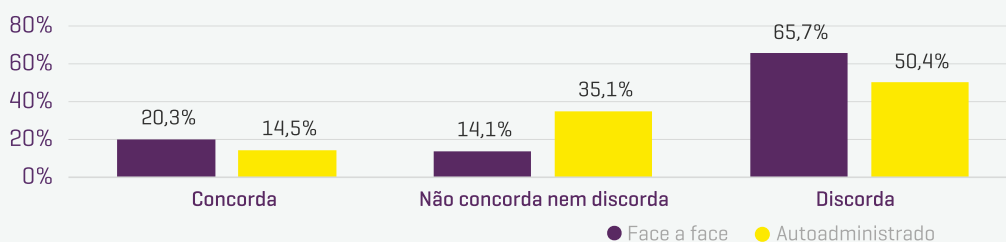
Gráfico 47
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É preciso utilizar agrotóxicos para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 5 não responderam; 5 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 137 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

65,7% [face a face] e 50,4% [autoadministrado] discordaram da afirmação “É preciso utilizar sementes transgênicas para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”, denotando a contrariedade ao uso de sementes transgênicas na produção alimentar. Mais uma vez, a quantidade de respostas que indicam que não concordam nem discordam foi expressivamente maior no autoadministrado - 35,1% comparado com 14,1% no face a face.

Gráfico 48
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É preciso utilizar sementes transgênicas para produzir alimentos suficientes para a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



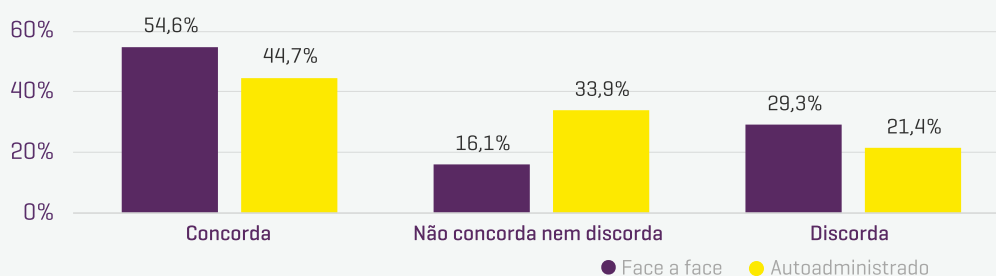
Nota: Modalidade face a face: 5 não responderam; 19 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 169 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre saberes tradicionais

Para 54,6% [face a face] e 44,7% [autoadministrado] das entrevistadas, os saberes tradicionais dos agricultores e agricultoras são suficientes para alimentar a população brasileira. Já 29,3% [face a face] e 21,4% [autoadministrado] discordaram da afirmação. A quantidade de respostas que indicam que não concordam nem discordam foi expressivamente maior no autoadministrado mais uma vez: 33,9% comparado com 16,1% no face a face.

Gráfico 49

Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “Os saberes tradicionais dos agricultores e agricultoras são suficientes para alimentar a população brasileira”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



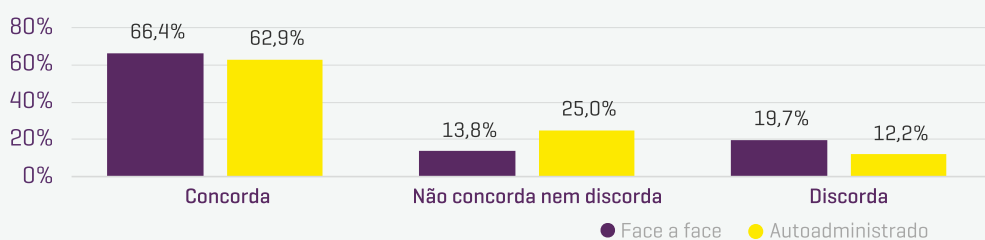
Nota: Modalidade face a face: 6 não responderam; 11 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 173 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre agroecologia

Para identificar a percepção das mulheres sobre a importância da agroecologia para a produção de alimentos foi feita a seguinte afirmação: “É possível alimentar a população brasileira com a agroecologia”. 66,4% [face a face] e 62,9% [autoadministrado] concordaram com a sentença, um indício de que para a maioria das mulheres produtoras a agroecologia é vista como modelo para a produção de alimentos para alimentar a população brasileira. A porcentagem de quem discordou foi de 19,7% no face a face e de 12,2% no autoadministrado. O valor de quem não concorda nem discorda foi de 13,8% no face a face e de 25,0% no autoadministrado.

Gráfico 50

Opinião das entrevistadas sobre a afirmação “É possível alimentar a população brasileira com a agroecologia”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

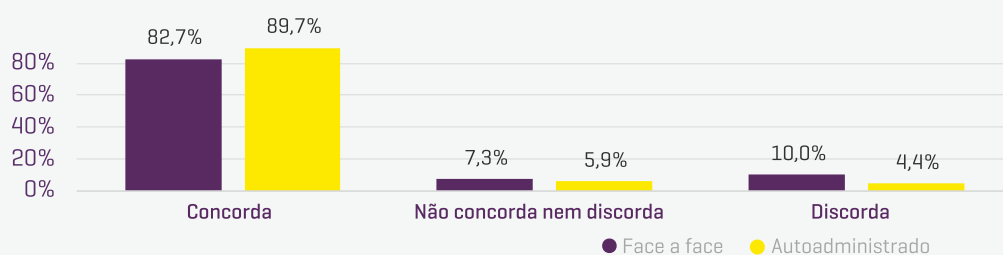


Nota: Modalidade face a face: 7 não responderam; 25 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 216 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre política climática

As mudanças climáticas são um tema cada vez mais presente na esfera pública e frequentemente relacionadas com a produção alimentar por ser um setor industrial responsável por várias causas que contribuem ao aquecimento global e à crise climática, como por exemplo a emissão de gases carbônicos. Com um conjunto de três afirmações, procuramos identificar algumas percepções das mulheres sobre tal tema, sobretudo em que medida elas avaliam que as mudanças climáticas são uma preocupação para elas ou não. Com isso, a primeira afirmação foi: “As mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar”. O resultado foi expressivo no conjunto de entrevistadas que concordaram com a afirmação: 82,7% [face a face] e 89,7% [autoadministrado].

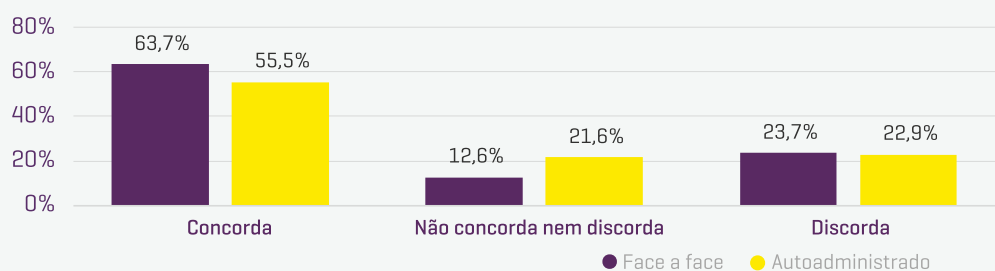
Gráfico 51
Opinião das entrevistadas sobre se as mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 3 não responderam; 4 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 149 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, as mulheres foram convidadas a darem sua opinião sobre os impactos das mudanças climáticas para o agronegócio por meio da afirmação: “As mudanças climáticas são uma preocupação para o agronegócio”. Para a maioria das entrevistadas, as mudanças climáticas também são uma preocupação para o agronegócio: 63,7% [face a face] e 55,5% [autoadministrado]. Contudo, o valor é relativamente menor quando comparada com a resposta acima, quando 82,7% [face a face] e 89,7% [autoadministrado] das entrevistadas reconheceram que as mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar.

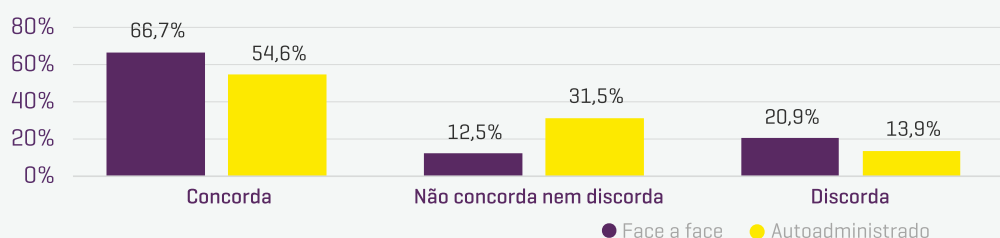
Gráfico 52
Opinião das entrevistadas sobre se as mudanças climáticas são uma preocupação para o agronegócio, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 4 não responderam; 19 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 203 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

A mudança climática não é neutra em termos de gênero, ela tem efeitos adversos específicos sobre as mulheres e meninas. Diante disso, foi feita a afirmação: “As mudanças climáticas impactam as mulheres de maneira particular”. Com isso, procuramos apreender a percepção das mulheres para os efeitos das mudanças climáticas sobre elas e não somente sobre setores, conforme as perguntas anteriores. 64,19% [face a face] e 45,51% [autoadministrado] concordaram com a afirmação. Vale destacar que esses resultados expressam uma diferença significativa entre as duas modalidades de pesquisa. Além disso, também mostram que as mulheres entrevistadas ainda reconhecem a agricultura familiar como o setor mais atingido pelas mudanças climáticas quando comparado com o agronegócio e com as próprias mulheres em si.

Gráfico 53
Opinião das entrevistadas sobre a afirmação: “As mudanças climáticas impactam as mulheres de maneira particular”, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade face a face: 5 não responderam; 12 não souberam informar; Modalidade autoadministrada: 207 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

3.3 Participação e mobilização política

A seguir, apresentamos os resultados de um conjunto de perguntas que tratam de temáticas relacionadas à participação e mobilização política na modalidade face a face:

Principais resultados

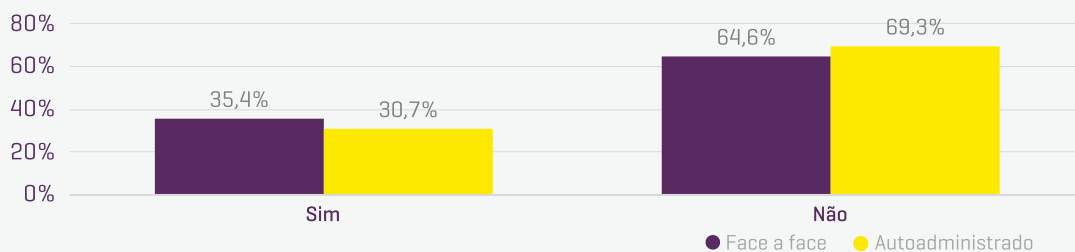
- 35,4% das entrevistadas afirmaram já ter participado de edições anteriores da Marcha;
- A maioria das participantes da Marcha de 2019 afirmaram ter ido para a Marcha com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) – 71,2%;
- As entrevistadas se identificaram majoritariamente com três identidades políticas: trabalhadora rural (40,2%), agricultura familiar (33,8%) e trabalhadora urbana (18,6%).
- Cursos, oficinas ou reunião de debate político preparatórios (61,1%) foram as atividades mais frequentes nas atividades preparatórias da Marcha;

- As entrevistadas afirmaram que políticas públicas sociais [26,9%] e a luta pelas mulheres [18,8%] eram as bandeiras de luta mais importantes para elas;
- As respostas mais relevantes à pergunta aberta sobre a motivação pela participação na Marcha foram a luta por direitos [43,5%], a luta ou defesa de sujeitos políticos e identidades [30,3%] e a luta por diferentes temas e pautas [26,2%], como as relacionadas à segurança, violência contra a mulher, justiça social, etc.
- A maioria das entrevistadas participa de trabalho político em sindicatos, partidos ou movimentos sociais - 74,6%;
- Entre as formas de participação política que mais se engajaram no ano anterior da Marcha, as mais comuns foram: manifestações e protestos [59,0%], em greves [37,1%] e assinatura de um abaixo assinado [26,9%];
- O principal canais de informação entre as entrevistadas foi noticiário da TV [65,7%];
- A maioria das mulheres se classificou politicamente como de esquerda [66,4%].

Participação prévia na Marcha

As entrevistadas foram perguntadas se já haviam participado de alguma edição anterior da Marcha das Margaridas. Para aquelas que participaram, foi perguntado de quais edições. Com isso, produzimos dados para refletir sobre a perenidade do engajamento político em uma mesma mobilização política e sobre a taxa de renovação de participantes na Marcha. Vale lembrar que a primeira edição da Marcha aconteceu em 2000 e, desde 2003, se repete a cada 4 anos. 35,4% [face a face] e 30,7% [autoadministrado] das entrevistadas afirmaram já ter participado de edições anteriores da Marcha.

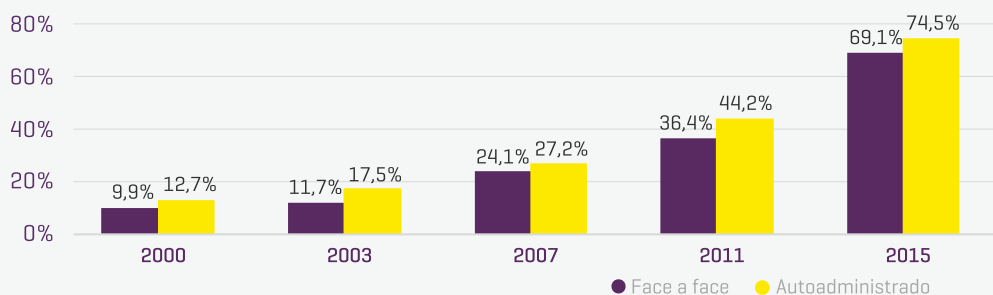
Gráfico 54
Participação nas Marchas das Margaridas anteriores, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade autoadministrada: 77 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Dentro desse universo de cerca de um terço das participantes que são veteranas na Marcha, a participação nas mobilizações anteriores diminui conforme a antiguidade das edições da Marcha. Ou seja, mais participantes na Marcha de 2019 estiveram na Marcha de 2015 [69,1% no face a face e 74,5% no autoadministrado] do que na Marcha de 2000 [9,9% no face a face e 12,7% no autoadministrado].

Gráfico 55
Participação nas Marchas das Margaridas anteriores, por ano de realização, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



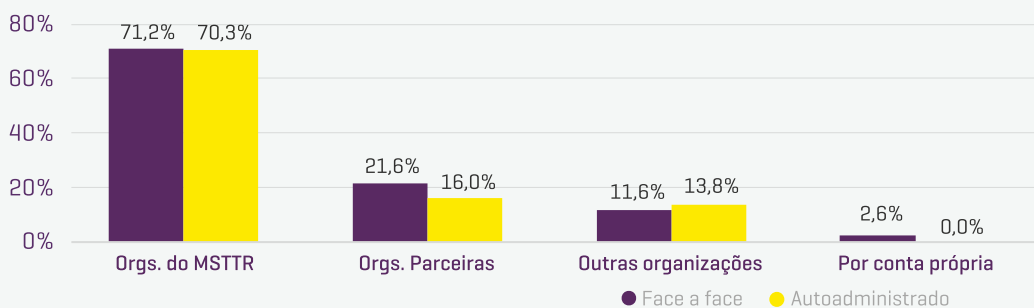
Nota: Na modalidade face a face 2 não souberam responder; na modalidade autoadministrada 1 não respondeu. Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os dados da modalidade face a face, podemos afirmar que entre 2015 e 2019 houve uma renovação de 30,9% do público da Marcha, com uma permanência de 69,1% do público. Isso mostra que a organização da Marcha tem conseguido manter um relativo engajamento das participantes ao longo das edições enquanto produz uma renovação das participantes e, por sua vez, amplia o público da mobilização. Das participantes entrevistadas, apenas 0,9% no face a face e 1,5% no autoadministrado participaram de todas as edições da Marcha.

Representação

Os resultados mostram que a maioria das participantes da Marcha de 2019 afirmaram ter ido para a mobilização representando organizações do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) – 71,2% ou 326 mulheres [face a face] e 70,3% ou 860 mulheres [autoadministrado]. O resultado reflete o investimento feito pelo MSTTR na mobilização de participantes para a Marcha.

Gráfico 56
Participação na Marcha das Margaridas por Organizações Sociais que representam, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: O total de respostas na modalidade face a face foi de 490, e na modalidade autoadministrada 1.225, devido ao fato de algumas entrevistadas afirmarem representar mais de um movimento, simultaneamente. Na modalidade autoadministrada 217 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

21,6% ou 99 participantes [face a face] e 16,0% ou 196 [autoadministrado] das entrevistadas declararam ir para a Marcha com os movimentos e organizações parceiras da Marcha das Margaridas. Já 11,6% ou 53 mulheres [face a face] e

13,8% ou 169 [autoadministrado] mencionaram que sua participação se devia a mobilização de outras organizações e movimentos sociais em geral ou mesmo 2,6% ou 12 participantes [face a face] disseram estar no ato da Marcha por conta própria, sem ter sido mobilizada por nenhum movimento e organização.

Na tabela a seguir é possível identificar a representação por movimento ou organização social parceira da Marcha das Margaridas 2019¹¹, que representa o total de 21,6% ou 99 participantes [face a face] e 16,0% ou 196 participantes [autoadministrado]. Chama particular atenção a presença de mulheres que declararam ter ido para a Marcha representando o MIQCB e a MMM na modalidade autoadministrada. Isso é um indício da atuação desses movimentos nos estados sobre-representados na amostra autoadministrada.

Tabela 3
Participantes da Marcha das Margaridas por organização parceira, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

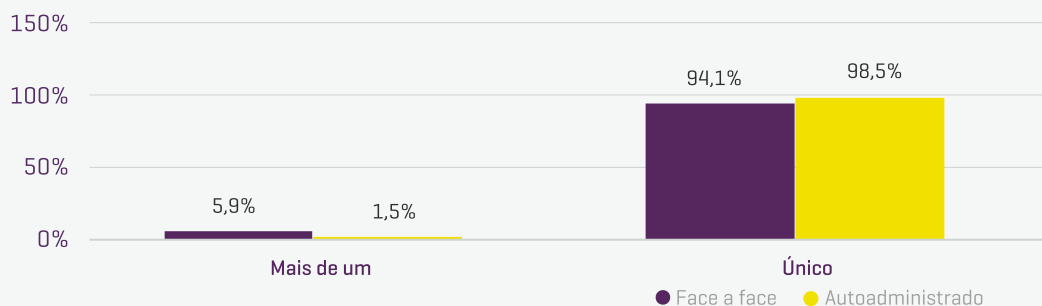
Organizações Parceiras da Marcha das Margaridas 2019	Face a face		Autoadministrado	
	Qtd	%	Qtd	%
AMB	16	3,5%	0	0,0%
CNS	2	0,4%	0	0,0%
CONAQ	7	1,5%	1	0,1%
CONFREM	3	0,7%	0	0,0%
CONTAR	9	2,0%	0	0,0%
COPOFRAM	3	0,7%	0	0,0%
CTB	13	2,8%	6	0,5%
CUT	14	3,1%	7	0,6%
GT MULHERES ANA	3	0,7%	0	0,0%
MAMA	1	0,2%	0	0,0%
MMC	4	0,9%	3	0,2%
MMM	10	2,2%	99	8,1%
MIQCB	1	0,2%	73	6,0%
MMTR-NE	5	1,1%	7	0,6%
UBM	4	0,9%	0	0,0%
UNICAFES	4	0,9%	0	0,0%
TOTAL	99	21,6%	196	16,0%

Fonte: Dados da pesquisa

11 Preferimos não gerar tabela com a especificação dos movimentos e organizações sociais em geral [não vinculados ao MSTTR ou às parceiras da Marcha] dado o grande volume de denominações, muitas delas não conhecidas nacionalmente, o que tornou difícil a sistematização por categorias.

Sendo uma pergunta aberta com a opção de nomear mais de um movimento ou organização, é importante identificar se a representação foi declarada como engajamento único ou multiengajamento. A resposta nas duas modalidades é predominantemente de tipo único, ou seja, poucas mulheres se identificaram como representante de múltiplas organizações ou movimentos.

Gráfico 57
Engajamento único ou multiengajamento das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Identities

Tomando como base os documentos políticos da Marcha das Margaridas 2019, sobretudo os Cadernos de Textos, foram identificadas as identidades ou sujeitos políticos recorrentemente citados. A partir dessa lista, as entrevistadas foram convidadas a responder com quais dessas identidades elas se identificavam. As categorias foram lidas para as entrevistadas e as respostas podiam ser múltiplas.

As três variáveis mais expressivas nas duas modalidades de pesquisa foram trabalhadoras rurais (40,2% no face a face e 43,7% no autoadministrado), agricultora familiar (33,8% no face a face e 43,7% no autoadministrado) e trabalhadora urbana (18,6% no face a face e 13,7% no autoadministrado). As demais identidades não chegaram a um valor percentual médio maior do que 5% cada, embora todas tenham sido citadas. São elas: extrativista, pescadora, ribeirinha, assentada, acampada, quilombola, quebradeira de coco babaçu, indígena e camponesa. Contudo, somadas, correspondem a 24,5% (face a face) e 28,7% (autoadministrado) das respostas, mostrando um grau de diversidade de identificação identitária no conjunto das participantes da Marcha.

Tabela 4

Identidade política das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

	Face a face		Autoadministrado	
	Qtd	%	Qtd	%
Trabalhadora Rural	184	40,2%	629	43,7%
Agricultora Familiar	155	33,8%	630	43,7%
Trabalhadora Urbana	85	18,6%	198	13,7%
Assentada	22	4,8%	83	5,8%
Quilombola	17	3,7%	54	3,7%
Indígena	17	3,7%	35	2,4%
Acampada	16	3,5%	27	1,9%
Camponesa	12	2,6%	42	2,9%
Pescadora	11	2,4%	37	2,6%
Quebradeira de Coco Babaçu	7	1,5%	71	4,9%
Extrativista	5	1,1%	35	2,4%
Ribeirinha	5	1,1%	30	2,1%

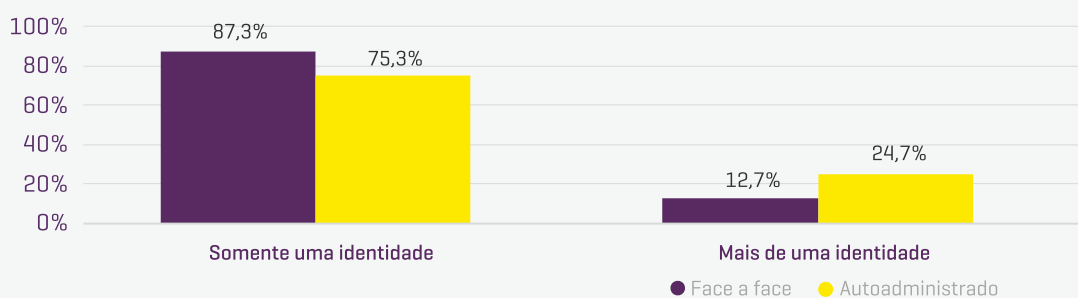
Nota: O total de respostas na modalidade face a face foi de 536, e na modalidade autoadministrada 1.871, devido ao fato de algumas entrevistadas afirmarem mais de uma identidade política, simultaneamente.

Fonte: Dados da pesquisa

Buscamos analisar as diferentes nuances com que as entrevistadas afirmam suas identidades políticas. Nesse sentido, foi possível observar que a grande maioria, 87,3% [face a face] e 75,3% [autoadministrado] assumem uma única identidade política, sendo que 12,7% [face a face] e 24,7% [autoadministrado] se reconhecem a partir de mais de uma identidade.

Gráfico 58

Afirmção de única identidade ou múltiplas identidades como sujeitos políticos pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

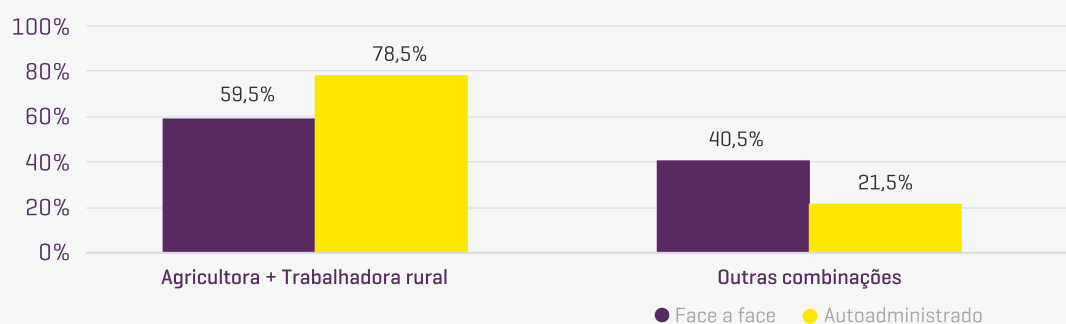


Nota: Ao todo, na modalidade face a face 400 mulheres afirmaram uma única identidade e 58 mais de uma. Na modalidade autoadministrada este número foi de 947 [para uma única identidade] e 311 [mais de uma].

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao reconhecimento das múltiplas identidades afirmadas pelas entrevistadas, vê-se que, na maioria dos casos, as mulheres se reconhecem como trabalhadora rural e agricultora familiar. Na modalidade face a face se identificaram 59,5% com ambas as identidades e na autoadministrada foram 78,5%. Houve uma grande variedade de combinações de identidades mencionadas pelas entrevistadas, com baixa relevância estatística de cada uma das combinações. Por isso, reunimos estas respostas como “outras combinações”.

Gráfico 59
Identidades mencionadas pelas entrevistadas que afirmam múltiplas identidades políticas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Fonte: Dados da pesquisa

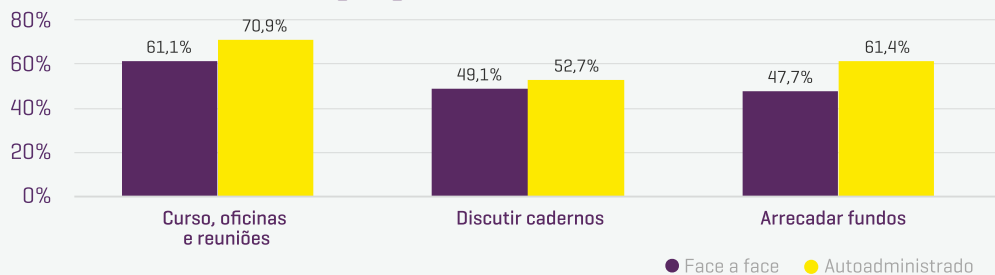
Atividades preparatórias

O envolvimento das participantes da Marcha nas atividades preparatórias é condição central para o engajamento, criação do pertencimento e identidade à mobilização e solidariedade entre as ativistas. Para tentar compreender o envolvimento das participantes da Marcha nas atividades de mobilização, formação e reivindicações foram feitas três perguntas sobre a participação prévia em cursos, oficinas ou reunião de debate político para a Marcha; discussão dos cadernos de textos da Marcha; e atividade de arrecadação de algum fundo.

Cursos, oficinas ou reunião de debate político preparatórios foram as atividades mais frequente nas duas modalidades, com 61,1% [face a face] e 70,9% [autoadministrado]. Já 49,1% [face a face] e 52,7% [autoadministrado] afirmaram ter tido a oportunidade de debater os cadernos de debate da Marcha com antecedência. Em 2019, a Marcha das Margaridas foi financiada com recursos próprios das entidades organizadoras, parcerias e doações. Também foram feitas diversas atividades de arrecadação de fundos, tais como rifas, festas, venda de produtos etc. 47,7% [face a face] e 61,4% [autoadministrado] afirmaram ter participado de tais atividades.

Gráfico 60

Participação das entrevistadas em atividades preparatórias à Marcha das Margaridas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



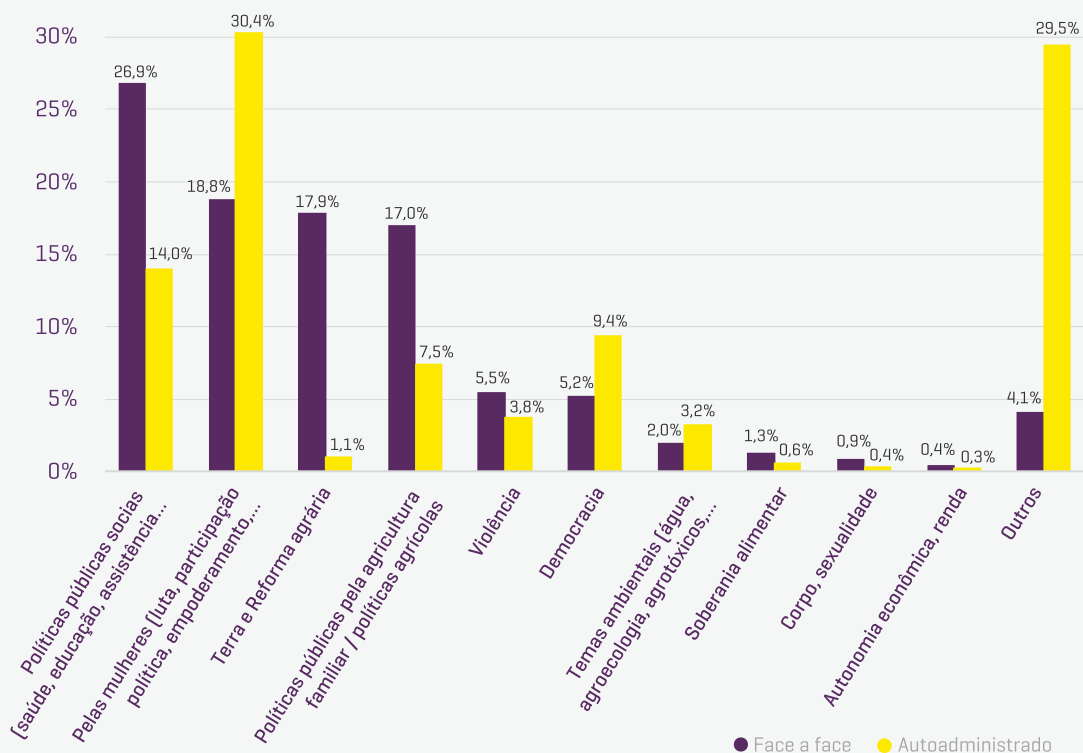
Nota: Modalidade face a face: 3 não souberam informar sobre a participação em atividades para arrecadar fundos; 2 não responderam e 2 não souberam informar sobre a participação em atividades para discutir os cadernos. Modalidade autoadministrada: 70 não responderam sobre a participação em cursos; 95 não responderam sobre a participação em atividades para arrecadar fundos; 116 não responderam sobre a participação em atividades para discutir os cadernos. Fonte: Dados da pesquisa.

Bandeira de luta

As ativistas foram perguntadas sobre qual bandeira de luta da Marcha das Margaridas era mais importante para elas. A resposta era única e aberta/espontânea. Na amostra face a face, 26,9% das entrevistadas afirmaram que “políticas públicas sociais” eram a bandeira de luta mais importante para elas. Em seguida, em relativo equilíbrio, estão as “políticas públicas para agricultura familiar, terra e reforma agrária” e “pelos mulheres”. Na modalidade autoadministrada, cuja pergunta também foi aberta, a maior taxa de respostas foi “pelos mulheres” (30,4%) e “políticas públicas sociais” (14,0%).

Gráfico 61

Bandeiras de luta importantes para as entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Modalidade autoadministrada: 301 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa

Motivações para marchar

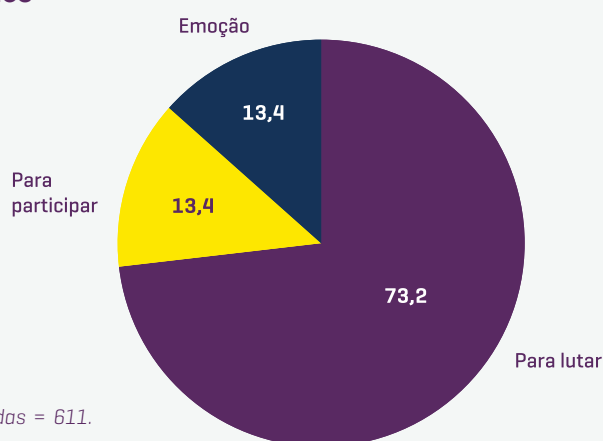
Uma pergunta aberta sem opções pré-estabelecidas para a classificação das entrevistadoras/es buscou identificar as motivações das entrevistadas para marchar: *Por que você veio para a Marcha das Margaridas?* O total de entrevistadas que responderam esta pergunta na amostra face a face foi de 455, sendo que 2 NR [não respondeu] e 1 NS [não sabe]. Na amostra autoadministrada, o total foi de 1288, sendo o NR 153.

Seguindo um método indutivo, criamos categorias tendo por base as repostas das mulheres. A ferramenta utilizada para a classificação foi o software de análise quantitativo e qualitativo MAXQDA. Seguimos o método de análise de conteúdo [Bardin 1979; Minayo 2000] e de discurso para verificar as palavras utilizadas e o número de ocorrências das ideias e conceitos mais presentes em relação às motivações para marchar [Simões 2018, 61]. As palavras que avaliamos ter equivalência conceitual foram agregadas em categorias. Além disso, uma única resposta foi classificada muitas vezes dentro de duas ou mais categorias porque descreviam diversos motivos. Com isso, o total das respostas classificadas dessa pergunta aberta foi de 611 no face a face e 2086 no autoadministrado.

Depois desse primeiro passo de categorização, seguimos com uma segunda etapa, criando agrupamentos de categorias que identificamos como padrões nos dados. Na pergunta sobre as motivações para marchar, identificamos 3 grupos de categorias nas respostas: **[1] para lutar, [2] para participar e [3] por motivos relacionados à emoção** [Gráfico 64]. Em cada agrupamento existem subgrupos de categorias. Por exemplo, no primeiro agrupamento “para lutar” tem [1] luta por **direitos**, [2] luta por **temas** como justiça social, reforma da previdência ou igualdade e [3] luta por **sujeitos** [as mulheres, os trabalhadores, etc.] ou **entidades políticas** [movimento sindical, Brasil, etc.] [Gráfico 65].

Na modalidade face a face, 73,2% [447] das respostas dadas destacaram que o motivo para marchar seria lutar por algo ou alguém, 13,4% [82] para participar e 13,4% [82] por motivos relacionados a emoção.

Gráfico 62
Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Respostas classificadas = 611.
Fonte: Dados da Pesquisa

Alguns exemplos das respostas das mulheres da amostra face a face são:

- “Contra feminicídio”
- “Defender trabalho rural”
- “Lutar pelo direito das mulheres”
- “Por que é interessante, para ter conhecimento e respeitar a Marcha, para aprender e evoluir”
- “Para lutar pelos nossos direitos”

Outra forma de visualizar os motivos mais importantes para as entrevistadas do face a face é uma nuvem de palavras das categorias mais utilizadas:

Figura 2
Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa face a face.

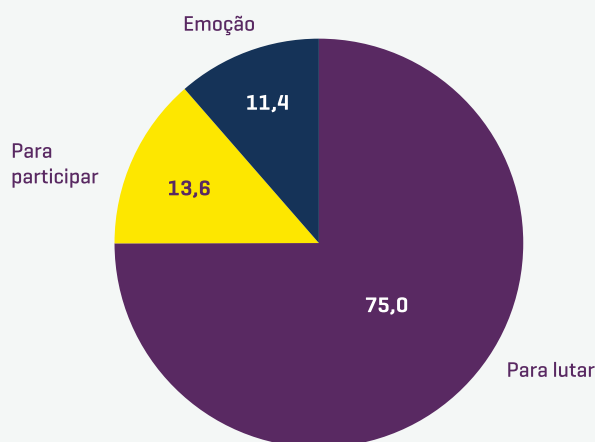


Fonte: Dados da Pesquisa

Na modalidade autoadministrada, 75% [1564] das respostas dadas relacionaram o motivo para marchar à luta por algo ou alguém, 13,6% [284] à participação e 11,4% [238] a motivos relacionados à emoção.

Gráfico 63

Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Note: Respostas classificadas: 2086. Fonte: Dados da Pesquisa

Alguns exemplos das respostas das mulheres da amostra autoadministrada são:

“Porque é uma luta de todas nós, onde podemos reivindicar nossos direitos”

“Para defender os direitos das mulheres trabalhadoras rurais”

“Para reivindicar melhorias na agricultura familiar”

“Defender o que já conquistamos, e lutar por outras que virão”

Figura 3

Motivações para participar da Marcha das Margaridas 2019, na modalidade de pesquisa autoadministrada.



Fonte: Dados da Pesquisa

No grupo “para lutar” da amostra face a face, 43,5% das respostas dadas destacam a luta por direitos, 30,3% a luta por sujeitos/entidades políticos e 26,2% a luta por temas. Os **direitos** mais relevantes mencionados nas respostas foram direitos das mulheres [44,3%], defender os nossos direitos [23,6%] e os direitos de igualdade/iguais [17%].

Tabela 5
Motivos ‘para lutar’ mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Motivos ‘para lutar’	N	%
Direitos	171	43,5
Sujeito(s)/entidades políticas	119	30,3
Temas	103	26,2
Total	393	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 6
Principais ‘direitos’ pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Direitos	N	%
Direitos das mulheres	47	44,3
Defender os nossos direitos	25	23,6
Direitos de igualdade/iguais	18	17,0
Direitos de liberdade	7	6,6
Direitos fundamentais	5	4,7
Direitos dos trabalhadores/das trabalhadoras	4	3,8
Total	106	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

No grupo “para lutar” da autoadministrada, 46,5% das respostas dadas destacam a luta por direitos, 24% a luta por sujeitos/entidades políticos e 29,5% a luta por temas. Os **direitos** mais mencionados nas respostas foram defender os nossos direitos [59,8%], os direitos das mulheres [24,6%] e os direitos de igualdade/iguais [5,7%].

Tabela 7
Motivos 'para lutar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Motivos 'para lutar'	N	%
Direitos	711	46,5
Temas	452	29,5
Sujeito(s)/entidades política(s)	367	24,0
Total	1530	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 8
Principais 'direitos' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Direitos	N	%
Defender os nossos direitos	399	59,8
Direitos das mulheres	164	24,6
Direitos de igualdade/iguais	38	5,7
Direitos dos trabalhadores/das trabalhadoras	29	4,3
Direitos dos agricultores	12	1,8
Direitos fundamentais	11	1,6
Direitos de liberdade	10	1,5
Reivindicar os direitos da terra e água	3	0,4
Direitos reprodutivos	1	0,1
Total	667	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Os **sujeitos/entidades políticos** mais mencionados nas respostas do face a face foram as mulheres [37%], a Marcha das Margaridas/a Margarida [31%] e as trabalhadoras [13,4%].

Tabela 9

Principais 'sujeitos e entidades políticas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Sujeitos e entidades políticas	N	%
Mulheres	44	37,0
Marcha das Margaridas/Margarida	38	31,9
Trabalhadoras	16	13,4
Brasil melhor/população brasileira	9	7,6
Lula Livre	4	3,4
Movimento sindical	3	2,5
Indígenas	3	2,5
Agricultores/agricultoras	2	1,7
Total	119	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Os **sujeitos/entidades políticos** mais mencionados nas respostas do autoadministrado foram as mulheres (42,2%), a Marcha das Margaridas/a Margarida (21,5%) e as trabalhadoras (9,5%). Todos os sujeitos e entidades políticas com porcentagem a baixo de 1% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 10

Principais 'sujeitos e entidades políticas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Sujeitos e entidades políticas	N	%
Mulheres	155	42,2
Marcha das Margaridas/Margarida	79	21,5
Trabalhadoras	35	9,5
Brasil melhor/população brasileira	33	9,0
Agricultores/agricultoras	30	8,2
Quebradeiras de coco	10	2,7
Movimento sindical	8	2,2
Minha comunidade	4	1,1
Outros	13	3,5
Total	367	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Os **temas** mais relevantes nas respostas do face a face foram melhorias/esperança/mudança [28,2%], violência contra a mulher [12,6%] e democracia em risco/retrocesso/contra o governo Bolsonaro [10,7%], resistência [8,7%], justiça social [6,8%] e agricultura [5,8%]. Todos os temas com porcentagem a baixo de 5% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 11
Principais 'temas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Temas	N	%
Melhorias/esperança/mudança	29	28,2
Violência contra a mulher	13	12,6
Democracia em risco/retrocesso/contra o governo Bolsonaro	11	10,7
Resistência	9	8,7
Justiça social	7	6,8
Agricultura	6	5,8
Outros	28	27,2
Total	103	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Os **temas** mais citados nas respostas do autoadministrado foram democracia em risco/retrocesso/contra o governo Bolsonaro [11,9%], melhorias/esperança/mudança [11,1%], violência contra a mulher [10%], conquistar/segurar tudo que foi conquistado pelas mulheres [9,3%] e objetivos/causas das mulheres [8,6%]. Todos os temas com porcentagem abaixo de 5% foram agregados na categoria outros.

Tabela 12
Principais 'temas' pelos quais lutar mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Temas	N	%
Democracia em risco/retrocesso/contra o governo Bolsonaro	54	11,9
Melhorias/esperança/mudança	50	11,1
Violência contra a mulher	45	10,0
Conquistar/segurar tudo que foi conquistado pelas mulheres	42	9,3
Objetivos/causas das mulheres	39	8,6
Políticas públicas	35	7,7

Agricultura	28	6,2
Outros	159	35,2
Total	452	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

Na amostra face a face, no grupo 'para participar', 63,4% das respostas destacaram a participação em um **movimento social**. Outros motivos mencionados foram o **protesto** [13,4%], o **aprendizado/conhecimento** [12,2%] e a **representação/identificação** [11%].

Tabela 13
Motivos 'para participar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Motivos 'para participar'	N	%
Participação em movimentos sociais	52	63,4
Protesto	11	13,4
Aprendizado/conhecimento	10	12,2
Representação/identificação	9	11,0
Total	82	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

No grupo 'para participar' da autoadministrada, 36,3% das respostas destacaram a participação em um **movimento social**. Outros motivos mencionados foram o **aprendizado/conhecimento** [26%], o **protesto** [20,6%] e a **representação/identificação** [17,2%].

Tabela 14
Motivos 'para participar' mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Motivos 'para participar'	N	%
Participação em movimentos sociais	95	36,3
Aprendizado/conhecimento	68	26,0
Protesto	54	20,6
Representação/identificação	45	17,2
Total	262	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

No último grupo das categorias “relacionadas à emoção”, identificamos dois tipos de resposta na amostra face a face: o primeiro manifestou um interesse em **conhecer a Marcha** [89%]; o segundo declarou um sentimento forte de **união ou cooperação com outras mulheres** [11%].

Tabela 15
Motivos ‘por emoção’ mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Motivos ‘por emoção’	N	%
Conhecer/curiosidade	73	89,02
União/cooperação com outras mulheres	9	10,98
Total	82	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa

No último grupo das categorias “relacionadas à emoção” da amostra autoadministrada, identificamos dois tipos de resposta: o primeiro manifestou um interesse em **conhecer a Marcha** [54,4%], o segundo declarou um sentimento forte de **união ou cooperação com outras mulheres** [45,6%].

Tabela 16
Motivos ‘por emoção’ mencionados pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Motivos ‘por emoção’	N	%
Conhecer/curiosidade	129	54,4
União/cooperação com outras mulheres	108	45,6
Total	239	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa

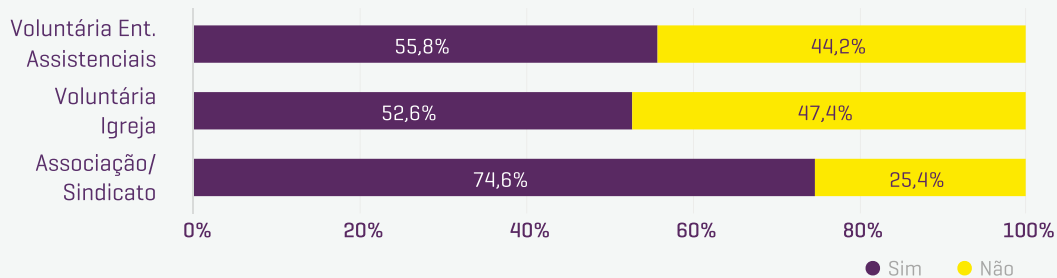
Participação política

Algumas perguntas da pesquisa procuraram identificar o nível de participação das mulheres em trabalhos políticos, sociais e/ou assistenciais. A resposta mais frequente foi a participação de trabalho político em sindicatos, partidos ou movimentos sociais - 74,6% no face a face e 77,4% no autoadministrado. Esse resultado era esperado considerando que a amostra da pesquisa é de mulheres engajadas em uma mobilização social organizada por um conjunto de movimentos sociais e sindicais.

Também foi expressivo a participação de mulheres em trabalho voluntário em igreja - 52,4% [face a face] e 51% [autoadministrado] e em atividades assistenciais ou

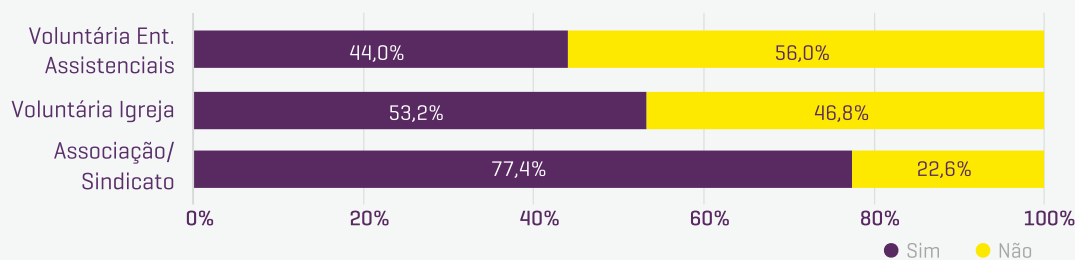
sociais - 55,98% [face a face] e 41% [autoadministrado]. Isso pode ser interpretado como um fator importante para as redes de solidariedade entre diversos atores políticos e sociais. Isso também se aplica ao trabalho político.

Gráfico 64
Participação política das entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Associação/sindicato: 1 não respondeu; Voluntário na igreja: 1 não respondeu, 1 não soube informar; Voluntário em entidades assistenciais: 1 não respondeu.

Gráfico 65
Participação política das entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

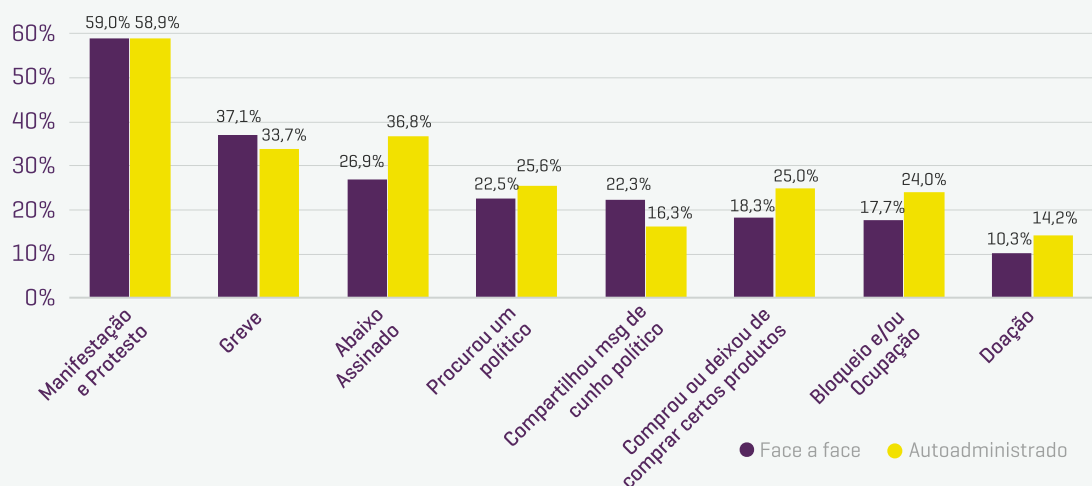


Nota: Associação/sindicato: 85 não responderam; Voluntário na igreja: 70 não responderam; Voluntário em entidades assistenciais: 98 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

Ação política

As entrevistadas foram perguntadas sobre quais formas de ação política elas realizaram nos doze meses anteriores à Marcha. As respostas podiam ser múltiplas. Em ambas as modalidades de pesquisa, quase 60% das entrevistadas afirmaram ter participado de manifestações e protestos. Participação em greve (37,1%) e assinatura de abaixo-assinado (26,9%) foram outras iniciativas frequentes entre as que responderam ao questionário na modalidade face a face. Estas mesmas formas de ação política foram as mais mencionadas também na modalidade autoadministrada, embora numa ordem de importância inversa, em que abaixo assinados foram mais frequentes (36,8%) do que a participação em greves (33,7%).

Gráfico 66
Formas de ação política realizadas antes da Marcha das Margaridas 2019, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



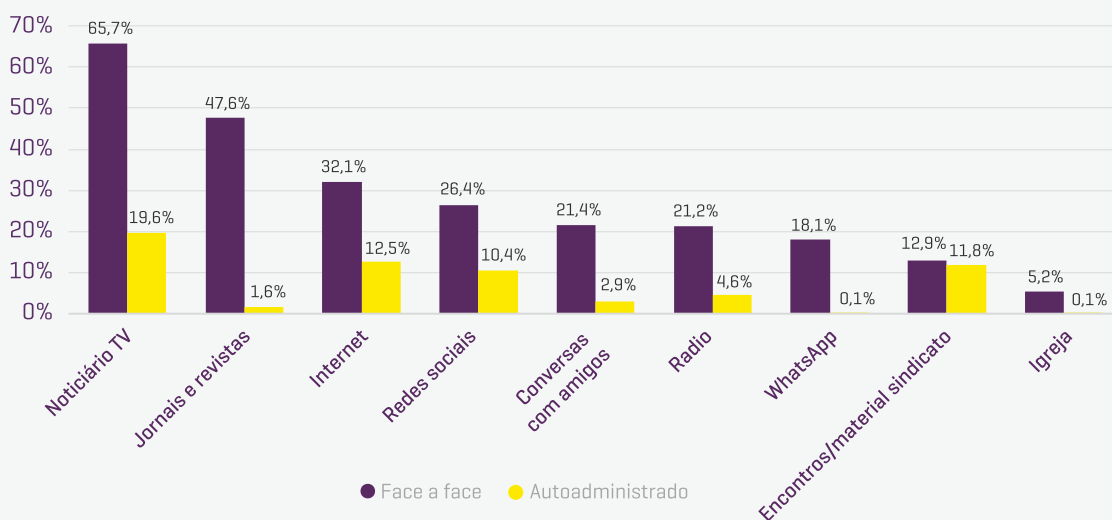
Nota: Na modalidade face a face 6 pessoas não responderam. Na modalidade autoadministrada 338 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

Como se informam sobre política?

Os principais canais de informação entre as ativistas na modalidade face a face foram Noticiário da TV [65,7%], Jornais e revistas impressos [47,6%], Internet [32,1%] e Redes sociais [26,4%]. Os resultados indicam a relevância da mídia tradicional, como a TV e os jornais e as revistas impressos, como meio de informação para esse grupo de ativistas, embora já indique o peso crescente da internet e de redes sociais para o consumo de informação. A pergunta foi espontânea e havia uma pré-classificação das respostas.

Já nos questionários autoadministrados, os resultados foram particularmente distintos. 19,6% declararam se informar sobre política por meio dos Noticiários da TV, 12,5% pela Internet, 11,8% por meio de encontros ou material do movimento sindical/social e 10,4% pelas redes sociais. A pergunta foi aberta.

Gráfico 67
Principais canais de informação usados pelas entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

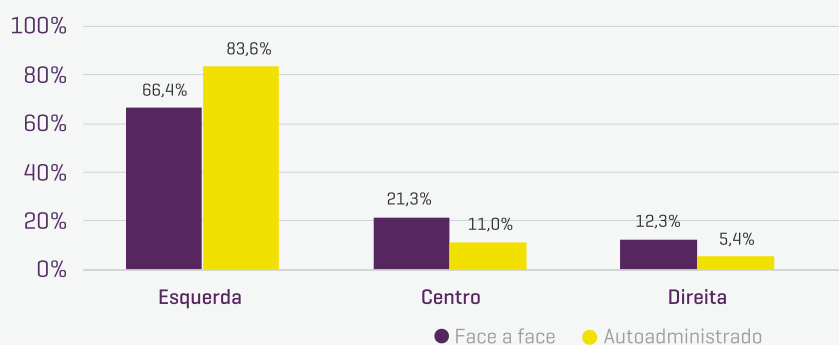


Nota: Na modalidade face a face 1 pessoa não respondeu. Na modalidade autoadministrada 427 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

Espectro político

Para identificar as posições políticas das entrevistadas, elas foram perguntadas como se classificam politicamente: de esquerda, de centro ou de direita. A maioria das mulheres se classificou como esquerda - 66,4% no face a face e 83,6% no autoadministrado; 21,3% como centro no face a face e 11,0% no autoadministrado; e 12,3% como de direita no face a face e 5,4% no autoadministrado.

Gráfico 68
Posição política das entrevistadas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: 16 não responderam; 19 não souberam informar. Fonte: Dados da Pesquisa.

3.4 Feminismos

A seguir, apresentamos os resultados do conjunto de perguntas que tratam de temáticas relacionadas a feminismos, considerada a modalidade de pesquisa face a face.

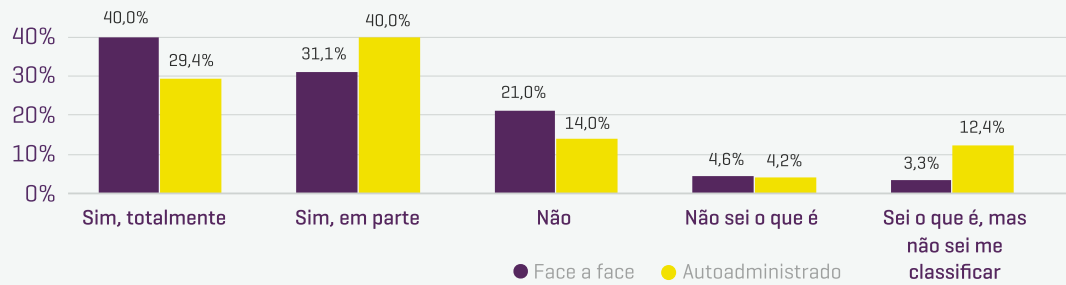
- 40,0% das entrevistadas declararam se considerar totalmente feministas, enquanto 31,1% afirmaram se considerar feministas em parte;
- A maioria das mulheres realiza associações positivas quando ouve a palavra feminismo - 83,5%;
- 39,9% das entrevistadas disseram discordar que é responsabilidade das mulheres cuidar da alimentação da família, atividade central para a reprodução social da família;
- 50,9% discordam que em uma família com crianças, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa;
- 55,4% das entrevistadas discordam que os homens trabalhem mais que as mulheres na produção de alimentos.
- A maioria das mulheres, 56%, discordam que o homem deve sustentar a família;
- A maioria das entrevistadas afirma a importância da interferência em situações de violência contra as mulheres, quando 57,7% das entrevistadas discordam que não se deve meter a colher em briga de marido e mulher;
- 84,7% das entrevistadas discordaram da afirmação que a mulher casada deve fazer sexo com o marido sempre que ele quiser;
- A maioria das mulheres, 68,7%, afirma que casais gays devem ter os mesmos direitos que um casal entre um homem e uma mulher;
- A maioria das mulheres discorda que o aborto deveria ser legalizado (59,6%) mas não acham que a mulher que provoca um aborto deveria ser presa (43,5% discordam da criminalização);
- A grande maioria das entrevistadas, 72,4%, concorda que é mais difícil ser negra/negro do que branca/branco no Brasil, reconhecendo as desigualdades raciais existentes no país;
- A maioria das entrevistadas, 71,1%, discordou que mulheres casadas precisam da permissão do marido para participar de atividades políticas e do movimento social/sindical.

Identificação como feminista

As entrevistadas foram perguntadas se se consideram feministas. E foram oferecidas algumas opções de resposta. 40% [face a face] e 29,4% [autoadministrado] declararam se considerar totalmente feministas, 31,1% [face a face] e 40% [autoadministrado] afirmaram se considerar feministas em parte; 3,3% [face a face] e 12,4% [autoadministrado] responderam saber o que é, mas não sabem se

classificar; 21% [face a face] e 14% [autoadministrado] afirmaram não se declarar feministas; e 4,6% [face a face] e 4,2% [autoadministrado] afirmaram não saber o que é feminismo.

Gráfico 69
Autoidentificação como feministas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Face a face: 5 não responderam; Autoadministrada: 235 não responderam. Fonte: Dados da Pesquisa.

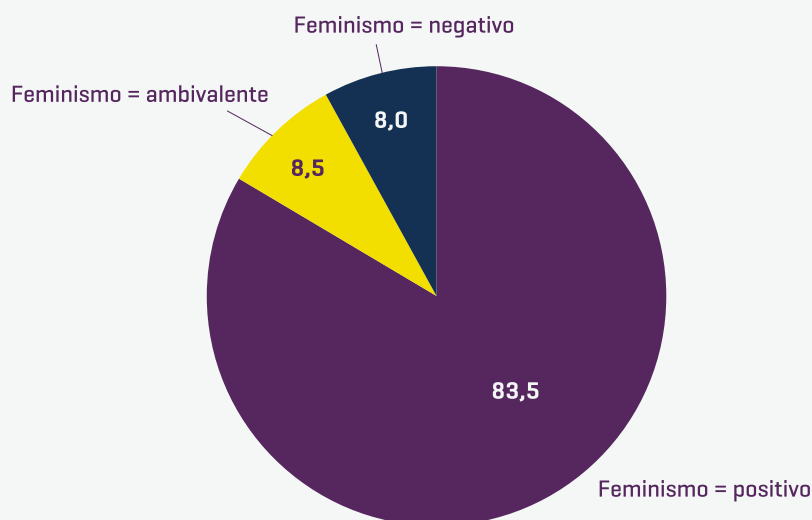
Imagens sobre o feminismo

Uma segunda pergunta aberta sem opções pré-estabelecidas para a classificação das entrevistadoras/es buscou identificar as opiniões das entrevistadas sobre feminismo: *Em que você pensa quando ouve a palavra feminismo?* Sistematizamos as respostas seguindo um método indutivo, utilizando o software de análise quantitativo e qualitativo MAXQDA. O total de entrevistadas que responderam esta pergunta na amostra face a face foi de 390, sendo que 10 NR e 58 NS. Na amostra autoadministrada, o total foi de 963, sendo 3 NS e 475 NR.

Para a análise, seguimos o método de análise de conteúdo [Bardin 1979; Minayo 2000] e de discurso para verificar as palavras utilizadas e o número de ocorrências das ideias e conceitos mais presentes em relação às ideias relacionadas ao feminismo [Simões 2018, 61]. As palavras que avaliamos ter equivalência conceitual foram agregadas em categorias. A fim de evitar uma seletividade de importância a partir das ideias mencionadas, as respostas foram classificadas muitas vezes dentro de duas ou mais categorias porque descreviam mais de uma ideia simultaneamente. Com isso, o total das respostas classificadas dessa pergunta aberta foi de 425 no face a face e 1035 no autoadministrado.

Seguindo a teoria sobre ambivalência nos estudos de comunicação [Kaplan 1972], classificamos as respostas numa escala **de positivo, negativo e ambivalente**. Um exemplo de classificação ambivalente é a resposta discriminação/preconceito que pode ser entendida como algo positivo porque o feminismo luta contra a discriminação e preconceito. Por outro lado, também pode ser entendido como algo negativo quando ser feminista significa ser discriminado/a ou sofrer preconceito. Apenas pela resposta não ficou claro qual seria a associação da entrevistada.

Gráfico 70
Percepções sobre o feminismo nas respostas, na modalidade de pesquisa face a face



Nota: Respostas classificadas = 425. Fonte: Dados da pesquisa

Na modalidade face a face, 83,5% das respostas associavam o feminismo com atributos positivos, 8% como negativos e 8,8% como ambivalentes. No entanto, é preciso levar em consideração que os entendimentos e definições de feminismo são diversos. Alguns exemplos das respostas da amostra face a face são:

“A mulher ocupar seu lugar, homens e mulheres em equilíbrio”

“Quero fazer algo a não depender do marido”

“Equidade de direitos”

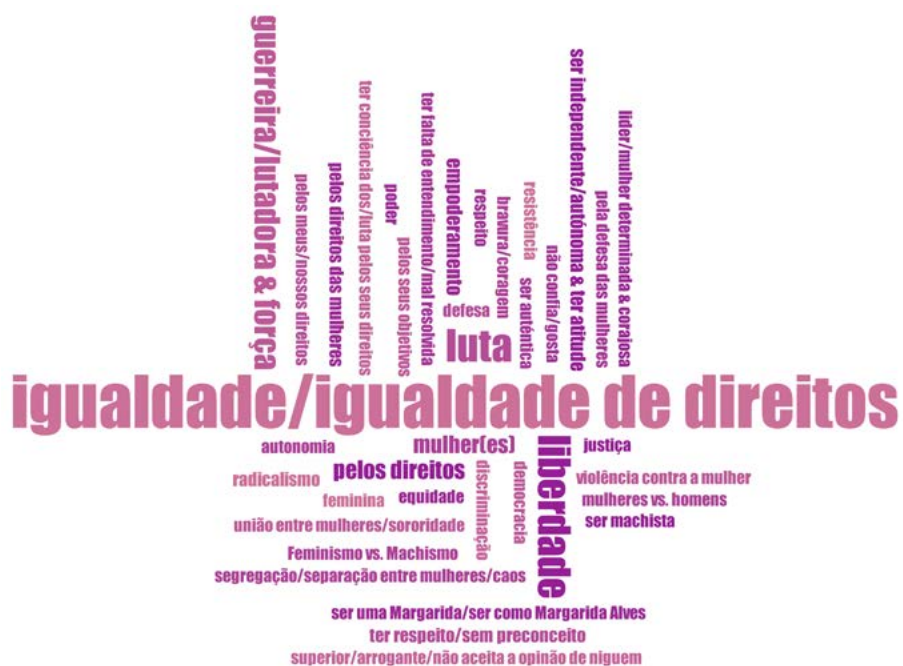
“Mulheres defendem outras”

“Guerreira forte”

A nuvem de palavra abaixo permite uma visualização comparativa das categorias mais utilizadas pelas mulheres: **igualdade/igualdade de direitos, liberdade, luta e guerreira/lutadora e força.**

Figura 4

Representações do feminismo para a entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

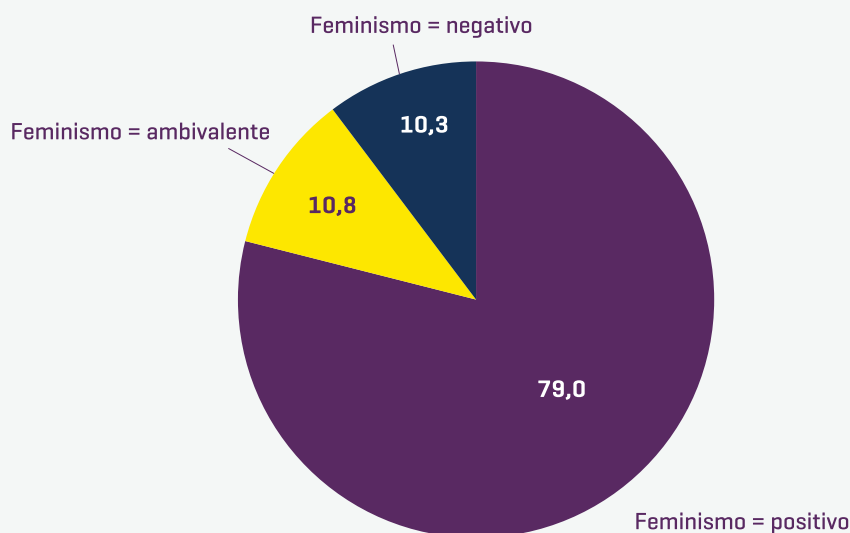


Fonte: Dados da pesquisa

No autoadministrado, 79% das respostas associavam o feminismo com atributos positivos, 10,3% como negativos e 10,8% como ambivalentes.

Gráfico 71

Percepções sobre o feminismo nas respostas, na modalidade de pesquisa auto-administrada



Nota: Respostas classificadas = 1031. Fonte: Dados da pesquisa

Alguns exemplos das respostas da amostra autoadministrada são:

“Sou feminista porque luto pelas minhas companheiras”

“Mulheres livres a frente do seu tempo”

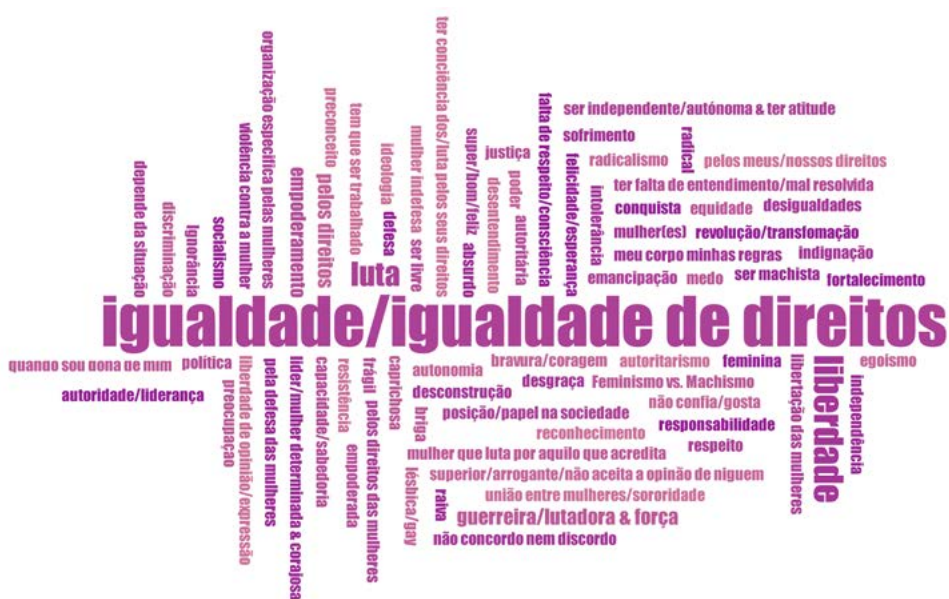
“Mulher corajosa”

“Independência, atitude, consciência, liberdade de opinião”

“Direitos iguais”

A nuvem de palavra abaixo, permite uma visualização comparativa das categorias mais utilizadas pelas mulheres: **igualdade/igualdade de direitos, luta, liberdade e guerreira/lutadora e força.**

Figura 5
Representações do feminismo para a entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada



Fonte: Dados da pesquisa

Durante a classificação, identificamos dois agrupamentos principais das respostas das entrevistadas. Um primeiro grupo de respostas fazia referência a ideias relacionadas **ao conceito** da palavra feminismo, enquanto uma segunda parte usou como referência nas respostas o **sujeito político feminista**.

Na modalidade face a face, 57,41% das mulheres associavam o **conceito feminismo** com atributos positivos, 5,18% como negativos e 8,47% como ambivalentes. Nas respostas referentes ao grupo de **sujeitos políticos feministas**, 26,12% das associações foram positivas e 2,82% negativas.

Tabela 17

Percepções sobre o feminismo pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa face a face

Percepções sobre o feminismo	N	%
Feminismo = positivo	244	57,4
Feminista = positivo	111	26,1
Feminismo = ambivalente	36	8,5
Feminismo = negativo	22	5,2
Feminista = negativo	12	2,8
Total	425	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Na modalidade autoadministrada, 63,2% das mulheres associavam o **conceito feminismo** com atributos positivos, 5,8% como negativos e 10,8% como ambivalentes. Nas respostas referentes ao grupo de **sujeitos políticos feministas** 15,7% das associações foram positivas e 4,4% negativas.

Tabela 18

Percepções sobre o feminismo pelas entrevistadas, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Percepções sobre o feminismo	N	%
Feminismo = positivo	652	63,2
Feminista = positivo	162	15,7
Feminismo = ambivalente	111	10,8
Feminismo = negativo	60	5,8
Feminista = negativo	46	4,5
Total	1031	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como positivas na amostra face a face, as mais relevantes foram **luta** [35,7%], **igualdade/igualdade de direitos** [23,8%], **liberdade** [17,2%], **empoderamento** [6,6%] e **respeito** [3,7%]. Todas as associações com porcentagem abaixo de 1% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 19

Associações positivas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face

Associações positivas feminismo	N	%
Luta	87	35,7
Igualdade/igualdade de direitos	58	23,8
Liberdade	42	17,2
Empoderamento	16	6,6
Respeito	9	3,7
União entre mulheres/sororidade	8	3,3
Resistência	6	2,5
Autonomia	3	1,2
Outros	15	6,2
Total	244	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como positivas da autoadministrada, as mais relevantes foram **luta** [29%], **igualdade/igualdade de direitos** [23,3%], **liberdade** [16,9%], **empoderamento** [6,4%] e **respeito** [3,5%]. Todas as associações com porcentagem a baixo de 1% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 20

Associações positivas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Associações positivas feminismo	N	%
Luta	189	29,0
Igualdade/igualdade de direitos	152	23,3
Liberdade	110	16,9
Empoderamento	42	6,4
Respeito	23	3,5
União entre mulheres/sororidade	17	2,6
Resistência	17	2,6
Autonomia	14	2,1
Equidade	12	1,8
Libertação das mulheres	10	1,5
Emancipação	8	1,2
Outros	58	8,9
Total	652	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como negativas na modalidade face a face, as mais relevantes foram **radicalismo** [45,5%], **segregação/separação entre mulheres/caos** [36,4%], **não confiar/gostar** [9,1%], **exagero** [4,5 %] e **dependência** [4,5%].

Tabela 21
Associações negativas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face

Associações negativas feminismo	N	%
Radicalismo	10	45,5
Segregação/separação entre mulheres/caos	8	36,4
Não confia/gosta	2	9,1
Exagero	1	4,5
Dependência	1	4,5
Total	22	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como negativas no autoadministrado, as mais relevantes foram **não confiar/gostar** [10%], **desigualdades** [8,3%], **briga** [8,3%], **egoísmo** [6,7%] e **medo** [6,7%]. Todas as associações com porcentagem a baixo de 1% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 22
Associações negativas com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Associações negativas feminismo	N	%
Não confiar/gostar	6	10,0
Desigualdades	5	8,3
Briga	5	8,3
Egoismo	4	6,7
Medo	4	6,7
Falta de respeito/consciência	3	5,0
Ignorância	3	5,0
Autoritarismo	3	5,0
Outros	27	45,0
Total	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como ambivalentes da face a face, as mais relevantes foram **Feminismo vs. Machismo** [27,8%], **discriminação** [25%], **violência contra a mulher** [25%], **poder** [5,6 %] e **defesa** [5,6%].

Tabela 23

Associações ambivalentes com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa face a face

Associações ambivalentes feminismo	N	%
Feminismo vs. Machismo	10	27,8
Discriminação/preconceito	9	25,0
Violência contra a mulher	9	25,0
Poder	2	5,6
Defesa	2	5,6
Oposição	1	2,8
Beleza	1	2,8
Raiva	1	2,8
Posição/papel na sociedade	1	2,8
Total	36	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Nas respostas classificadas como ambivalentes, na modalidade autoadministrada, as mais relevantes foram **discriminação** [24,3%], **violência contra a mulher** [19,8%], **Feminismo vs. Machismo** [9%], **não concordo nem discordo** [8,1 %] e **defesa** [8,1%]. Todas as associações com porcentagem abaixo de 2% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 24

Associações ambivalentes com relação ao conceito de feminismo, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Associações ambivalentes feminismo	N	%
Discriminação	27	24,3
Violência contra a mulher	22	19,8
Feminismo vs. Machismo	10	9,0
Não concordo nem discordo	9	8,1
Defesa	9	8,1
Posição/papel na sociedade	5	4,5
Poder	3	2,7
Outros	26	23,4
Total	111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

No segundo agrupamento de respostas com referência ao **sujeito político feminista**, identificamos apenas repostas positivas ou negativas. Em relação à amostra face a face, a maioria das respostas foram predominantemente positivas. Os termos utilizados com mais frequência foram **guerreira/lutadora/força** [29,7%], **ser mulher(es)** [18%], ser **independente/autônoma e ter atitude** [13,5%], ter **respeito/sem preconceito** [10,8%] e **líder/mulher determinada e corajosa** [8,1%]. Todas as associações com porcentagem a baixo de 1% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 25
Associações positivas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa face a face

Associações positivas feminista	N	%
Guerreira/lutadora/força	33	29,7
Mulher(es)	20	18,0
Independente/autônoma & atitude	15	13,5
Respeito/sem preconceito	12	10,8
Lider/mulher determinada & corajosa	9	8,1
Margarida/ser como Margarida Alves	4	3,6
Autêntica	4	3,6
Feminina	4	3,6
Consciência/luta pelos seus direitos	3	2,7
Outras	7	6,3
Total	111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Assim como na amostra face a face, as respostas foram predominantemente positivas na modalidade autoadministrada, com os seguintes termos utilizados com mais frequência: **guerreira/lutadora/força** [30,2%], **ser mulher(es)** [13%], ser **independente/autônoma e ter atitude** [12,3%] e **líder/mulher determinada e corajosa** [12,3%]. Todas as associações com porcentagem a baixo de 2% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 26

Associações positivas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Associações positivas feminista	N	%
Guerreira/lutadora/força	49	30,2
Mulher(es)	21	13,0
Independente/autónoma & atitude	20	12,3
Lider/mulher determinada & corajosa	20	12,3
Livre	9	5,6
Quando sou dona de mim	7	4,3
Empoderada	6	3,7
Super/bom/feliz	5	3,1
Lésbica/gay	4	2,5
Outras	21	13,0
Total	162	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas interpretadas como negativas na amostra face a face foram: **superior/arrogante/não aceitar a opinião de ninguém** [41,7%], ter **falta de entendimento/mal resolvida** [33,3%], ser **machista** [16,7%] e ser **racista** [8,3%]

Tabela 27

Associações negativas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa face a face

Associações negativas feminista	N	%
Superior/arrogante/não aceita a opinião de ninguém	5	41,7
Falta de entendimento/mal resolvida	4	33,3
Machista	2	16,7
Racista	1	8,3
Total	12	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

As respostas interpretadas como negativas na autoadministrada foram: **autoritárias** [23,9%], **superior/arrogante/não aceitar a opinião de ninguém** [21,7%] e **radical** [10,9%]. Todas as associações com porcentagem abaixo de 3% foram agregadas na categoria outros.

Tabela 28

Associações negativas com relação ao sujeito político feminista, na modalidade de pesquisa autoadministrada

Associações negativas feminista	N	%
Autoritária	11	23,9
Superior/arrogante/não aceita a opinião de ninguém	10	21,7
Radical	5	10,9
Frágil	4	8,7
Falta de entendimento/mal resolvida	3	6,5
Machista	3	6,5
Mulher indefesa	2	4,3
Outros	8	17,4
Total	46	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

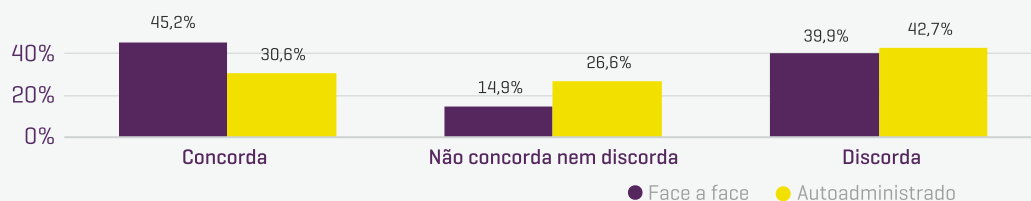
Opiniões sobre mulheres e trabalho reprodutivo

A concentração do trabalho reprodutivo nas mulheres é um tema bastante conhecido e debatido na literatura acadêmica e entre movimentos sociais. Foram feitas quatro perguntas sobre igualdade, responsabilidade e divisão de trabalho reprodutivo segundo o gênero. Primeiro, as mulheres foram perguntadas se elas acreditam que “é responsabilidade das mulheres cuidar da alimentação da família”, atividade central para a reprodução social da família. 45,2% das entrevistadas no face a face e 30,6% no autoadministrado disseram concordar com essa afirmação. 39,9% das entrevistadas no face a face e 42,7% no autoadministrado disseram discordar dessa afirmação. E 14,9% das entrevistadas no face a face e 26,6% no autoadministrado disseram não concordar nem discordar dessa afirmação.

Gráfico 72

Opinião sobre se é responsabilidade das mulheres cuidar da alimentação da família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

Nota: Face a face: 1 não respondeu, 1 não soube informar; Autoadministrada: 77 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

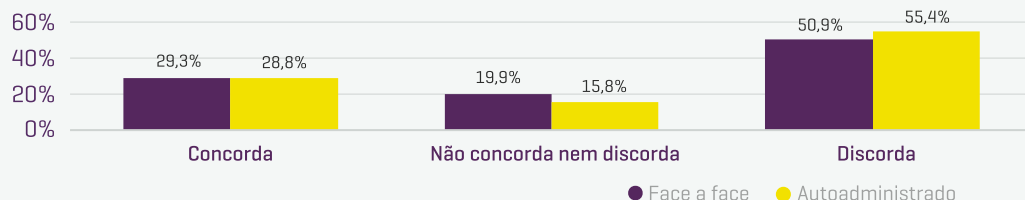


Segundo, as mulheres foram convidadas a opinar sobre a frase: “Em uma família com crianças, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa”, com o objetivo de entender como as mulheres opinam em relação à divisão sexual do

trabalho¹². 50,9% no face a face e 55,4% no autoadministrado afirmaram discordar dessa afirmação.

Gráfico 73

Opinião sobre se em uma família com crianças, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

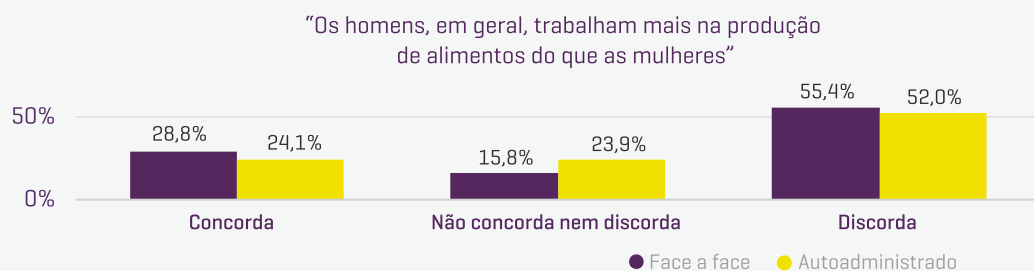


Nota: Autoadministrada: 59 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, 55,4% [face a face] e 52,0% [autoadministrado] das entrevistadas discordam da afirmação: “Os homens, em geral, trabalham mais na produção de alimentos do que as mulheres”.

Gráfico 74

Opinião sobre se os homens trabalham mais na produção de alimentos do que as mulheres, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



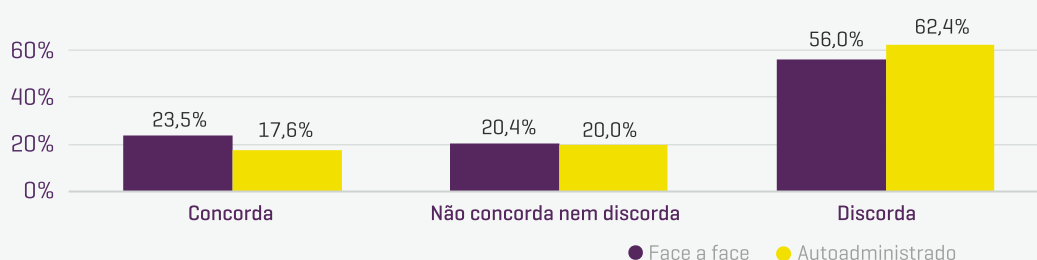
Nota: Face a face: 1 não respondeu, 2 não souberam informar; Autoadministrada: 63 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Por último, diante da afirmação “É principalmente o homem que deve sustentar a família”, 56,0% [face a face] e 62,4% [autoadministrado] das entrevistadas discordam da afirmação.

12 “A divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado [políticas, religiosas, militares etc.]. Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação [existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres] e o princípio de hierarquização [um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher]” [Kergot 2009, 68].

Gráfico 75

Opinião sobre se principalmente os homens devem sustentar a família, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



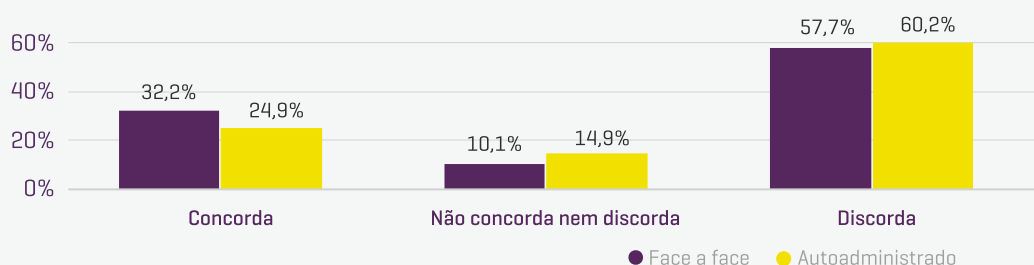
Nota: Face a face: 1 não respondeu, 2 não souberam informar; Autoadministrada: 63 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre violência doméstica

O ditado popular diz: “Em briga de marido e mulher não se deve meter a colher”. Os movimentos feministas e de mulheres há anos questionam esse ditado e clamam pela importância da interferência em situações de violência doméstica contra as mulheres. Convidadas a opinar sobre esse ditado, 57,7% [face a face] e 60,2% [autoadministrado] das entrevistadas discordam da afirmação.

Gráfico 76

Opinião sobre se em briga de marido e mulher se deve meter a colher, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Face a face: 1 não respondeu, 3 não souberam informar; Autoadministrada: 74 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Para debater a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade, as entrevistadas foram perguntadas sobre como se posicionam em relação à afirmação “A mulher casada deve fazer sexo com o marido sempre que ele quiser”. 84,7% [face a face] e 87,3% [autoadministrado] das entrevistadas discordam da afirmação. O resultado foi expressivo quando comparadas às perguntas anteriores que trataram das dimensões do trabalho produtivo, reprodutivo e, inclusive, da violência contra as mulheres.

Gráfico 77

Opinião sobre se mulher casada deve fazer sexo com o marido sempre que ele quiser, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Face a face: 2 não responderam, 4 não souberam informar; Autoadministrada: 60 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

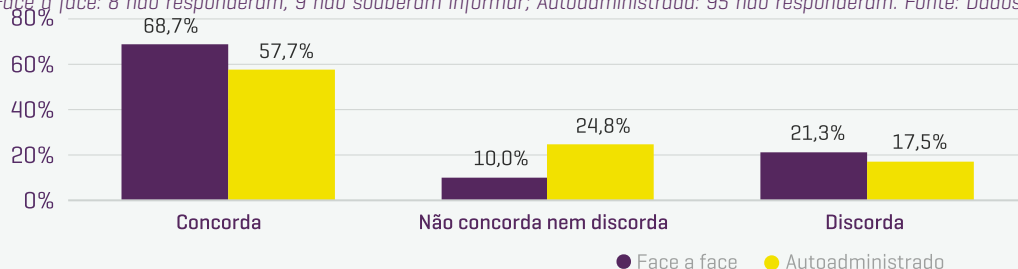
Opiniões sobre direitos de minorias

As mulheres opinaram também sobre alguns temas que versam sobre direitos de minorias. O primeiro deles foi sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A afirmação lida foi: “Casais gays devem ter os mesmos direitos que um casal entre um homem e uma mulher”¹³. A maioria das mulheres concordou com a afirmação, tendo sido o percentual maior na modalidade face a face [68,7%] do que no autoadministrado [57,7%]. Por outro lado, houve menos mulheres na modalidade autoadministrado que discordaram da afirmação apresentada [17,5% no autoadministrado e 21,3% no face a face]. Aquelas que responderam que não concordam nem discordam totalizaram um total de 10% [face a face] e 24,8% [autoadministrado].

Gráfico 78

Opinião sobre se casais gays devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

Nota: Face a face: 8 não responderam, 9 não souberam informar; Autoadministrada: 95 não responderam. Fonte: Dados da



pesquisa.

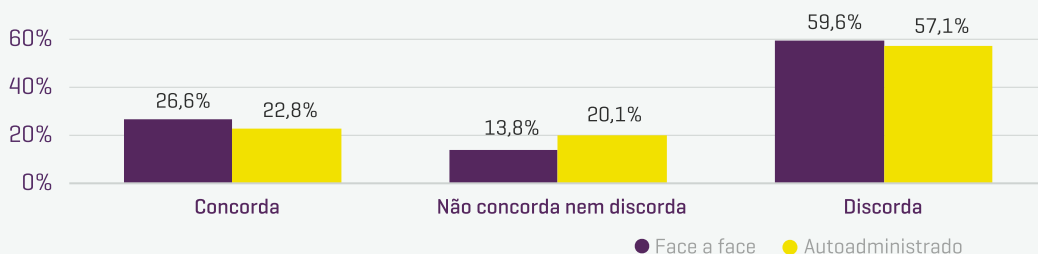
13 Utilizamos o termo “casal gay” por ele ser mais conhecido no cotidiano das entrevistadas.

Opiniões sobre aborto

O tema da legalização do aborto é uma pauta dos movimentos feministas e foco de posicionamentos divergentes no ambiente dos movimentos sociais e da sociedade como um todo. Foram feitas duas afirmações em relação ao tema do aborto. A primeira dizia: “O aborto deve ser legalizado”. 59,6% [face a face] e 57,1% [autoadministrado] das entrevistadas discordaram da afirmação. As mulheres que nem concordam nem discordam somaram um total de 13,8% [face a face] e 20,1% [autoadministrado]. Finalmente, 26,6% [face a face] e 22,8% [autoadministrado] concordaram com a afirmação, mostrando-se a favor da legalização do aborto.

Gráfico 79

Opinião sobre se o aborto deve ser legalizado, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

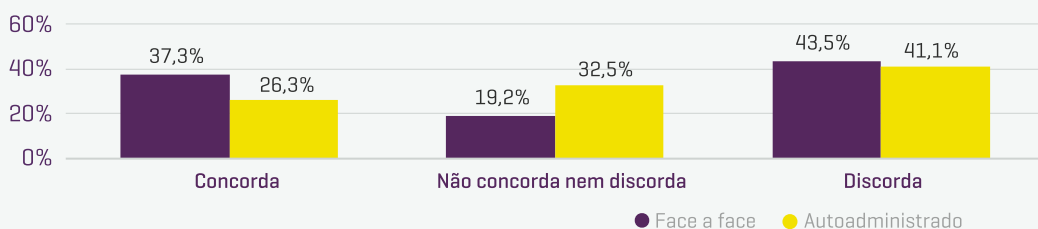


Nota: Face a face: 5 não responderam, 5 não souberam informar; Autoadministrada: 101 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, as mulheres foram convidadas a opinar sobre a seguinte frase: “A mulher que provoca o aborto deve ser presa”¹⁴. Dessa forma, buscamos avaliar como as mulheres se posicionam diante do debate sobre o punitivismo contra mulheres que provocam o aborto. 43,5% [face a face] e 41,1% [autoadministrado] discordam da afirmação - ou seja, não consideram que a mulher que provoca o aborto deve ser punida. A porcentagem de mulheres que concordam com a afirmação foi de 37,3% [face a face] e 26,3% [autoadministrado].

Gráfico 80

Opinião sobre se a mulher que provoca o aborto deve ser presa, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



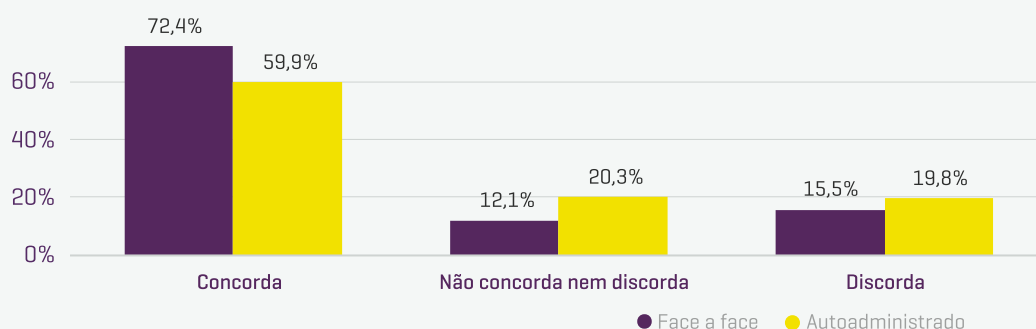
Nota: Face a face: 10 não responderam, 11 não souberam informar; Autoadministrada: 101 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

14 O aborto induzido no Brasil é considerado um crime contra a vida humana previsto pelo Código Penal Brasileiro desde 1984 que pode acarretar detenção de um a três anos para a mãe. Internacionalmente, muitos movimentos feministas lutam para que as mulheres tenham o direito de escolher se desejam ou não levar uma gestação até o fim, principalmente porque a ilegalidade coloca em risco a vida de muitas mulheres que recorrem à clandestinidade.

Opiniões sobre racismo

Para avaliar a percepção das ativistas sobre a experiência das pessoas negras no Brasil, foram feitas 3 afirmações. A primeira delas foi: “É mais difícil ser negra/negro do que branca/branco no Brasil”. 72,4% [face a face] e 59,9% [autoadministrado] das mulheres concordaram com a afirmação, reconhecendo as desigualdades raciais existentes no país.

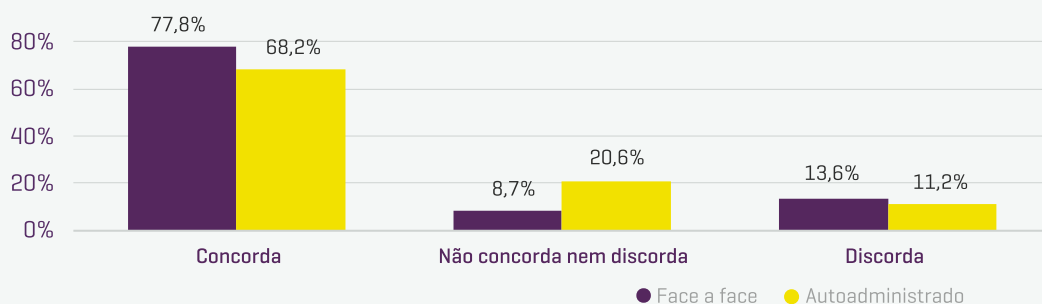
Gráfico 81 – Opinião sobre se é mais difícil ser negra/negro do que branca/o no Brasil, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Face a face: 6 não responderam, 6 não souberam informar; Autoadministrada: 98 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Na sequência, foi feita uma afirmação focada na experiência das mulheres negras e indígenas: “As mulheres negras e indígenas precisam de políticas públicas específicas”. Nesse ponto, o resultado foi ainda mais expressivo que a da pergunta anterior, com 77,8% das entrevistadas do face a face e 68,2% do autoadministrado concordando com a afirmação.

Gráfico 82
Opinião sobre se mulheres e indígenas precisam de políticas públicas específicas, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

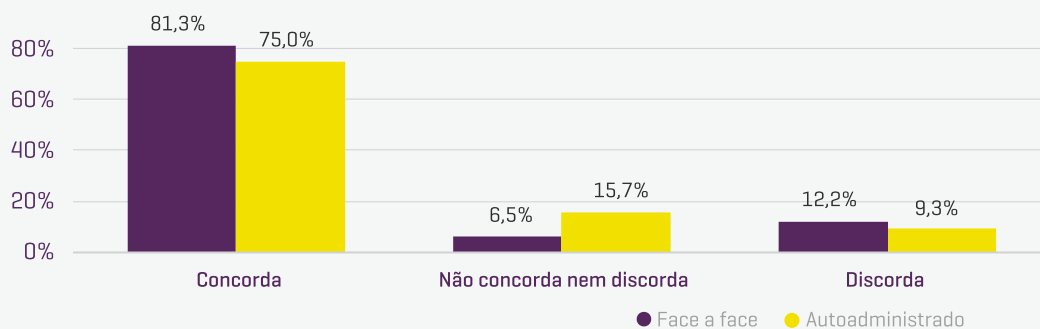


Nota: Face a face: 3 não responderam, 5 não souberam informar; Autoadministrada: 155 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Finalmente, as entrevistadas se posicionaram sobre o tema das cotas raciais para universidades públicas, assunto que divide opiniões na sociedade brasileira. As cotas raciais nas universidades federais são uma política pública implementada pelo governo petista sob a presidência de Dilma Rousseff em 2012, e foi criticada em discussões controversas na esfera pública por criar, segundo seus críticos, uma

distinção que subjugua a capacidade das pessoas negras e que fere o princípio da meritocracia. Diante da afirmação “As cotas raciais para as universidades públicas são importantes”, 81,3% [face a face] e 75,0% [autoadministrado] das entrevistadas concordaram com a afirmação.

Gráfico 83
Opinião sobre se a cotas raciais para as universidades públicas são importantes, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada

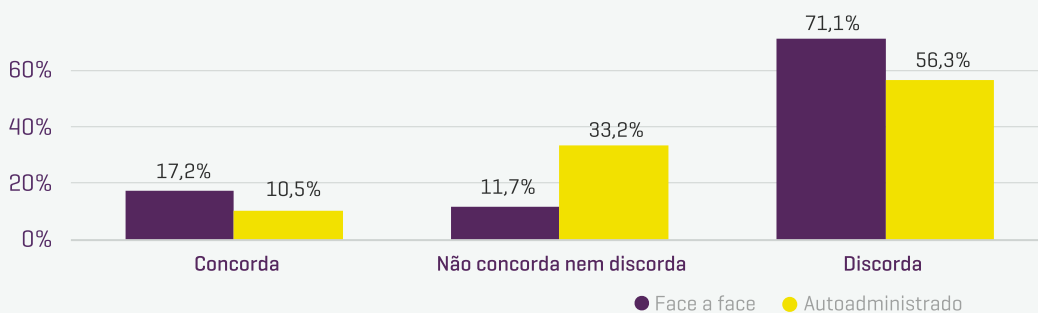


Nota: Face a face: 4 não responderam, 5 não souberam informar; Autoadministrada: 163 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

Opiniões sobre participação política de mulheres

A participação política das mulheres nas atividades dos movimentos sociais e sindicais ainda é um tema sensível em muitas famílias. Não é incomum ouvir histórias de participantes da Marcha das Margaridas que tiveram seus cônjuges como um empecilho para participarem da mobilização em Brasília. Tendo em vista esse contexto, as mulheres opinaram sobre a seguinte afirmação: “Mulheres casadas precisam da permissão do marido para participar de atividades políticas e do movimento social/sindical”. A maioria das entrevistadas do face a face discordou [71,1%], enquanto no autoadministrado a discordância atingiu 56,3%. Uma porcentagem de 17,2% no face a face e de 10,5% no autoadministrado acham que precisa de permissão pelo marido.

Gráfico 84
Opinião sobre se mulheres casadas precisam de permissão do marido para participar de atividades políticas e do movimento social/sindical, nas modalidades de pesquisa face a face e autoadministrada



Nota: Face a face: 1 não respondeu, 3 não souberam informar; Autoadministrada: 104 não responderam. Fonte: Dados da pesquisa.

◆ Considerações finais

A amostra face a face revela que as ativistas da Marcha das Margaridas que marcharam em Brasília na 6ª edição, em 2019, tem majoritariamente o seguinte perfil: têm entre 33 e 54 anos, são em sua maioria pretas e pardas, católicas, têm pelo menos o ensino médio completo, são nordestinas, oriundas principalmente do meio rural, embora as urbanas também compoñham um terço da amostra, possuem renda per capita inferior a um salário mínimo, residem em domicílios com média de 4,7 pessoas, nos quais elas são responsáveis, em sua maioria, pelo trabalho doméstico e pela administração do dinheiro da família.

Em relação às práticas alimentares, os resultados do survey mostram que 55,9% das ativistas da Marcha são produtoras de alimentos e, em sua produção, há coexistência de modelos produtivos de base agroecológica e convencional. Na comercialização dos produtos agrícolas domina a venda em feiras. Nas repostas sobre o consumo de alimentos, a maioria das entrevistadas prepara os alimentos e cozinha diariamente em casa e a base da alimentação das famílias consiste em frutas e hortaliças, legumes ou tubérculos, e carne, peixe ou frango, ou seja, alimentos considerados saudáveis. Além disso, a maioria das entrevistadas declarou que a carência alimentar no Brasil existe devido à falta de apoio ou incentivo do Estado ou governo. Consideraram o ator mais relevante na produção de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes para a população brasileira as mulheres e a agricultura familiar. Por último, acreditam que as mudanças climáticas são uma preocupação para a agricultura familiar e, de maneira particular, para as mulheres e meninas.

Referente à participação e mobilização política, aproximadamente um terço das entrevistadas já participaram de edições anteriores da Marcha. A maioria das ativistas reunidas em Brasília foi para a Marcha com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e participou em atividades preparatórias da Marcha como cursos, oficinas ou reunião de debate político. A maioria das mulheres se classificou como de esquerda. As três identidades mais declaradas foram trabalhadora rural, agricultora familiar e trabalhadora urbana. Os principais canais de informação entre as entrevistadas foram noticiário da TV, jornais e revistas impressos, encontros ou material do movimento sindical/social, internet e redes sociais.

O último conjunto de perguntas identificou a opinião das ativistas sobre feminismo e direitos. Grande maioria das mulheres se declarou totalmente feminista, ou feminista em parte. A maioria das mulheres defende os direitos de igualdade entre marido e mulher, em relação à responsabilidade pelas crianças, trabalho, participação política e sexualidade e enfatizam a importância da interferência em situações de violência contra as mulheres. Elas também reconhecem os direitos de minorias. Uma pauta tradicional do movimento feminista, a legalização do aborto, foi criticada pela maioria, mas elas negaram um punitivismo severo. A grande maioria reconheceu as desigualdades raciais existentes no país.

O banco de dados que subsidiou este trabalho será disponibilizado publicamente uma vez que tenha sido tratado no contexto da pesquisa, considerando a reconhecida prática de embargo de dados para permitir publicações originais pela equipe coordenadora do projeto.

Referências bibliográficas

Abreu, Pedro Henrique Barbosa. 2014. **“O agricultor familiar e o uso [in]seguro de agrotóxicos no município de Lavras, MG.”** Mestre em Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Aguiar, Vilênia Venâncio Porto. 2015. **“Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político.”** Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281133>.

Aguiar, Vilenia Venancio Porto. 2016. **“Mulheres rurais, movimento social e participação: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas.”** *Política & Sociedade* 15 (0): 261-95. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v-15nesp1p261>.

Bardin, Laurence. 1979. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. 2002. **A mulher e o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.** Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

---. 2011. **Questionário para o Observatório Sindical de Políticas Agrícolas para a Agricultura Familiar utilizado na pesquisa no âmbito do Projeto Nacional de Articulação, Construção e Fortalecimento de Redes de Desenvolvimento e Territorialidade e Fortalecimento do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS** [Contrato de Repasse N° 332.075-15/2010-MDA/CEF].

---. 2017. **Resolução nº002/2017.** http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_906100045_11092019151004.pdf.

---. 2019. **Cadernos de Textos - Marcha das Margaridas.**

Conway, Janet e Anabel Paulos. 2017. **“Popular Feminist Politics of Cross-movement Alliances in Latin America and the Decolonial Challenge.”** Apresentado na Conferência Internacional Cross Movement Mobilization, Ruhr-Bochum: Universität Bochum, Alemanha.

Dulley, Richard Domingues. 2003. **“Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica.”** *Informações Econômicas*, São Paulo 33 (10): 96-99.

Fundação Margarida Maria Alves. n.d. **“Fundação Margarida Maria Alves - Homenagens.”** <https://www.fundacao-margaridaalves.org.br/homenagens/>.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola. 2018. **Principais canais de comercialização da agricultura familiar. IICA** [Salvador]. http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha%20Principais%20Canais%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20para%20Agricultura%20Familiar.pdf.

IBGE. 2010. **Censo demográfico 2010.** https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf.

---. 2017. **Censo agropécuário.** https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html.

Instituto da Democracia. 2018. **“A Cara da Democracia.”** Acessado em 9 de setembro de 2021. <https://www.institutodademocracia.org/>.

IPEA. 2013. **Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.** http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7537/1/RP_Marcha_2013.pdf.

Kaplan, Kalman J. 1972. **“On the ambivalence-indifference problem in attitude theory and measurement: A suggested modification of the semantic differential technique.”** *Psychological bulletin* 77 (5): 361-372.

Kergot, D. 2009. **Dicionário crítico do feminismo.** UNESP.

Klandermands, Bert. 2017. **Caught in the act of protest: Contextualizing Contestation [CCC-project]. Codebook and questionnaire.** Version 4.0. https://www.unige.ch/sciences-societe/incite/files/7315/9108/0173/CCC_Data_Codebook_2017.pdf.

Klandermands, Bert, Jacquelin van Stekelenburg, Dunya van Troost, Anouk van Leeuwen, Stefaan Walgrave, Joris Verhulst, Jeroen van Laer e Ruud Wouters. 2011. **Manual for Data Collection on Protest Demonstrations. Caught in the Act of Protest: Contextualizing Contestation [CCC].** Amsterdam e Antwerp: VU University e University of Antwerp.

Matos, Marlise e Sonia E. Alvarez. 2018. **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil.** Porto Alegre: Zouk.

Minayo, Maria Cecília de Souza. 2000. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec.

Ministério da Saúde do Brasil. 2020. VIGITEL Brasil 2019. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** [Brasília]. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf.

Motta, Renata. 2021. **"Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy. Preliminary Research Program."** Food for Justice Working Paper Series, no. 1. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. <http://dx.doi.org/10.17169/refubium-31814>

Motta, Renata, e Marco Antonio Teixeira. 2021. **"Allowing rural difference to make a difference: The Brazilian Marcha das Margaridas."** In Cross-border solidarities in twenty-first century contexts: Feminist perspectives and activist practices, editado por Janet M Conway, Pascale Dufour e Dominique Masson, 1ed. Londres. Rowman & Littlefield. p. 79 - 99..

Pimenta, Sara Deolinda Cardoso. 2013. **"Participação, poder e democracia: Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural."** Cadernos de Trabalho NETSAL 1 [1]: 1-30.

Presidência da República do Brasil. 2012. **Decreto N° 7.794**, de 20 de agosto de 2012.

Queiroz, Isabelle Frota Ribeiro, Lorena Saraiva Viana, Marcos Aguiar Ribeiro, Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque e Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes Neto. 2016. **"Contextualizando a realidade do uso de agrotóxicos na agricultura familiar."** Extensão em Ação 1 [13]: 54-68.

Simões, Solange. 2018. **"As mulheres das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres são feministas?"** In Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil?: O feminismo estatal participativo brasileiro, editado por Marlise Matos e Sonia E Alvarez. Zouk.

Teixeira, Marco Antonio. 2018. **"Movimentos sociais, ações coletivas e reprodução social: a experiência da Contag [1963-2015]."** Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

---. 2021. **"Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas. A Marcha das Margaridas."** Caderno CRH 34 [e021008]. <https://doi.org/https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42777>.

Teixeira, Marco Antonio e Renata Motta. 2020. **"Unionism and Feminism: Alliance Building in the Brazilian Marcha das Margaridas."** Social Movement Studies: 1-17. <https://doi.org/10.1080/14742837.2020.1770430>.



COORDENAÇÃO:

Freie Universität  Berlin

PARCERIAS:



Universidade de Brasília



CONTAG

EXECUÇÃO:



FINANCIADO POR:



Bundesministerium
für Bildung
und Forschung